



Maria Tereza Azevedo Silva

**O pesquisar no sistema socioeducativo privativo de
liberdade: tempo de socioeducação e de adolescentes**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Rio de Janeiro,
Fevereiro de 2023



Maria Tereza Azevedo Silva

**O pesquisar no sistema socioeducativo privativo de
liberdade: tempo de socioeducação e de adolescentes**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Orientadora

Departamento de Psicologia — PUC-Rio

Profa. Kenia Soares Maia

Departamento de Psicologia — PUC-Rio

Prof. Antônio Carlos de Oliveira

Serviço Social — PUC-Rio

Prof. André Pereira de Almeida

SEEDUC — DEGASE

Profa. Mhyrna Boechat de Céspedes

Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2023.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Maria Tereza Azevedo Silva

Graduou-se em Psicologia pela Universidade Gama Filho, em 1982. Coursou Análise Institucional no IBRAPSI, em 1986, e Terapia Familiar na UFRJ, em 1994. Pesquisadora Associada do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIS) da PUC-Rio. Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, em 2016. Autora do livro “Família, Socioeducação e Projeto Golfinhos: uma construção coletiva”, Ed. Appris, em 2018. Membro Fundadora da Rede Interinstitucional de Grupos de Pesquisa sobre Políticas de Restrição e Privação de Liberdade. Psicóloga do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), desde 1994, com experiência no campo da Socioeducação na atenção aos adolescentes e às suas famílias.

Ficha Catalográfica

Silva, Maria Tereza Azevedo

O pesquisar no sistema socioeducativo privativo de liberdade: tempo de socioeducação e de adolescentes / Maria Tereza Azevedo Silva; orientadora: Maria Helena Rodrigues Navas Zamora. – 2023.
168 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2023.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Adolescentes em medida socioeducativa privativa de liberdade. 3. Autoetnografia. 4. Campo de pesquisa. 5. Tempo de socioeducação. 6. Unidades socioeducativas privativas de liberdade. I. Zamora, Maria Helena Rodrigues Navas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

In memoriam

Dedico aos meus queridos pais, Roberto e Satiye, ao meu irmão Octávio e a todos os familiares que se foram. Em especial, à minha querida mãe, maravilhosa e dedicada, muito afetiva em sua forma singular de ser, que junto ao meu pai nos educou, com investimentos em meu desenvolvimento e de meus oito irmãos, tanto como pessoas como profissionais, por toda a vida, com muito amor e carinho, saudades eternas.

A todas as vítimas da pandemia da Covid-19.

Agradecimentos

A Deus, por estar sempre ao meu lado, me provendo alegria para os bons momentos, e suporte e força para lidar com os difíceis.

A meu querido marido, Ramildo de Araújo Silva, companheiro de caminhada, que com o seu apoio, muito me fortaleceu em todo o período do Doutorado, vivido, em grande parte, com períodos difíceis e dolorosos, por perdas provocadas pela pandemia da Covid-19 enfrentada mundialmente, e outros quadros de saúde agravados por este impacto, por toda a sua paciência e tolerância por tanto tempo que não me foi possível dar maior atenção, devido à dedicação aos estudos.

À minha família, especialmente às minhas irmãs Maria Luisa Azevedo Toscano Cunha, Maria Regina Azevedo Gebara, e à minha sobrinha Maria Rosa Gebara Ganem, que me deram acolhimento e suporte, em momentos difíceis, entre outros das saudades, como em releituras e reflexões, fortalecendo o meu emocional para poder prosseguir adiante.

À minha querida orientadora Maria Helena Zamora, que neste árduo percurso esteve do meu lado, com orientações e incentivos de grande força, pois não foi um caminho comum com os enfrentamentos que tivemos, que por si já é um desafio, e foi muito maior pela dimensão de tudo que foi vivido.

À querida Professora Rachel Fontes Baptista, por toda a sua atenção e dedicação durante todo o meu caminho no doutorado, dando pistas e dicas importantes, sempre me apoiando e dando incentivo para prosseguir e enfrentar as adversidades.

Ao Professor André Pereira de Almeida, que me deu a honra de aceitar participar de minha banca, que tem um percurso na Socioeducação de grande investimento e cooperação, promovendo conhecimentos importantes.

Ao Professor Antonio Carlos de Oliveira, que tem uma trajetória em estudos na área social com diversos trabalhos relacionados à minha prática, e por seu aceite em participar da banca.

À querida Professora Kenia Soares Maia, que sempre apontou reflexões e produziu provocações importantes que contribuíram em minha caminhada, e por me trazer alegria por aceitar estar em minha banca.

À Professora Mhyrna Boechat de Céspedes, por sua atuação compromissada na socioeducação e por seu aceite em participar de minha banca.

Ao Professor John Stanfield, que fez a gentileza de ler o artigo sobre autoetnografia, em que aprofundou conhecimentos e contribuiu com o amadurecimento de seu conteúdo.

À Professora Rebeca Nonato Machado, por sua disponibilidade em participar de minha banca e suas contribuições em estudos sobre a família, que promovem aprofundamentos importantes.

Ao Professor Aderaldo Pereira dos Santos, por conhecimentos apresentados em suas produções que me ajudaram a refletir, e pelo aceite de participar de minha banca.

Ao Grupo “Porta da Lembrança”, querida equipe de pesquisa, gratidão à Rosângela Rose, Juan, Dani, Gian, Anderson, Monique, Ramon, Eyshila e a todos os participantes, desde o começo, companheiros solidários nos estudos, na luta e resistência em um período de embates sociopolíticos de grande porte.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pela oportunidade de integrar o corpo discente desta universidade e ter acolhimento no difícil período destes últimos anos, com dedicação de seus funcionários, especialmente do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – que apoiou a realização deste trabalho, e viabilizou os meus estudos no Curso do Doutorado com a bolsa CAPES/PROSUP, código de financiamento 001.

Ao querido amigo Leandro Soares Souza, às queridas amigas Elis Regina Lopes e Elisa Schreiber, pelas incontáveis conversas e trocas de saberes que tanto me fortaleceram e me ajudaram neste caminhar.

Às queridas Thereza Cristina Nunes, Sandra Mirabelli, Lilian Zimbardi, e queridos Antonino Fona, Carlos Victor e a toda a equipe da Assessoria de Sistematização Institucional, por seu apoio e suporte amigo no percurso do Doutorado.

Aos queridos amigos Luis Ernesto Rios, Raimunda Pereira Leite e Elizabeth Marques, por navegarmos juntos em mares revoltos e preservarmos nosso olhar e escuta aos adolescentes e famílias.

Aos queridos amigos e amigas que preservam a nossa amizade mesmo em meio à minha ausência e, pacientemente, me aguardam para um encontro e retorno de convivência após tanto tempo sem nos vermos.

Aos adolescentes em privação de liberdade e às suas famílias que sempre me ensinam novos e valiosos conhecimentos e aprendizados.

Aos servidores do campo socioeducativo que se empenham no compromisso da Socioeducação, que tornam possível acreditar que um dia chegaremos lá.

À Consuelo Schliebe, que realizou a revisão e formatação deste trabalho, com muita dedicação e cuidado com a produção escrita e atenciosa em nossa interação.

A todos e todas que me ajudaram e apoiaram sempre, meu muito obrigada!

Resumo

Silva, Maria Tereza Azevedo; Zamora, Maria Helena. **O pesquisar no sistema socioeducativo privativo de liberdade:** tempo de socioeducação e de adolescentes. Rio de Janeiro, 2023. 168 p. Tese de doutorado. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A prática da Socioeducação desenvolvida dentro de seu paradigma, de forma ética e pedagógica, e que respeite de forma integral a todos os adolescentes e suas famílias, ainda enfrenta muitas adversidades e contradições no campo do cumprimento das medidas socioeducativas (MSE). O objetivo da presente tese, desenvolvida em uma composição de artigos científicos, apresenta (através da implicação institucional) uma abordagem às questões que emergiram em campo de pesquisas em unidades privativas de liberdade no sistema socioeducativo (SSE) do estado do Rio de Janeiro, no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), sobre os aspectos das interações institucionais presentes. O trabalho investiga e analisa tal experiência da atividade de pesquisa com o uso da autoetnografia articulada com a análise de implicação, dispositivo da Análise Institucional, e de revisão de literatura do tema e afins, explorando aspectos deste campo, da interação da instituição e de profissionais das unidades na relação com os pesquisadores. Apresenta o percurso da pesquisa na Socioeducação de uma profissional que é trabalhadora e pesquisadora deste sistema, e busca articular a experiência com o compreender questões em torno de como é pesquisar no Degase, quando o pesquisador integra (ou não) o corpo de funcionários da instituição. O estudo busca verificar se a atividade de pesquisa neste campo é promotora de alguma ação instituinte, se pode provocar processos instituintes voltados à prática da Socioeducação, relacionados aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A análise e a discussão apresentadas nesta tese, por diferentes perspectivas, apontam reflexões produtivas para as políticas públicas relativas a este campo de pesquisa, para se chegar a um tempo de Socioeducação e de adolescentes.

Palavras-chave

Adolescentes em medida socioeducativa privativa de liberdade; autoetnografia; campo de pesquisa; tempo de socioeducação; unidades socioeducativas privativas de liberdade.

Abstract

Silva, Maria Tereza Azevedo; Zamora, Maria Helena (Advisor). Researching in the socio-educational system of deprivation of liberty: time of socio-education and of adolescents: Rio de Janeiro, 2023. 168 p. Doctoral thesis. Department of Psychology, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

The practice of Socioeducation that is developed within its paradigm, in an ethical and pedagogical way, and which fully respects all adolescents and their families, still faces many adversities and contradictions in the compliance field of socioeducational measures (MSE). The objective of this thesis, developed by the composition of scientific articles, presents (through institutional implication) an approach to the issues that emerged in the field of research in socioeducational units of deprivation of liberty in the socioeducational system (SSE) of the state of Rio de Janeiro, in the General Department of SocioEducational Actions (Degase), about aspects of the institutional interactions present. This work investigates and analyzes such experience of the research activity with the use of autoethnography articulated with the implication analysis, a device of Institutional Analysis, and a literature review on the subject and similar, exploring aspects of this field, the interaction between the institution and professionals from the units in the relationship with the researchers. It presents the research path in Socioeducation of a professional who is a worker and researcher in this system, and seeks to articulate the experience to understand questions around what it is like to research at Degase, when the researcher integrates (or not) the body of institution's employees. This study seeks to verify if the research activity in this field is promoter of some instituting action, whether it can provoke instituting processes aimed at the practice of Socioeducation, related to adolescents in compliance with a socioeducational measure of deprivation of liberty. The analysis and discussion presented in this thesis, from different perspectives, point out productive reflections to public policies related to this field of research, to reach a time of Socioeducation and of adolescents.

Keywords

Adolescents in socioeducational measure of deprivation of liberty; autoethnography; research field; time of socioeducation; socioeducational units of deprivation of liberty

Sumário

Agradecimentos	5
Resumo	8
Abstract.....	9
Sumário.....	10
Lista de abreviaturas e siglas	13
Lista de Quadros	15
Lista de Figuras	16
Apresentação	18
Referências Bibliográficas.....	27
1 Introdução.....	30
1.1 Um caminhar na Socioeducação: avanços e impasses no sistema socioeducativo	30
1.2 Um breve olhar sobre a Socioeducação: A Socioeducação, seu surgimento e alguns questionamentos.....	31
1.3 Um caminhar em uma história institucional.....	35
1.4 Um breve histórico do percurso.....	37
1.5 Certas vivências institucionais.....	39
1.6 Construção de certas diretrizes para alinhamento no sistema	39
1.6.1 Projeto Golfinhos e Programa de Atenção às Famílias	40
1.6.2 Diretrizes em Saúde Mental	41
1.6.3 O Plano Individual de Atendimento	42
1.6.4 Diretrizes para a prática da Psicologia no Degase.....	44
1.6.5 Programa Visita Afetiva	45
1.6.6 Programa de Saúde e Sexualidade.....	46
1.6.7 Plano de Segurança Socioeducativa – Coordenação de Segurança Interna.....	46
1.6.8 Regimento Interno	47
1.6.9 Atenção às Famílias.....	48
1.6.10 Projeto Político-Pedagógico	51
1.7 Avanços e desafios	52
1.8 Referências Bibliográficas.....	56

2 Artigo 1 – A Experiência de pesquisar: reflexões sobre o método da autoetnografia	61
Resumo	61
Palavras-chave	61
Abstract.....	61
Keywords.....	62
Introdução	62
Da implicação na Análise Institucional ao método autoetnográfico	63
Considerações Finais	78
Referências Bibliográficas.....	80
 3 Artigo 2 – Um conhecer através de vivências: o pesquisar em campo socioeducativo privativo de liberdade	83
Resumo	83
Palavras-chave	83
Abstract.....	83
Keywords.....	84
Introdução	84
As unidades de internação e algumas de suas características.....	85
Centro de Socioeducação Feminino	85
Centros de Socioeducação Masculinos.....	87
Reflexões breves sobre estas unidades	92
As pesquisas e experiências vividas pela pesquisadora	95
O processo de autorização para pesquisar	95
As pesquisas e suas impressões	96
<i>Visita Íntima</i>	96
<i>Trajetórias</i>	99
<i>Famílias</i>	104
Um pouco do muito de todas.....	107
Considerações Finais	109
Referências Bibliográficas.....	112
 4 Certos dados e resultados de uma pesquisa no campo privativo de liberdade	117
4.1 Artigo 3 – Adolescentes em privação de liberdade, famílias e territórios...	117

Resumo	117
Palavras-chave	117
Abstract.....	118
Keywords.....	118
Introdução	118
Violência e vulnerabilidade	120
Saúde, sexualidade e visita íntima.....	122
Família, novos arranjos e novas leis	123
Territórios	126
Considerações finais	128
Referências Bibliográficas.....	129
4.2 Artigo 4 – Territórios e adolescentes em conflito com a lei: Existência, futuro e especificidades sociopolíticas	131
Resumo	131
Palavras-chave	131
Abstract.....	132
Keywords.....	132
Introdução	132
Compreendendo territórios	133
A pesquisa e sua relevância	136
O impacto das desigualdades.....	138
Considerações finais	143
Referências bibliográficas	144
5 Considerações finais.....	146
6 Referências Bibliográficas.....	156

Lista de abreviaturas e siglas

Assist	Assessoria de Sistematização Institucional
Caps	Centros de Atenção Psicossocial
Cdedica	Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cense GCA	Centro de Socioeducação Professor Gelso de Carvalho Amaral
CF	Constituição Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Covid-19	Doença por coronavírus
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRDH	Comissão Regional de Direitos Humanos
CRP-RJ	Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
CSINT	Coordenação de Segurança Interna
Degase	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
Doerj	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
DPI	Doutrina da Proteção Integral
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Esgse	Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire
FCBIA	Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência
Funabem	Fundação Nacional do Bem-estar do Menor
GT	Grupo de Trabalho
Hab.	Habitante
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Km ²	quilômetro quadrado
LA	Liberdade Assistida
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MEPCT-RJ	Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro
MNPCT	Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
MP	Ministério Público
MPRJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

MSE	Medida Socioeducativa
Pdase	Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo
PIA	Plano Individual de Atendimento
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnaisari	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação, Internação Provisória e Semiliberdade
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RJ	Rio de Janeiro
SASDH	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
SEEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SSE	Sistema Socioeducativo
SSPS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
STF	Supremo Tribunal Federal
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
Unigama	Centro Universitário Gama e Souza

Lista de Quadros

Quadro 1 – Glossário de alguns termos próprios das unidades socioeducativas ..95

Lista de Figuras

Figura 1 – Regiões atendidas pelas unidades socioeducativas	138
---	-----

“O fundamental é acreditar sempre no potencial criador e na força transformadora dos jovens”.
(Antonio Carlos Gomes da Costa).

Apresentação

Os anos de 2020 a 2022 estão marcados pelo enfrentamento mundial à pandemia da doença por coronavírus (Covid-19), causada pelo vírus SARS-CoV-2, que provocou muitas perdas de vidas no mundo inteiro, e colocou as populações, algumas em nível mais alto, como o Brasil, em potencial risco de adoecimento e morte.

Apesar de todos os cuidados de muitos cidadãos em seguir o isolamento social, muitas perdas aconteceram, e impactaram muitas famílias mais diretamente, e, de certa forma, todos aqueles com sensibilidade e sentimento de solidariedade. E, mesmo com o sofrimento enfrentado por perdas concretas, optei por prosseguir o doutorado.

Com o apoio da minha orientadora, amigos e familiares muito queridos, que referendam a importância de redes interacionais e de suporte, continuei os estudos em ritmo e produção diversos do anterior, pois tudo que foi, e ainda está sendo enfrentado, consumiu muito a minha energia. Não vejo como começar a introdução desta tese sem falar deste contexto, ao mesmo tempo mundial e pessoal, vivido não só de formas coletivas, mas também de maneiras singulares, por cada um do Planeta.

Não só pela própria doença, os seus agravamentos e o altíssimo índice de mortes, hoje, tristemente, alcançado um total de quase 700 mil óbitos no Brasil, todo este período abalou profundamente as pessoas, no enfrentamento de tudo o que aconteceu, como também o desgaste de lidar com a gestão política brasileira na pandemia da Covid-19 e suas consequências: uma gestão que não promoveu um respaldo de proteção e segurança das vidas da população, entre outros, no sentido das orientações preventivas que se iniciaram com informações incorretas, confusas e disparatadas, pautadas em um negacionismo relativo às necessárias ações de enfrentamento à doença e à sua disseminação, e na ausência efetiva de ações de suporte à população mais carente e vulnerável, que ficou exposta à mazelas maiores do que as já enfrentadas (Zamora & Gomes, 2022).

A força de resistência ficou evidenciada e presente nas realizações de muitos colaboradores dos movimentos sociais, que se desdobraram, neste período, em ações de solidariedade e apoio à população que enfrentava uma situação das mais graves (Zamora & Gomes, 2022).

Muitas famílias estão ainda lidando com grandes perdas. Os idosos, adultos e jovens, mesmo sem contrair a Covid-19, estão adoecendo e até vindo a falecer, também com outros quadros clínicos, e, por vezes, pelo período difícil vivido. Todo um quadro de temor se deu pelas próprias vidas, a dos familiares, amigos, e de cada pessoa que se pode perder. Foram anos muito difíceis, e ainda serão, pois o tempo de elaboração se dá em um processo gradativo e único para cada pessoa.

Muitos indivíduos se contaminaram ou contaminaram outros, adoecendo pelo vírus, por seguirem “flexibilizações”, contraindicadas em determinados períodos ainda de risco. Uma política pública mal gerida levou muitos cidadãos a acreditar que a pandemia estava superada, e a se descuidar da prevenção mais básica – individual, familiar, coletiva –, com resultados que somam tantas perdas, e a dor, em parte de seu transcurso, de não poder, ao menos, se despedir.

O impacto concreto da perda de uma pessoa querida, principalmente como as que se deram de forma extremamente dolorosa pela Covid-19, provocaram também um ruir de planos e projetos compartilhados, que faziam parte da vida comum e, se fez (faz) presente uma necessidade de elaboração desta perda, assim como uma reorganização de relações interpessoais e interacionais, com os aspectos em torno da vida, com os afetos, costumes, hábitos e comportamentos, sendo importante toda uma reconstrução para a continuidade da própria existência (Zamora & Gomes, 2022).

Pode-se considerar o quanto o luto e a sua elaboração são processos difíceis, enfrentados com muito sofrimento nas perdas produzidas por esta pandemia, que por suas características de contaminação e riscos à vida, provocaram impedimentos até mesmo dos rituais de despedida: “Os processos ligados ao luto, com as mortes massivas da pandemia, tornaram-se de difícil elaboração, já que a própria natureza da doença impossibilita os rituais simbólicos [...]”. (Zamora & Gomes, 2022, p. 167).

Até a atualidade não foi completamente controlada a contaminação do vírus, ocorrendo ainda contaminações e mortes, o que requer atenção e ações eficazes, tendo eu mesma, mesmo com as quatro vacinações indicadas, e ainda fazendo uso de máscara, sido acometida em novembro de 2022 pela Covid-19. Zamora & Gomes (2022) sublinham que precisamos lidar com tudo isto que aconteceu, pois não se pode simplesmente colocar como passado, pois está sendo vivenciado pelos que sobreviveram às suas reverberações e repercussões. É preciso seguir em frente, e é

um quadro que “[...] convoca a todos os profissionais de saúde para a necessidade do acolhimento e de serem criadas estratégias de recuperação, apoio e afirmação de memória”. (Zamora & Gomes, 2022, p. 169).

Resistir é uma construção de luta sobre a violência que se enfrentou/enfrenta, emocional, física, política e socialmente, com espaço para as memórias, para as histórias daqueles que se foram, e prosseguir no reconhecimento da humanidade, a força do pensar, de expressar, de mobilizar e agir, são forças de resistência em favor da vida (Zamora & Gomes, 2022). Fui seguindo em frente, certamente por ter recebido tantos apoios, que me deram força e estímulo em meu objetivo de chegar até aqui.

Minha formação e prática em Psicologia teve investimentos em pós-graduações que foram sendo escolhidas pelas relações com o meu campo de trabalho, tanto clínico como institucional. Sublinho, especialmente, a Análise Institucional, que desde o começo de minha atuação está presente em meus olhares, observações, análises e intervenções. Entre os trabalhos que desenvolvo, ressalto aqui o que se refere ao presente estudo, que é relacionado à experiência enquanto pesquisadora e psicóloga servidora concursada do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), que é um órgão do governo responsável pela execução de Medida Socioeducativa (MSE) privativa e restritiva de liberdade no Rio de Janeiro (RJ), no atendimento e acompanhamento a adolescentes acusados de cometimento de ato infracional, que foram apreendidos e encaminhados à instituição para cumprimento de determinação judicial, dentro do paradigma da Socioeducação.

Esse departamento na atualidade pertence à Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), depois de vários outros vínculos com diversas secretarias, tais como justiça, direitos humanos, entre outros. Tal pertencimento atual pode ser considerado de forma positiva, ao pensar na inclusão da Socioeducação dentro deste âmbito governamental, na educação, sem estar dentro de enquadramentos anteriores, como segurança pública (apesar da existência de uma articulação constante para esta alteração).

No mestrado, desenvolvi a dissertação *“Projeto Golfinhos”*: Análise de implicação do sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro (Silva, 2016), na abordagem com famílias e adolescentes, que tive a felicidade de ver se tornar uma publicação em livro, em 2018: *Família, Socioeducação e Projeto “Golfinhos”*: uma Construção Coletiva (Silva, 2018). Na sequência, quis prosseguir com os meus

estudos voltados ao Sistema Socioeducativo (SSE) e continuar trabalhando minhas implicações, pois continuo interrogando minha própria trajetória. Iniciei a proposta do atual trabalho com foco para o próprio campo de pesquisa, a partir de indagações que foram surgindo em investigações feitas no Degase, em oportunidades e/ou percalços que se observaram nestes estudos, seja por pesquisadores externos como internos, inclusive em minha própria experiência como pesquisadora.

No transcurso do Doutorado, em períodos anteriores ao isolamento social da pandemia, tive a oportunidade de participar, entre outros, em projetos de pesquisa, tais como: *Psicologia e Desigualdade Racial*, coordenado pela Professora Maria Helena Zamora, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); *Trajetórias de vida de jovens em privação de liberdade no estado do Rio de Janeiro*, com coordenação do Professor Elionaldo Julião, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professora Claudia Mendes, do Degase; e, na *Pesquisa Famílias no DEGASE: Família dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo nos diferentes territórios das unidades do DEGASE*, realizada em coparticipação entre Degase, Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (Esgse), UFF, e Centro Universitário Gama e Souza (Unigama). As duas últimas investigações aconteceram dentro do SSE, e provocaram questões que são tratadas no presente trabalho.

Conhecer o campo de pesquisa institucional, através das experiências vividas no campo de cumprimento das medidas privativas de liberdade, suas singularidades, pode promover novas perspectivas para as ações, tanto para aqueles de dentro do campo, *insiders*, como para os “de fora”. Para promover reflexões, faço uso, como uma provocação, desta palavra, *insiders*, para falar de quem é de dentro do sistema, os adolescentes, e muitas vezes os trabalhadores do SSE – todos que fazem parte do cotidiano institucional.

As instituições têm uma tendência ao fechamento, e algumas reforçam, mais do que outras, um isolamento relativo ao mundo externo, com barreiras construídas de diversas formas, com impedimentos à saída dos internos, sem acesso ao meio social aberto, muros altos, cercas farpadas, aramadas (Goffman, 2019). Este afastamento mais rigoroso as caracteriza como “instituições totais”, e entre elas estão as instituições de privação de liberdade: “[...] organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra”. (Goffman, 2019, p. 17).

Gostaria aqui de lançar um breve olhar para esta especificidade do sistema privativo de liberdade, onde prevalece um forte movimento de fechamento tanto para os adolescentes internados em unidades fechadas, como para seus operadores, os socioeducadores, que pode levar à criação de um mundo interno daqueles que participam de seu dia a dia, em oposição ao mundo “de fora”.

Existem estudos que apontam os que são considerados *outsiders* na verdade, como aqueles que são discriminados, os excluídos (Elias & Scotson, 1994) que, aqui, são os adolescentes em cumprimento de MSE (Câmara, 2019), e aqueles bem-aceitos, “os estabelecidos” (Elias & Scotson, 1994), seriam do grupo composto pelos incluídos na sociedade. Sem desconsiderar estes estudos, coloca-se que, para aqueles que são “de dentro” das unidades fechadas, e vivem o seu cotidiano institucional, podem ver, a partir da ótica institucional, os que são “de fora”, como os *outsiders*, os que podem incomodar, os visitantes externos, os pesquisadores, todos aqueles que não pertencem ao quadro funcional, a sociedade em geral, existindo por parte desta e de suas representações, um embate crítico com a instituição socioeducativa.

A existência de uma duplicidade de lógicas convoca ao confronto presente no campo estudado, onde se pode encontrar uma lógica repressora, associada à segurança pública, ao controle social, e uma lógica do acolhimento, da educação. Estas duas lógicas travam embates, o que pode ser em parte compreendido, se utilizada uma leitura em termos de instituinte e instituído (Barembly, 2002), para contextualizar esta luta.

A segurança pública, que não deve ser sinônimo de repressão, vem, por vezes, com a força de um instituído, alimentada por uma cultura violenta e excludente, com a juventude que entra no sistema, de não permitir acontecer uma real mudança do viés punitivo, retributivo para uma prática da Socioeducação, que seria o instituinte. Tal segurança opressora atropela a segurança que deve ser socioeducativa, exercida de forma acolhedora, dentro de uma lógica da educação, de inclusão. Esta segurança, quando não é executada dentro do paradigma socioeducativo, não permite, com sua dureza e violência, alcançar os objetivos a que se propõe, entre outros, contribuir com o bom desenvolvimento dos adolescentes e com a possibilidade de gerar novas oportunidades em suas vidas.

Este estudo está relacionado à necessidade de produção de um conhecimento teórico e de relevância prática mais específica sobre o campo de pesquisa, pouco

encontrado como tema principal. O método autoetnográfico, o qual já havia feito uso no mestrado, surgiu como uma indicação importante, para realizar parte desta pesquisa. Percebi que era necessário construir uma aproximação e desenvolver um maior aprofundamento sobre o método. Acredito ter alcançado este objetivo no Capítulo 2, em que apresento o estudo sobre a autoetnografia, em artigo explicado com mais detalhes à frente.

Na presente tese, a esta metodologia utilizada, se soma a Análise Institucional, em destaque a um de seus dispositivos, a Análise de Implicação, assim como a utilização de revisão de literatura existente acerca do tema, com estudo de publicações, nacionais e internacionais, referentes ao estudo desenvolvido.

A proposta se volta a levantar questões a serem encontradas neste campo socioeducativo, para se pensar nos sentidos existentes, em seus significados, por exemplo, não só no dia a dia, na prática socioeducativa, mas também na elaboração de políticas públicas necessárias para um bom funcionamento. O objetivo foi investigar e analisar a experiência da atividade de pesquisa em unidades privativas de liberdade no SSE do estado do Rio de Janeiro (RJ), no Degase, explorando aspectos deste campo, da interação da instituição e de profissionais das unidades na relação com os pesquisadores, através de minha vivência enquanto pesquisadora e trabalhadora deste sistema.

Procurei refletir e compreender questões em torno de como é pesquisar no SSE privativo de liberdade, quando o pesquisador integra (ou não) o corpo de funcionários da instituição, que executa a medida. Busquei verificar se a atividade de pesquisa neste campo é promotora de alguma ação instituinte, se pode provocar processos instituintes voltados à prática da Socioeducação, novos e produtivos movimentos, a partir de sua realização, o que pode levar a um entendimento acerca da importância de ampliação e maior abertura a esta prática. Perguntas se formam em torno da temática, tais como: Como se pesquisa no Degase quando se é do Degase? A atividade de pesquisa é instituinte ou colabora com processos instituintes?

A busca de um conhecimento mais profundo, o fomentar reflexões e debates sobre a importância (ou não) das pesquisas, está relacionada à procura de contribuir com a potencialização da atuação socioeducativa, junto aos adolescentes e suas famílias, à participação da comunidade socioeducativa, no processo que se desenvolve com o adolescente interno, entre outras demandas que se evidenciaram. O tema escolhido pretende, através de vivências em campo e certas experiências no

percurso acompanhando esses jovens, apontar para possíveis rumos futuros, na superação de impasses e resolução de embates, que afirmam a necessidade de se repensar a prática socioeducativa. Estas questões se entrelaçam na tese, em seus capítulos, que abrangem a introdução, quatro artigos, escritos em coautoria com minha orientadora, e as considerações finais.

No Capítulo 1, a Introdução – *Um caminhar na Socioeducação: avanços e impasses no sistema socioeducativo* –, realizo uma breve abordagem à Socioeducação e a parte de meu percurso institucional, para contextualizar o campo do trabalho. A instituição pode ter muitas contradições a superar, e apesar de suas dificuldades, pode, por vezes, encontrar vias de fuga, de criação, de superação ao instituído, e necessita continuar na luta para alcançar a sua missão maior.

Conhecer melhor o campo institucional pode revelar e apontar a existência de relações de poder também presentes no campo de pesquisa que demandam atenção. As propostas de alinhamento institucional, com o desenvolvimento das diretrizes para o trabalho cotidiano, estão em articulação com as reflexões, sobre o campo, que serão realizadas através da autoetnografia. Iniciarei, assim, com o artigo sobre o método autoetnográfico, apresentado a seguir.

No Capítulo 2, o primeiro artigo – *A experiência de pesquisar: reflexões sobre o método da autoetnografia* –, apresenta um estudo acerca do método qualitativo, a autoetnografia, através de revisão bibliográfica, que se inicia com uma abordagem à análise de implicação, dispositivo da Análise Institucional, com autores como Baremblytt (2002) e Lourau (1993, 2004), entre outros, relacionando a possível articulação com a autoetnografia. Uma breve abordagem à etnografia com autores como Geertz (2008) e Clifford (2002), e feita para examinar, a seguir, o método autoetnográfico, com referências de Versiani (2002), Adams et al. (2015, 2017), Stanfield II (2022) e outros. Citações foram apresentadas, de algumas vivências no campo socioeducativo, para uma pequena ilustração e uma reflexão acerca do uso da autoetnografia em contextos institucionais, compreendendo as suas potencialidades.

No Capítulo 3, o segundo artigo – *Um conhecer através de vivências: pesquisa em campo socioeducativo privativo de liberdade* –, versa sobre o campo de pesquisa, trazendo minhas experiências como pesquisadora, em um relato autoetnográfico, articulado com a análise de implicação e revisão bibliográfica sobre o tema, com pesquisas realizadas por Mendes & Julião (2018), Vinuto & Bougnon

(2021), e outros. O tema principal é sobre como é pesquisar em campo socioeducativo privativo de liberdade, como se desenvolveram certas pesquisas neste campo, suas inter-relações com o cotidiano institucional e a interação com os pesquisadores e atores do sistema, articulando as experiências vivenciadas às pesquisas realizadas. Adiante, apresento certas contribuições com os resultados de uma destas pesquisas.

O Capítulo 4 é composto pelos Artigos 3 e 4, que foram publicados em revistas científicas, e estão mais detalhados a seguir, que abordam resultados de uma das pesquisas citadas no capítulo anterior: a Pesquisa *Trajetórias*, e se complementam na análise de seus dados. Esta pesquisa utilizou em seu procedimento metodológico um *survey*, com perguntas fechadas, aplicadas em entrevistas individuais, e em sua metodologia o autorrelato. Foi construído um banco de dados, com o qual foi realizada a análise do conteúdo e cruzamento/comparação dos dados obtidos nas categorias estudadas¹.

O Artigo 3 – *Adolescentes em privação de liberdade, famílias e territórios* (Silva & Zamora, 2019) – publicado na *Revista Polêm!ca* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), trabalhou sobre certos dados da pesquisa *Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro* (Degase; UFF, 2018) – que será chamada de *Trajetórias*, com o objetivo de constituir um conhecimento aprofundado sobre as percepções de adolescentes em privação de liberdade, para refletir sobre o processo socioeducativo.

Assim, foram destacados subtemas, tais como: o enfrentamento da violência e a vulnerabilidade; aspectos de saúde e sexualidade; a família e sua realidade; o território enquanto espaço de vivência dos adolescentes, dialogando com textos relevantes de Barbosa (2010), Vicentin (2011), Zappe (2012), Gonçalves (2013), entre outros, considerando enfrentamentos vividos por esses jovens. Portanto, o Artigo 3 busca refletir sobre as relações sociais que compõem as vidas desses adolescentes, as interações com os recursos e oportunidades de suas redes regionais, e realizar uma análise da necessidade de investimentos públicos.

¹ Sublinho que a metodologia da pesquisa *Trajetórias*, em ambos os artigos, foi a citada acima, e como abarcam a mesma investigação, haverá certos dados que estarão presentes nas duas publicações, por serem relativos à proposta do recorte dos estudos realizados, feitos através da análise e discussão de seus resultados e revisão de literatura.

O Artigo 4 – *Territórios e adolescentes em conflito com a lei: existência, futuro e especificidades sociopolíticas* –, foi publicado na *Revista Dignidade Revista*, da PUC-Rio, em 2020, e traz um panorama da Pesquisa *Trajetórias* (Degase; UFF, 2018). Trabalha com certos dados coletados nesta pesquisa, relativos aos territórios de referência de adolescentes em MSE de internação.

A análise e discussão dos resultados da pesquisa intramuros e de revisão de literatura, em aspectos diversos, com contribuições de Santos (1991, 1994), Souza (1994), Silva (2009), Mendes & Julião (2018), e outros, pode apontar contribuições às políticas públicas relativas à convivência familiar e comunitária desta população, além de ampliar vias de contribuição da psicologia junto aos adolescentes e suas famílias.

Os capítulos foram construídos na relação uns com os outros: a ligação entre a apresentação das ações do sistema que investem em alinhamento, ao mesmo tempo em que repenso uma trajetória; o estudo da autoetnografia articulada com a análise de implicação; o aprofundamento sobre o campo de pesquisa; e, as análises de uma das pesquisas que fez parte do estudo, se interligam na proposta de uma contribuição, no reconhecimento de aspectos da atividade de pesquisa, para a sua evolução e maior abertura, avaliando se pode trazer retorno produtivo ao SSE.

Espero que esta leitura venha a inspirar reflexões e novos estudos, e a instigar questionamentos e incertezas que possam lançar em novos mares golfinhos curiosos e pesquisadores. Assim, os convido a navegar comigo.

Referências Bibliográficas

ADAMS, T. E.; ELLIS, C.; JONES, S. H. Autoethnography: Chapter 1. In: **Oxford University Press**, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268809603_Adams_T_Holman_Jones_S_and_Ellis_C_2015_Autoethnography_Chapter_1_Oxford_University_press>. Acesso em: 09 out. 2022.

_____. Autoethnography. In: **The International Encyclopedia of Communication Research Methods**. Jörg Matthes (General Editor), Christine S. Davis and Robert F. Potter (Associate Editors), 2017. DOI: 10.1002/9781118901731.ie-crm0011

BARBOSA, J. L. Cidade e Território: desafios da reinvenção política do espaço público. **Combate Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2010. Disponível em: <<https://acervo.racismoambiental.net.br/2010/08/12/cidade-e-territorio-desafios-da-reinvencao-politica-do-espaco-publico/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5 ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Félix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2), 2002.

CÂMARA, R. J. Da rua à casa: como outsiders avaliam os estabelecidos. In: JULIÃO, E. (Org.). **Trajetórias de vida de jovens em situação de liberdade: um estudo sobre delinquência juvenil no estado do Rio de Janeiro**. RJ: PACO, 2019. p. 193-228.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura do século XX**. RJ: Ed. UFRJ, 2002. p. 17-62.

DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS (DEGASE). Universidade Federal Fluminense (UFF). **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase; UFF, 2018.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders – Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. RJ: Ed Zahar, 1994.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. LTC: Rio de Janeiro, 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GONÇALVES, R. S. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-23, abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635115>

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

_____. Implicação, um novo paradigma. In: ALTHOÉ, S. (Org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral**. RJ: Editora Hucitec, 2004. p. 246-258.

MENDES, C. L. S.; JULIÃO, E. F. **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro**. RJ: Degase, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Acervo/Detalhe/1056>>. Acesso em: 11 out. 2022.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, n. 9, p. 7-17, jul./dez., 1991. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/101>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; OLIVEIRA, M. L. (Orgs.). **Territórios, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994. p. 15-20.

SILVA, J. S. (Org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 21-23.

SILVA, M. T. A. **“Projeto Golfinhos”**: Análise de implicação do sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: Maria Helena Navas Zamora. – 2016. 146 f.: Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016.

_____. **Família, socioeducação e projeto “Golfinhos”**: uma construção coletiva. PR: Appris, 2018.

SILVA, M. T. A.; ZAMORA, M. H. “Adolescentes em privação de liberdade, famílias e territórios”. **Polêm!ca**, v. 19, n. 1, p. 131-144, jan./abr. 2019. DOI: 10.12957/polemica.2019.46677

_____. “Territórios e adolescentes: existência, futuro e especificidades sociopolíticas.” **Dignidade Re-Vista**, v. 6, n. 10, p. 51-64, jul. 2020.

SOUZA, M. A. A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; OLIVEIRA, M. L. (Orgs.). **Territórios, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994. p. 21-28.

STANFIELD II, J. H. (Ed.). Casual ethnography as autoethnography & autoethnography as casual ethnography: emerging observations and principles. In: **“Race” and Culture in casual ethnography as autoethnography & autoethnography as casual ethnography**: cross-societal and societal snapshots. Republic of Mauritius: University of Mauritius, 2022. p. 215-218.

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 57-72, 2002.

VICENTIN, M. C. G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 97-113, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 mar. 2019.

VINUTO, J.; BUGNON, G. Superlotação no sistema socioeducativo: uma análise sociológica sobre normativas e disputas no Brasil e França. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 58, set./dez., p. 106-137, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-118281>

ZAMORA, M. H. N.; GOMES, S. R. Do morrer e do desistir na pandemia da Covid-19. In: MORAES, J. V.; VILHENA, J. (Orgs.). **Corpo que resta...** Corpo, luto e memória. PR: Appris, 2022. p. 167-174.

ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. G. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 389-395, set./dez. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300006>

1 Introdução

1.1

Um caminhar na Socioeducação: avanços e impasses no sistema socioeducativo

Apresenta-se uma breve abordagem à Socioeducação, através de revisão de literatura, e relata-se parte de uma trajetória, na construção de diretrizes socioeducativas, em processos vivenciados, na busca de promover reflexões iniciais acerca de movimentos institucionais do Sistema Socioeducativo (SSE) privativo de liberdade do Rio de Janeiro, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), em direção a um alinhamento do sistema.

Procura-se apresentar um lado da instituição, por meio de um recorte sobre algumas ações e propostas desenvolvidas no sistema, através de processos vivenciados em trabalhos realizados, com implicações neste percurso, durante o caminho institucional. Busca-se realizar uma análise acerca dos avanços, desafios e dificuldades presentes, através deste estudo sobre diretrizes internas, e o seu desdobramento voltado à prática da Socioeducação.

Estão considerados, como essencialmente importantes e necessários, o impulso e apoio promovido por tudo que embasa o paradigma da Doutrina da Proteção Integral (DPI). As diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (Brasil, 2006, 2012) e outras referências voltadas ao SSE, foram construídas, ao longo destes anos, para garantir aos adolescentes, em processo socioeducativo, um desenvolvimento bem direcionado, enquanto cumpridores de Medidas Socioeducativas (MSE), conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA; Brasil, 1990) bem define.

A construção desta introdução se desenvolveu através da revisão de literatura sobre a Socioeducação, com referências de Costa (2006a, 2006b), Oliveira (2014), Raniere (2014), Gomes (2020), entre outros. Somam-se apontamentos e reflexões sobre ações e construções coletivas no campo socioeducativo, com certas experiências vivenciadas no percurso.

Certo é, que na busca de assinalar caminhos, podem surgir desdobramentos desta análise, e faz-se importante sublinhar que outros aprofundamentos e estudos poderão e deverão prosseguir, para que maiores contribuições possam surgir.

A trajetória institucional, as vivências subjetivas e instrainstitucionais, na construção de referências para o alinhamento do SSE, vêm buscar transmitir certo conhecimento, através de um olhar de quem participa de seus embates e enfrentamentos internos, da atuação e os desdobramentos que ocorrem em campo de pesquisa.

O breve relato do desenvolvimento de alguns dos documentos construídos, com apontamentos de aspectos e produções, durante o percurso institucional, a apresentação de vivência dentro de um campo socioeducativo onde foram, e ainda são desenvolvidas ações voltadas aos adolescentes em cumprimento de MSE e suas famílias, objetiva transmitir maior conhecimento destes movimentos. Contextualizar o campo de trabalho, para depois mergulhar no campo de pesquisa, que se tornou o interesse maior neste trabalho, pela própria vivência obtida na prática de investigação.

1.2

Um breve olhar sobre a Socioeducação: A Socioeducação, seu surgimento e alguns questionamentos

O pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, é referência em relação à Socioeducação (Pereira, 2011; Raniere, 2014; Lopes, 2015; Gomes, 2020), e teve experiências importantes dentro do sistema, voltadas ao adolescente autor ou acusado de ato infracional, antes mesmo da elaboração do ECA (Brasil, 1990). O referido pedagogo participou da construção deste documento, junto a diversas outras representações sociais, assim como também desenvolveu documentos orientadores para o SSE, como um todo, entre muitas de suas produções (Pereira, 2011).

Antônio Carlos Gomes da Costa foi também consultor, a nível nacional, desenvolveu formações para o sistema privativo e restritivo de liberdade, e participou da elaboração de guias de referência, no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), coordenou publicações, tais como: as *Bases Éticas da Socioeducação* (Costa, 2006a); *Socioeducação, Estrutura e Funcionamento da Comunidade Socioeducativa* (Costa, 2006b), entre outros.

Costa (2006a) sublinha mudanças e desafios, que se colocaram na relação dos adultos com a infância e a juventude, conforme define o ECA (Brasil, 1990), tais como: o reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos; são pessoas em desenvolvimento; têm prioridade absoluta em toda e qualquer ação

necessária, seja preventiva, protetiva, educativa; o adolescente acusado de cometimento de ato infracional tem as garantias processuais; e, o não atendimento a seus direitos pode ser levado a processo legal.

Sublinha Costa (2006a) que todas estas garantias, definidas na Constituição Federal (CF) (Brasil, 1988), e pelo ECA (Brasil, 1990), produzem alterações necessárias na prática socioeducativa, com os adolescentes em cumprimento de medidas determinadas judicialmente. Segundo o pedagogo, o maior desafio se configura no desenvolvimento de competências fundamentais, pessoais e relacionais, em adolescentes autores (ou acusados) de atos infracionais, o aprender a ser e a conviver, que se dará na prática socioeducativa desenvolvida de forma correta e ética (Costa, 2006a).

De forma particular, o conceito de Socioeducação direciona-se à ação do Estado, relativa aos adolescentes, responsáveis pelo cometimento de atos infracionais (Oliveira, 2014), na execução do cumprimento da MSE. Oliveira (2014) problematiza o considerar a execução de uma pena como ato educativo, e remete a reflexões sobre os papéis implicados em todo este sistema, desde a sociedade civil, ao judiciário, e executivo, com todos os seus atores.

Abordar a socioeducação desse modo, desde a perspectiva da criminologia crítica, converge com a expectativa de se superpor a garantia de direitos sobre a sanção, na execução da medida, uma prerrogativa coerente com o direito da criança e do adolescente, preconizado desde a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, até o ECA e o Sinase (Oliveira, 2014, p. 91).

Durante o cumprimento da execução da MSE, além de atender a uma determinação judicial de privação ou restrição de liberdade, pelo cometimento do ato infracional, também se tem o dever de respeitar os direitos deste adolescente, “[...] entre os quais está o de receber tratamento justo, não ofensivo ou humilhante, pautado em bases legais, minimamente interventivo sobre a subjetividade, não moralista, ou baseado em expectativas impossíveis de serem atendidas”. (Oliveira, 2014, p. 91). É um compromisso contribuir com o seu desenvolvimento, promovendo novos recursos, para que possa lidar com questões em torno da construção de sua identidade, sua autonomia e protagonismo, no enfrentamento de adversidades que fazem parte de sua realidade.

Oliveira (2014) sublinha a importância de um projeto pedagógico para o desenvolvimento do adolescente, ao encontro da proposta de Costa (2006a), de fato

na promoção de um amadurecimento em conhecimentos e habilidades, para interações sociais, com condições adequadas, com oportunidades de inserção para formação laborativa e alcance de subsistência, entre outras condições básicas a uma vida digna e cidadã.

Estudos sobre como a Socioeducação foi conceituada, têm sido realizados, assim como se transformou em política pública para adolescentes e jovens, servindo para a construção de uma lei e de práticas voltadas ao processo educativo. Raniere (2014, p. 14) questiona em sua tese de doutorado:

[...] quais seriam as condições de possibilidade que mantém seu funcionamento possível na contemporaneidade? Quais as principais estratégias utilizadas, com quais poderes fez/faz alianças, que tipo de corpo – atitudes, comportamentos, gestos, hábitos, discursos – produz o que faz circular, o que paralisa?

Assinala o autor em seus estudos, que as políticas públicas, no Brasil, direcionadas a adolescentes em conflito com a lei, a partir do ECA (Brasil, 1990), vêm sendo denominadas de “Socioeducação” (Raniere, 2014).

Com as principais diretrizes do sistema de garantia da infância e juventude – o ECA (Brasil, 1990) e o Sinase (Brasil, 2006, 2012) –, desenvolveu-se uma compreensão inicial na sociedade, em geral, de que a Socioeducação é uma referência do acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medida por determinação judicial (Raniere, 2014). Apesar deste entendimento, encontra-se em diversos espaços educativos, porém fora do âmbito escolar propriamente dito, o uso deste conceito, e fica visto como um pleonasmo falar de Educação Social ou Socioeducação, pois toda educação é social em sua essência (Raniere, 2014).

Gomes (2020), em seus estudos, também pesquisou, como Raniere (2014), o conceito de Socioeducação. Aponta que, apesar das diretrizes legais serem claras e diretivas, o SSE ainda não comporta um “aparato pedagógico teórico-metodológico”, que o configure como educacional, sendo fato que o adolescente foi encaminhado para este sistema por ter descumprido alguma norma ou lei social. Além da responsabilização, deve-se focar, neste processo, no restabelecimento de laços sociais (Gomes, 2020).

Em uma prática que está muito aquém da proposta socioeducativa, quando em sua realização acaba por funcionar como dispositivo de controle, na verdade está de acordo com o paradigma menorista e não garantista (Gomes, 2020).

Tais colocações estão em ressonância com as reflexões de Santos (2007), sobre o porquê do encaminhamento pelo Judiciário de alto índice de adolescentes ao cumprimento de MSE de internação no Rio de Janeiro (RJ), mesmo que sabedores das condições das unidades fechadas do sistema, e pergunta: “O que é ser um adolescente em conflito com a lei num país como o Brasil, campeão das desigualdades?”. Indaga, também, se “O fenômeno da infância e juventude ‘infratora’ brasileira não poderia estar associado a outros processos discriminatórios, como, por exemplo, o racismo e a discriminação racial?” (Santos, 2007, p. 9). O autor prossegue em seus questionamentos, tão atuais, ainda em 2022:

As instituições e os profissionais envolvidos na operacionalização das medidas socioeducativas e protetivas aplicadas às crianças e aos adolescentes que entram em conflito com a lei, reproduzem ou não a lógica excludente, característica de nossa sociedade? Afinal, o aparato jurídico/institucional voltado para esses jovens é um mecanismo da reprodução das desigualdades raciais e sociais? (Santos, 2007, p. 9).

Santos (2007) afirma que, ao refletir sobre a infância e juventude em conflito com a lei, deve-se abordar a questão das desigualdades e do racismo no país. O Estado, ao atender a uma sociedade atravessada por preconceitos e discriminações raciais e de classe (entre outras), que demanda que estes adolescentes, em sua grande maioria, pobres e negros, tenham a sua liberdade capturada, como represália ao seu cometimento infracional, deixa de realizar um verdadeiro trabalho socioeducativo, e, na verdade, se enquadra em um círculo de repetição, alimentando uma forma conhecida de lidar com a questão, através da exclusão e discriminação desta população (Santos, 2007).

O sistema jurídico e executivo, o próprio SSE, demanda uma revisão de suas ações, para o alcance da superação de seus equívocos, de tratar de uma justiça e prática retributiva, punitiva, e não verdadeiramente educativa, que precisa alcançar uma prática pedagógica e produtora do desenvolvimento destes adolescentes, da promoção de seu protagonismo e do alcance de novos direcionamentos em sua vida.

Santos (2007) aponta, que ao voltar os seus estudos na direção de refletir sobre o racismo e suas repercussões em uma não inclusão aos direitos e às oportunidades sociopolítico-econômico-culturais, e (certamente consequente) criminalização de adolescentes e jovens pobres, se pauta em acreditar que o campo da Educação, além de uma via necessária para contribuir com reais oportunidades para esta população, é o caminho para a luta necessária contra o racismo. Ao encontro deste

pensamento, assinala Gomes (2020) outra forma de se dedicar à Socioeducação, pelo viés não da quebra, mas da construção dos acordos sociais, dos “[...] princípios e formas de promover a manutenção da paz social” (Gomes, 2020, p. 125), e afirma que:

[...] a única maneira eficaz de se promover socioeducação seria a partir da estrutura, na construção de uma cultura de convivência com as diferenças, respeito e afetividade. Ao se pensar a socioeducação como uma cultura dialógica de convivência, a ser promovida em todas as camadas sociais, descentramos a ideia de socioeducação [...]: em que ensinamos exclusivamente a alguns jovens, em sua maioria, do sexo masculino, pretos, pobres e moradores da periferia como eles devem agir socialmente. Em uma concepção decolonial de socioeducação, devemos não apenas ensinar a esses jovens, mas buscarmos, todos, uma maneira de conviver (Gomes, 2020, p. 126-127).

No cotidiano institucional, está-se a cada dia em uma construção e reconstrução contínua, em busca da Socioeducação, de uma prática que respeite e inclua a todos, de forma ética e justa, que objetiva ser pedagógica e promotora de desenvolvimento dos adolescentes; porém, ainda enfrenta muitas adversidades e contradições em seu campo de cumprimento da MSE. No relato a seguir, de parte do percurso da autora, procura-se refletir sobre movimentos institucionais, que acontecem em um dia a dia, que se pretende socioeducativo.

1.3

Um caminhar em uma história institucional

Em muitos anos de trabalho na instituição socioeducativa – quase 30 anos –, posso afirmar na atuação em campo, uma procura contínua de provocar e promover contribuições neste percurso da socioeducação. Em diversos lugares institucionais diferentes, apresentados neste trabalho, foram feitos investimentos e desenvolvimentos de ações, dentro do campo de intervenção. Importante pontuar, também, que houve momentos de grande desânimo e desalento, frente a impasses e forças opressoras, que não permitiram certos avanços e contribuições ao sistema, e foi necessário recuar para encontrar o momento de avançar.

O que impulsionou a apresentação do percurso institucional, em relação ao objetivo do trabalho, é que este seja compreendido como um potencializador de reflexões e avaliações, que contribuam com os estudos e realimentação do sistema ainda em construção, em sua busca de amadurecimento, unindo resultados ao

aprofundamento sobre o campo de pesquisa. Cada trabalho deste foi citado pela participação estar articulada com a realidade destes adolescentes e trabalhadores do referido campo. Nesta busca, está presente a implicação no campo, mesmo sem ter enfrentado, na história pessoal, as adversidades que grande parte da população dos adolescentes enfrenta.

Ao começar a desenvolver ações como psicóloga no Degase, foi preciso muita energia, para lidar com as dificuldades existentes, não permitindo acontecer um não reconhecimento de implicações, como um movimento interno de não ver o seu próprio implicar com os acontecimentos diante de embates difíceis.

De forma clara e objetiva, assinalam Nascimento & Coimbra (2008, p. 145) que: “[...] implicado sempre se está, quer se queira ou não, visto não ser a implicação uma questão de vontade, de decisão consciente, um ato voluntário. Ela encontra-se no mundo, pois é uma relação que estabelecemos com as diferentes instituições.” Por isso a importância da análise de implicação, dispositivo da Análise Institucional, no ato de compreender as relações que se estabelecem com a instituição, no refletir sobre as próprias ações desenvolvidas no campo de intervenção, atuação e pesquisa, para se pensar a própria prática, os atravessamentos da instituição sobre si, como se constitui, como é a sua forma de funcionar (Nascimento & Coimbra, 2008). A busca de um certo afastamento pode ser observada com muitos trabalhadores, diante de tantos entraves.

Assim, à procura de combater um ciclo repetitivo, e não cair em uma omissão, foi importante manter o circular contínuo em ações produtivas (Silva, 2018): foi um desafio, e ainda é, com as pressões de um instituído pesado, revestido por forças de uma instituição compreendida como total, em sua separação e fechamento (Goffman, 2019).

Em um sistema permeado por uso do poder de formas arbitrárias e de mecanismos de impedimento de ações instituintes, existem possibilidades de resistência, por exemplo, como aponta Foucault (2017), na possibilidade de produção de construção de saberes resistentes, que possam investir na desconstrução da utilização de poderes contra forças criativas, viabilizando uma transformação, uma atualização do poder nas práticas institucionais.

1.4

Um breve histórico do percurso

Iniciando com uma primeira fase neste percurso, durante vários anos, de 1994 a 2000, ações foram realizadas em uma unidade de internação provisória, que em certos períodos também executou a MSE de internação, a realização de atendimentos a adolescentes e familiares, no acompanhamento do período de acautelamento e depois em medida de internação. A participação em equipe interdisciplinar era muito interessante; a elaboração de relatórios para o Juizado era uma atividade que, por vezes, ocupava muito do tempo do trabalho, e retirava parte da atenção maior que a equipe gostaria de dar ao atendimento ao adolescente.

Após a extinção da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem) e da Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência (FCBIA), o Degase foi constituído² em 1993, e as atividades se iniciaram em 1994 (Lopes, 2015; Nunes, 2016; Câmara, 2017, 2019). Muito se trabalhou na construção da organização de rotinas técnicas e institucionais, elaboração dos instrumentais de registro de atendimento, desenvolvimento de procedimentos da rotina de visita das famílias na unidade, entre outros. Enfrentaram-se muitas carências, como falta de recursos para a realização de atividades com os adolescentes e famílias, recursos para o próprio atendimento, e era feito um movimento solidário por alguns profissionais das equipes para buscar dar conta do que era necessário, ao menos o mínimo.

Houve múltiplos embates nas relações institucionais, na instituição que deveria ter o seu funcionamento dentro de um novo paradigma, principalmente em seus anos iniciais, ao atingir adolescentes em seus direitos, a precariedade de instalações, a violência institucional e o não atendimento às diretrizes do ECA. Também atingiu funcionários, com perseguições àqueles que discordavam de formas erradas de funcionar e agir, com transferências e ações arbitrárias, permeadas por um uso de poder indiscriminado e desrespeitoso.

Dentro de toda uma grande contradição socioeducativa no seu funcionamento, certos profissionais, entre os chamados “técnicos” (profissionais de nível

² Decreto nº. 18.493, de 26 de janeiro de 1993. A criação deste departamento é definida sem aumento de despesa, sem um orçamento dirigido à sua criação e organização, dentro da estrutura básica da Secretaria Estadual de Justiça. O que já, de início, aponta para análises e revisões necessárias a tal “investimento”, para esta população e toda a proposta socioeducativa. Ver: “A gênese das primeiras escolas no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro: uma escolarização sui-generis (1994-2001)” Câmara, R. J., 2017, p. 79.

superior), agentes socioeducativos e outros, buscaram realizar algum trabalho que contribuísse com o processo do adolescente em sua passagem pelo sistema.

Ao chegar ao SSE, ingressei em uma unidade de internação provisória e realizei o trabalho de acompanhamento dos adolescentes, com todas as suas demandas. Neste período construí, junto a outra profissional da equipe, um projeto voltado às famílias e adolescentes (Silva, 2018), abordado mais adiante. A direção geral, no ano de 2002, acreditava neste trabalho de famílias, e solicitou o seu retorno, e, assim, passei a integrar a equipe de coordenação das unidades fechadas, assunto também tratado mais adiante.

Outra mudança da gestão geral do departamento provocou a minha transferência para outra unidade, sem conseguir implantar o programa de atenção às famílias, e a nova participação foi para integrar uma das equipes que executavam a Liberdade Assistida (LA), que depois foi municipalizada, e à época era ainda uma responsabilidade do Degase. Deram-se muitas experiências nesta medida que acompanhava os adolescentes, já em convivência familiar e comunitária, lidando com suas escolhas e enfrentamentos em seu território. Esta medida foi municipalizada a partir de 2008, considerando a importância de proximidade ao território de referência dos adolescentes, buscando fortalecer o seu processo socioeducativo e a participação da família.

Esta equipe se tornou uma assessoria para adolescentes egressos, sendo nesta transição responsável por organizar e realizar a formação e capacitação dos profissionais do município para execução da MSE de LA. Pouco tempo, depois desta alteração, outra experiência passa a ser vivenciada, quando aconteceu o convite para a direção da divisão de psicologia, onde fiquei em torno de seis anos nesta gestão, vivendo, neste período, muitas situações diversas, impactos e produções importantes, que ainda hoje reverberam no sistema e, algumas precisam ser efetivadas.

Em 2015, ao sair da função de gestora, passei a integrar a equipe da Assessoria de Sistematização Institucional (Assist), na qual se concentra a atividade de sistematização de todo o sistema, suas produções internas, seus documentos e procedimentos, com investimento no alinhamento institucional. Neste novo espaço de trabalho, o desafio era atuar dentro de uma proposta deste alinhamento do SSE, que tem produzido resultados importantes, apesar de ser de conhecimento que os processos de mudança são lentos e, por vezes, sofrem embates difíceis de serem superados.

1.5

Certas vivências institucionais

O SSE é permeado por muita intensidade em seu dia a dia, em seus acontecimentos, sendo a rotina institucional composta por muitas ações, com uma dinâmica intensa, que se aborda em um dos artigos da tese, entre aspectos que refletem no campo socioeducativo. Talvez seja uma característica isomorfa³, por lidar com a adolescência, que é reconhecida como um período bem peculiar de desenvolvimento da pessoa, de grandes emoções, decisões, escolhas: ou seja, efervescente. Pode-se, também, pensar nas interações com a família, onde se dá o convívio social e emocional, intenso em sentimentos e afetos, núcleo que demanda atenção no acompanhamento dos adolescentes no SSE.

A minha participação e os desenvolvimentos no percurso se dão através da atuação enquanto profissional da psicologia, no atendimento, em diversos movimentos institucionais e em Grupo de Trabalho (GT), voltados às propostas de avanços no campo socioeducativo, mudanças no sistema e novas formas de desenvolver a Socioeducação, desde o começo da organização do atendimento aos adolescentes e famílias, iniciado em 1994 até a atualidade, no trabalho de alinhamento institucional.

1.6

Construção de certas diretrizes para alinhamento no sistema

A seguir, foi feito um recorte, com apresentação de processos da elaboração de documentos no transcorrer do tempo de atuação, de certos trabalhos institucionais e investimentos produtivos em atuação no campo socioeducativo, na busca de efetivar os direitos e garantias dos adolescentes, famílias e servidores. O conteúdo dos documentos não foi esmiuçado, pois não comporta o objetivo do presente trabalho, e foram fornecidas as suas referências para consulta. Alguns aspectos poderão ser observados como analisadores da instituição, sendo possível se pensar em como lidar com os instituídos existentes, que precisam ser desconstruídos, e ganhar

³ Remete-se ao isomorfismo assinalado em Terapia Familiar, por exemplo, entre a família e o trabalho, entre outros espaços, os problemas enfrentados, como se dão e a relação com as histórias próprias, a repetição de conflitos enquanto não elaborados.

espaços para os instituintes que podem vir a constituir um SSE em sua prática cotidiana.

1.6.1

Projeto Golfinhos e Programa de Atenção às Famílias

Há um ponto de encontro traçado entre o Projeto Golfinhos e as ações socioeducativas, nas quais acredito que o trabalho a ser desenvolvido envolve a continuidade do investimento em relações afetivas e significativas para os meninos e as meninas que passam pelo sistema socioeducativo, em que ações direcionadas à sua saúde física e mental deverão abarcar dispositivos de transformações, como o trabalho com famílias, sempre (Silva, 2018, p. 91-92).

No período inicial, logo ao começar as atividades no acompanhamento aos adolescentes, observando a necessidade de atenção às famílias, junto a uma profissional pedagoga, construímos e desenvolvemos o *Projeto Grupo Multifamiliar* (Silva & Leite, 1996), depois nomeado *Projeto Golfinhos* (Silva, 2018), com foco nas relações afetivas e familiares, e no trabalho com o núcleo emocional destes jovens. Depois, houve o ingresso no projeto de outro profissional da psicologia, que somou muitas contribuições ao trabalho. Não irei me alongar aqui sobre todo o processo vivido até a atualidade, pois boa parte está transcrita na dissertação do mestrado e no livro *Família, socioeducação e Projeto “Golfinhos”: uma construção coletiva* (Silva, 2018).

Em meados do ano de 2002, este trabalho com famílias, que era desenvolvido em duas unidades de internação, estava suspenso, e uma nova gestão do departamento que o conhecia e avaliava positivamente os seus resultados, solicitou o retorno do projeto, quando respondeu-se com a proposta de uma organização do projeto para uma implantação no sistema todo, como um programa, que entrasse na dinâmica da rotina de atendimento, para não ficar à mercê de mudanças de gestão. Assim, deu-se uma transferência para a equipe de coordenação das unidades fechadas, ao final do ano de 2002, no intuito de participar junto com os outros profissionais do *Projeto Golfinhos*, na construção do *Programa de Atenção às Famílias – Golfinhos* (Silva & Leite, 2002).

O programa foi construído, porém, ocorreu uma nova mudança de gestão, que não apoiou o programa, e fui transferida para uma assessoria de atendimentos à LA, que não viabilizou o desenvolvimento do projeto. Depois fui para outro setor, para a gestão da divisão de psicologia, e durante este período, já a pedido de outra gestão

geral do departamento, o *Programa de Atenção às Famílias* foi atualizado em 2012, para sistematizar a proposta de sua ampliação (Silva, 2018). Foi aprovado para implantação, mas a mudança da gestão da coordenação de saúde que entrou embarreirou o seu desenvolvimento, e novamente perdeu-se a oportunidade de realizar um alinhamento da prática realizada no *Projeto Golfinhos* e dos eixos de atuação propostos no Programa.

Com tantas alterações de gestão no departamento, e uma luta constante de forças institucionais, relacionadas também às pessoas com interesses diversos e políticas envolvidas, este programa não foi implantado até a atualidade (Silva, 2018). Em 2015, a partir de um GT voltado à atenção às famílias, que participei, foi elaborado outro programa para a atenção às famílias, apresentado mais adiante.

1.6.2 Diretrizes em Saúde Mental

De acordo com o Ministério da Saúde (MS), Portaria Interministerial n.º 1.426, artigo 1º, § 2, item II:

Para o alcance dessa finalidade são estabelecidas as seguintes prioridades: a implantação de ações de prevenção e cuidados específicos, com prioridade para o desenvolvimento integral da adolescência, em particular, a saúde mental; a atenção aos agravos psicossociais, a atenção aos agravos associados ao uso de álcool e outras drogas, sob a perspectiva da redução de danos, a saúde sexual e saúde reprodutiva, a atenção às DST/HIV/Aids e às hepatites e a atenção aos adolescentes com deficiências (Brasil, 2004, n. p.).

Um dos primeiros movimentos na gestão da Psicologia, em que estive envolvida, e foi de muito investimento, tem a ver com a minha experiência profissional, trabalhando há muitos anos em saúde mental, mesmo antes de ingressar neste departamento. Foi o desenvolvimento das Diretrizes da Saúde Mental, elaborado em 2009, a pedido da Coordenação de Saúde, e buscou compor uma orientação para o sistema, acerca da atenção aos adolescentes que demandavam cuidados relativos à saúde mental.

Dessa forma, tal ação pôde ser fortalecida com a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação, Internação Provisória e Semiliberdade (Pnaisari), com portarias e reedições da política publicadas desde 2004, e recente atualização em 2021 (MS,

Brasil, 2021), que trouxe diretrizes bem direcionadas à saúde física e emocional. Este campo, da saúde mental, dentro do SSE, era permeado por certos embates, que se podem relacionar com brigas de poder, de forças internas, em questionamentos, como, por exemplo, se deveria ficar somente sob uma ótica de qual categoria ou setor. Esta referência parcial, produzida no ano de 2009, citada acima, foi mais tarde incorporada em outro documento, *Atenção em Saúde Mental e o adolescente em conflito com a lei* (Trindade et al., 2016), junto a uma nova Equipe Médica da Coordenação de Saúde e do Serviço Social, em 2016.

A atenção à Saúde Mental no sistema, sua história e caminhar, merece um estudo aprofundado, existindo publicações sobre algumas diretrizes (Silva, 2009; Trindade, 2018; Silva & Lopes, 2021). As ações voltadas à prevenção e manutenção da saúde mental, certamente demandam investimentos, existindo um sofrimento mental de adolescentes quando privados de liberdade, alguns já com quadros clínicos anteriores.

É positivo que algumas conquistas foram feitas, promovendo maior efetividade nesta abordagem, e, na atualidade, o acompanhamento do adolescente com tal indicação segue desenvolvido pelos núcleos de saúde mental, de unidades privativas de liberdade, em articulação com os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), quando se articula intersetorialmente, assim como tem um núcleo de saúde voltado ao servidor, e foram criadas outras divisões que cuidam de aspectos específicos, que estão em torno da integridade dos participantes da comunidade socioeducativa (Rio de Janeiro, 2022).

1.6.3 O Plano Individual de Atendimento

A ação socioeducativa deve respeitar as fases de desenvolvimento integral do adolescente levando em consideração suas potencialidades, sua subjetividade, suas capacidades e suas limitações, garantindo a articularização no seu acompanhamento. Portanto, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo. (Brasil, 2006, p. 48).

Desde a determinação de sua elaboração no ECA (Brasil, 1990), e, a partir também da publicação do Sinase (Brasil, 2006⁴, 2012), o Plano Individual de

⁴ Resolução n.º 119, de 11 de dezembro de 2006.

Atendimento (PIA) teve, em tempos diversos, a organização de GT, que foram iniciados, porém, interrompidos, como tantas ações no sistema, sem alcançar a efetividade necessária, apesar de ser uma diretriz legal. Estes rompimentos são vivenciados pelos participantes com sofrimento, pois se debruçaram sobre o trabalho a ser feito e, depois, parece que tudo se evapora e recomeça, sem se considerar o que foi realizado.

Os participantes procuraram construir um instrumental que desse uma base alinhada para o campo, para os profissionais que elaboram este plano, que deve ser feito com os adolescentes e as famílias, e em equipe interdisciplinar. Em todos estes grupos houve minha participação ativa, e, somente após a publicação do Sinase, em 2012, e o trabalho que fizemos junto à Subdireção Geral, em 2013, obteve-se um resultado publicado (Rio de Janeiro, 2013c), com uma orientação alinhada para todas as unidades, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (Doerj), com atualização publicada também em data posterior, no Regimento Interno⁵. Todos estes movimentos, de produção do material e suas retomadas, em torno desta elaboração, apontam o quanto é trabalhosa e processual a implantação de diretrizes alinhadas neste campo, no SSE privativo de liberdade.

A construção do PIA compõe uma das ações no acompanhamento do desenvolvimento pessoal e social do adolescente, elaborado com metas e compromissos do adolescente, pactuados com a sua família, durante o cumprimento de sua MSE. É um instrumental que pode trazer contribuições em seu processo socioeducativo, e ainda precisa ser mais estudado e mais bem compreendido, para não ser um documento esvaziado de sentido, e sim um recurso potencializador para o adolescente e o seu futuro.

Até a atualidade este documento passa por questionamentos e dúvidas que demandam atenção, e, possivelmente, mudanças. O sistema é muito dinâmico e intenso, tem peculiaridades e singularidades, e todas as diretrizes, quando aplicadas em campo, têm um retorno que deve ser estudado para possíveis adaptações, ou até mesmo desconstruções.

⁵ Regimento Interno – Doerj (2018).

1.6.4

Diretrizes para a prática da Psicologia no Degase⁶

[...] a Psicologia tem estado presente nos diversos espaços de atendimento aos/às adolescentes que respondem a processo judicial por autoria de ato infracional, com o desafio de trabalhar pela garantia da efetivação das políticas públicas e da garantia dos direitos humanos. A Criminologia Crítica, a Sociologia, a Psicologia Social e outras ciências humanas, nas últimas décadas, vêm contribuindo com pesquisas e debates sobre as instituições, o cárcere, as várias formas de violências, a seletividade criminal, as subjetividades e outros temas que contribuem para a problematização do lugar ocupado pela psicologia nos espaços onde adolescentes cumprem medidas socioeducativas (Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, 2016, p. 17).

Outro trabalho que fez parte das contribuições para o alinhamento institucional foi o acompanhamento do GT para as diretrizes da Psicologia no Degase, em 2013, e a revisão final do documento. Construído por profissionais da psicologia, com participantes e colaboradores, o GT teve a sua publicação *Diretrizes para a prática da Psicologia no Degase* (Rio de Janeiro, 2017), dentro dos trâmites institucionais. O processo foi longo e com muitas discussões.

O grupo trabalhou construído na busca de trazer contribuições de profissionais, com suas singulares inserções institucionais. Algo pode ser aqui assinalado, que já foi vivido por mim e por outros profissionais, em diversas experiências, quando certos participantes do grupo buscam dominar e controlar os outros, e conforme as forças institucionais em jogo, muitas vezes conseguem. Através de uma forma de trabalhar o material, e impor a sua forma de escrita e pensamento, estes participantes se desfazem do conteúdo e contribuição do outro, o que produziu para alguns participantes um mal-estar, por vezes levando ao afastamento e abandono de participação, por este atravessamento de uns sobre outros, com um uso inadequado de poderes, onde se deve ter uma participação democrática.

É uma variável que precisa ser mais elaborada e trabalhada, de forma que não se percam contribuições tão valiosas. Inclusive, considera-se importante poder conversar e se realizar uma mediação entre os profissionais que se afastaram e aqueles que produziram o afastamento, os mal-entendidos engrossam a dificuldade comunicacional e operativa do sistema, mas, em sua maioria, não foram desfeitos.

⁶ O Degase, em certo período de governo estadual do Rio de Janeiro, que abrangeu a construção das diretrizes da psicologia, assumiu o *slogan* “Novo” Degase, possivelmente na busca de marcar uma nova direção. Assim, dentro do corpo deste material, o departamento é citado com ambas as denominações. Lopes (2015) desenvolveu uma discussão acerca desta denominação “Novo” Degase, e assinala que, de fato, não houve nenhuma oficialização de alteração do nome do departamento.

1.6.5 Programa Visita Afetiva

[...] a sexualidade tem sido reprimida e atravessada por preconceitos, tabus, interdições e perpassada pelas relações de poder, no controle dos corpos, na sujeição a normas excludentes de formas de expressão singulares. A vivência sexual na adolescência traz uma dimensão de novas descobertas de si e do outro, de novas sensações e experiências, e também se relaciona com a capacidade de amadurecimento de escolhas, decisões e construção da autonomia (Silva, 2018, p. 179).

A participação no GT para implantação da visita íntima, que concluiu os trabalhos com a elaboração do *Programa Visita Afetiva*, trouxe muitas vivências institucionais. Este GT teve em sua característica um momento de abertura institucional, e sua construção se deu com participação de diversas representações internas e externas ao sistema, como Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cdedica), Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), e outros. Um relato minucioso foi feito em 2014, em artigo publicado, que complementa esta leitura (Silva & Zamora, 2014). A Lei n.º 12.594/2012 (Brasil, 2012), em seu artigo 68, define a visita íntima como um direito do adolescente em privação de liberdade, e a partir de sua publicação foi proposta uma elaboração do preparo para a sua regularização e implantação.

Os itens dos critérios estabelecidos foram desenvolvidos focando na garantia do direito e na saúde física e mental do adolescente. O GT de visita íntima foi desenvolvido em 2012, concluindo os seus trabalhos em 2013 (Rio de Janeiro, 2013a). Desde o seu início, ocorreram embates permeados por relações intra e interinstitucionais, difíceis até mesmo de relatar, tão emaranhadas que estas são por conflitos de forças e poderes, sempre presentes, em cada ação que poderá ser desenvolvida, antes mesmo de sua implantação.

Por vezes, estas forças contrárias à produção instituinte vencem e, mesmo que a proposta seja construída, não se consegue caminhar. Em sequência a este documento da Visita Íntima, foi construído o GT para se elaborar o *Programa de Saúde e Sexualidade* (Rio de Janeiro, 2015b). Até a atualidade não foi implantado este direito.

1.6.6

Programa de Saúde e Sexualidade

A implantação da visita íntima, entre outros direitos a serem garantidos e efetivados, vem somar-se à mobilização para tornar o espaço da socioeducação coerente com suas proposições. Muito temos ainda a trabalhar para construir um novo saber e superar práticas ilegítimas, impasses e dificuldades, advindos de anos de uma cultura atravessada por preconceitos. Para alcançar a compreensão da importância do exercício da cidadania para aqueles que enfrentaram adversidades no lidar com a lei, é necessário trabalhar as responsabilidades, a conscientização do viver em sociedade, o respeito a si e aos outros e, assim, ter verdadeiramente oportunidades reais de redirecionar suas vidas (Silva, 2018, p. 185).

Muitas vivências foram experimentadas também neste GT para elaboração do *Programa de Saúde e Sexualidade*. Foi um trabalho coletivo, com enfoques diferenciados dos participantes, de diversas unidades do sistema privativo de liberdade. O principal alcance desta proposta foi o foco nos adolescentes, familiares e servidores, a partir de orientações básicas e mais complexas sobre a saúde e a sexualidade, com formações e capacitações, com toda a sensibilização necessária para a implantação da visita íntima no sistema. Algumas das propostas foram acontecendo, porém, o programa não foi implantado de forma integral. Posteriormente, outro GT e comissão foram criados para retomar o processo.

1.6.7

Plano de Segurança Socioeducativa – Coordenação de Segurança Interna

[...] o Plano de Segurança Socioeducativa constitui um instrumento que visa garantir as ações socioeducativas, tornando o ambiente favorável ao desenvolvimento das diversas atividades: escolares, profissionalizantes, culturais, esportivas e recreativas, atendimentos psicológico, médico e sociofamiliar, bem como, as refeições, a higiene pessoal e ambiental. Cabe ressaltar que o trabalho com o adolescente em conflito com a lei nos impõe uma série de desafios e tem sua especificidade, por isso toda a equipe da unidade, independente de sua função, deve estar preparada para prevenir e atuar satisfatoriamente nas situações de crise. Por outro lado, é importante investir continuamente na qualificação dos socioeducadores e em ações que contribuam para o fortalecimento emocional dos profissionais para o enfrentamento de impasses e problemas (Rio de Janeiro, 2013b, n. p.).

A elaboração do primeiro Plano de Segurança da Coordenação de Segurança Interna (CSINT) foi realizada em 2013, de forma coletiva, com a participação de todas as unidades, e a cada encontro se promoviam as mudanças sugeridas por votação dos destaques feitos, com a participação por arquivo digital, com a opinião de

todos. Foi um plano inicial, com muitas especificidades, e a participação foi muito rica, porém, como quase todo movimento coletivo no departamento, muitos funcionários não se sentiram contemplados, apesar de toda unidade privativa de liberdade receber o grupo que era responsável por levar o documento, discutir e inserir as propostas de alteração para votação.

Depois de pronto, houve um grande encontro, em uma universidade estadual, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), para os funcionários, onde o plano foi apresentado com todos os detalhamentos inseridos, onde algumas preocupações sobre a integridade – tanto dos adolescentes como dos servidores – ainda estavam em questão.

O uso do *spray* de pimenta, a gradação da intervenção de contenção em crise, diálogo para mediação, restrições, contenção física, eram questões que dividiam os trabalhadores, alguns mais voltados a uma segurança controladora e cerceadora, e outros preocupados com a segurança da comunidade socioeducativa e manutenção da integridade de todos, sem violência contra os adolescentes.

Assim, houve questões mobilizantes, chegando a ter perguntas sobre a escala progressiva de força e atuação na segurança, se a gradação da intervenção poderia chegar à letalidade do adolescente. Na atualidade estão presentes movimentos para aprofundar e trabalhar mais estas questões no sistema, e a última atualização do plano denomina-se *Plano Operacional de Segurança Socioeducativa do DEGASE* (Degase, 2020). A preservação da vida do adolescente, e a possibilidade de investir em seu desenvolvimento, precisam ser prioridades sempre.

1.6.8 Regimento Interno⁷

Art. 11. Além da especificação do regime, são requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento: I – a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva; II – a indicação da estrutura material, dos recursos humanos e das estratégias de segurança compatíveis com as necessidades da respectiva unidade; III – regimento interno que regule o funcionamento da entidade [...]. (Brasil, 2012, n. p.).

A participação que tive, junto à minha equipe, foi mais dirigida a contribuir com a construção do regimento de algumas unidades, sendo diferente dos GT, foi

⁷ Regimento Interno – Doerj (2018).

desenvolvido dentro da proposta de um referencial que orientasse e acompanhasse todas as unidades para esta construção, de forma alinhada. Este documento, tem sua versão publicada em Diário Oficial (Rio de Janeiro, 2018), vem ao encontro do atendimento à normativas preconizadas no ECA (Brasil, 1990), no Sinase (2006, 2012), assim como no Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo (Pdase) do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2014), e tem objetivo de estabelecer a estrutura básica operacional do sistema e o alinhamento normativo de todas as unidades do Degase. Um documento muito extenso, detalhado, que deve ser seguido, de forma a bem desenvolver o trabalho socioeducativo.

Existem muitas questões que precisam de atenção no sistema privativo de liberdade para os adolescentes em cumprimento de MSE de internação, a principal sempre a garantia da preservação da saúde e integridade dos adolescentes internos, e efetivamente a oportunidade deste viver um processo socioeducativo de desenvolvimento salutar em seu ciclo vital para um futuro cidadão. A participação das unidades foi produtiva, os regimentos internos de cada uma foram enviados aos órgãos competentes.

1.6.9 Atenção às Famílias

Trabalhar com os adolescentes em conflito com a lei e com suas famílias continua a ter, na atualidade, uma enorme demanda, diante do ainda crescente número de adolescentes sendo encaminhados a medidas restritivas de liberdade e da permanência da violência no cotidiano do Estado, assinalando a ineficácia de políticas públicas e, ainda, a existência de famílias em situação de miséria ou de outras violências. Além disso, há o crescimento de medidas, por parte do Estado, de caráter meramente criminalizantes e repressivas e a falta de orientação da população para requerer seus direitos e exigir dignidade em sua existência (Silva, 2018, p. 92).

Foi realizado este GT após um curso focado na temática da atenção às famílias, encaminhado, originalmente, pela Divisão de Psicologia, e desviado para outro setor. Houve embates, entre as divisões e outras representações internas, sobre o foco principal do curso, pois no encaminhamento original do curso havia a proposta de começar a preparar profissionais, que tivessem interesse e disponibilidade, para as intervenções sistêmicas familiares, além da proposta do GT.

Foi, assim, outra experiência, dirigida, inicialmente, para se implantarem as ações de família, do *Programa de Atenção às Famílias – Golfinhos*, já elaborado

em 2002 e atualizado em 2012, com a aprovação da Direção Geral, e se voltou para mais uma elaboração de mais um Programa de Atenção às Famílias (Rio de Janeiro, 2015a).

Este GT buscou relações com os trabalhos com famílias, realizados no Degase, e teve contribuições apresentadas também pelo *Projeto Golfinhos* e pelo *Programa de Atenção às Famílias – Golfinhos*, e sofreu um boicote em sua citação e referência, por parte de membros do GT. Experiência profundamente traumatizante, diante do embate promovido para não permitir o desenvolvimento do *Projeto Golfinhos*, por certos participantes do grupo e a coordenação de saúde à época.

Apesar de utilizar o programa original, para compor o atual, e contemplar as ideias de eixos de atuação, se deu de forma diversa da proposta inicial por não contemplar a sistemática de atendimento do *Projeto Golfinhos*. Após o meu afastamento, por múltiplas pressões institucionais e grande desgaste, o grupo que ficou responsável nega a sua existência e efetividade. Foi um grande esgotamento emocional vivido como servidora, apesar da longa experiência institucional, tanto no lidar com confrontos do instituído como no enfrentamento aos ataques do grupo.

As forças opressoras eram utilizadas através do poder de gestão de alguns, e alianças feitas com outros participantes do grupo, que viraram as costas para a história, apesar de terem vivido parte dela. Na época foi difícil compreender quais eram os interesses, mas quase todo o grupo que procurou desconsiderar o trabalho anterior de família do *Projeto Golfinhos*, se aliou a uma gestão que combatia os meus esforços, possivelmente por interesses e jogos de forças institucionais, não esclarecidos, talvez na busca de garantir lugares institucionais que se sentissem seguros.

Até na atualidade, em recente curso promovido pelo departamento, em aula sobre a atenção às famílias, não há uma citação sobre o *Projeto Golfinhos* ou *Programa de Atenção às Famílias Golfinhos*, assim como toda essa construção está omissa no livro da Pesquisa: *Famílias no Degase* (Barros et al., 2020). Isto acontece, também, apesar do projeto constar no *Caderno de Alinhamento Estratégico do Degase*, na meta 9 (Rio de Janeiro, 2012a); apesar de ter feito parte de módulo de formação no curso de capacitação do Degase para servidores concursados em 2012, em várias turmas; o projeto e o programa estarem citados em artigo (Mota, 2016), que compõe um capítulo de livro publicado pela própria instituição, e,

também, são apresentados no livro, resultante de minha dissertação de mestrado (Silva, 2018).

A “invisibilidade” do *Golfinhos* e do *Programa de Atenção às Famílias Golfinhos* me remete a Walter Benjamin (1994), quando assinala que a história dos vencidos precisa ser conhecida, já que pode levar ao conhecimento de uma história oculta e do que aconteceu em tramas políticas, sociais, institucionais; história que não se fala, e revela como certas pessoas vencedoras alcançaram e/ou ocupam certos lugares. Por exemplo, o trabalho feito com as famílias no acolhimento, na entrada do Departamento, para ingresso no Centro de Socioeducação Professor Gelso de Carvalho Amaral (Cense GCA), foi definido por uma médica, que foi coordenadora de saúde, e implantado inicialmente com o apoio da Divisão de Psicologia – e também não foi mencionado.

O que importa sobre tais reflexões não é enaltecer a minha autoria, nem lamentar a falta de certo reconhecimento, mas sim ter a garantia de que o trabalho voltado aos núcleos familiares, à história do adolescente e às relações com a sua matriz familiar possa ser realizado. Esta invisibilidade é um analisador natural dos processos institucionais, o que aponta para os impedimentos e entraves que se enfrentam para a sua implantação.

Em uma instituição com tantos embates, que certamente não se resumem a estes fragmentos de história que apresentei, pode-se refletir, também, sobre os impedimentos possíveis presentes na contenção de trabalhos instituintes, onde a busca para a sua anulação está a serviço de forças da reprodução e repetição (Baremlitt, 2002).

A reprodução volta-se ao idêntico, pois tem uma função conservadora, a repetição, investe na manutenção de ideias já concebidas, no que já se tem, a não alteração da realidade; assim, estão em franca oposição ao que é produção, que está relacionada a uma força criativa; está contra a afirmação da singularidade, onde se considera o ser individual de cada um, através do controle e a eliminação daquilo que não se consegue dominar ou absorver dentro de uma lógica, onde se investe na generalidade, no “ser como”, e não no “ser devir” (Baremlitt, 2002, p. 124), que estaria pleno pelo desejo, e não pelo enquadramento e submissão.

A repetição está a serviço de apagar ou tentar apagar processos institucionais importantes, e, assim, os sujeitos ficam presos na reprodução, e sem espaço para a criação. Gregório Baremlitt (2002) assinalou o interesse do Institucionalismo, no

olhar sobre o inédito, sobre o novo, na História, pois é o seu motor, é o que abre para transformações: “Porque se bem o Institucionalismo, interessa-se em estudar as leis do que tende a repetir-se, ele está mais implicado em assumir uma práxis que propicie o advento do inesperado, do acontecimento, da inovação absoluta”. (Barenblitt, 2002, p. 40).

1.6.10 Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico é um planejamento participativo que tem como objetivo atender às necessidades de uma instituição. Sua construção é importante para fazer o diagnóstico e propor ações baseadas na realidade. É um marco referencial de etapas a serem percorridas para atingir um determinado fim (Rio de Janeiro, 2021, n. p.).

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) teve diversos momentos importantes e produtivos de investimentos feitos no Degase. Aqui refere-se ao recente período da minha participação no desenvolvimento, nos últimos anos, junto à equipe de assessoria, do alinhamento dos PPP de todas as unidades do departamento, assim como do Regimento Interno, documentos fundamentais na prática socioeducativa e no alinhamento institucional, o que promoveu uma experiência de conhecimento e aproximação com as propostas existentes. Este processo foi muito interativo entre a equipe que integro e todas as unidades e gestões, incluindo divisões, coordenações, assessorias, enfim, todo o órgão.

Desenvolvemos o Manual de Parâmetros Mínimos para a construção do PPP dos Centros de Atendimento Socioeducativo do Degase (2021) como um documento matriz, com as orientações para a construção coletiva de cada unidade e setor, e foi uma interação muito dinâmica, mesmo com resistências presentes em sua construção.

Realizaram-se encontros que foram muito enriquecedores e que realimentaram o manual, e aprofundou-se a compreensão da importância da construção dos PPP. Certamente, existem entraves e questionamentos, mas observou-se um grande movimento produtivo, de possível alinhamento dentro de cada equipe, de cada unidade, e o exercício de construir coletivo parece estar amadurecendo, mesmo com alguns retrocessos em alguns momentos. Este documento também não foi citado

neste curso, de grande porte, que foi realizado, em parceria com uma universidade estadual, voltado à participação de todos os servidores do Degase.

1.7

Avanços e desafios

Estes documentos e as ações que os acompanham, quando efetivadas, podem ser considerados avanços (ou investimentos em) no sistema, e têm a ver com novas construções da forma de praticar a socioeducação, a elaboração coletiva de documentos garantidores de alinhamentos, orientados pelo Sinase, tais como os citados, e aqueles desenvolvidos por outros grupos, por exemplo: sobre a Comissão Disciplinar, atualização do Plano de Segurança, Diretrizes das outras categorias, chamadas técnicas, Pedagogia e Serviço Social (hoje existem novas divisões, criadas no transcurso do tempo, pelo reconhecimento da necessidade de sua existência), o Plano de Integridade (Rio de Janeiro, 2022), entre outros.

É certo que o documento em si nada garante, mas a elaboração coletiva, com a busca da participação e implicação de todos da comunidade socioeducativa de cada unidade promove um saber para quem participa, um conhecimento e pertencimento, assim como uma integração e conscientização que trará novas configurações no sistema. Vale sublinhar como todos estes processos a serem implantados levam um tempo longo para caminhar e alcançar os seus objetivos maiores.

Todos esses trabalhos estão entrelaçados com o objetivo de contribuir com o adolescente na construção de um projeto de vida, no qual possa visualizar e investir em um futuro. Esse direcionamento se relaciona com minha proposta maior do investimento em estudos, como o próprio Doutorado, que se voltou também a investigar o campo de pesquisa deste sistema, o que ele fala através da vivência do próprio pesquisador nos territórios institucionais e nas interações que se dão nestes encontros, que será desenvolvido em um dos artigos que compõem esta tese.

No percurso institucional na Socioeducação, indica-se a busca de utilização de dispositivos singulares no cotidiano, tanto no trabalho com os servidores, como na atenção às famílias e adolescentes. Faz-se presente a necessidade de superar impasses institucionais e lidar com os embates, investindo na perspectiva de promover oportunidades de convivência saudável e superação de conflitos, com foco na

possibilidade de sensibilização e contribuição para uma construção coletiva socioeducativa.

Todas estas mudanças foram acompanhadas com um olhar sobre um cotidiano institucional, amplo e diversificado, onde foram vividos muitos conflitos e resistências nas propostas ou realizações de algumas ações, assim como também momentos produtivos, no encontro de profissionais compromissados, com apoio ou novas ideias socioeducativas, que dão força e ânimo para prosseguir.

Reafirmo que a análise de implicação é uma prática que promove a compreensão do lugar em que se está e como se está e, a partir dessa consciência, pode-se vislumbrar uma possibilidade de abertura para uma via de criação. Para profissionais, partir do reconhecimento de suas responsabilidades, do campo de atuação e das potencialidades existentes, direciona para caminhos que podem ser construídos coletivamente.

Sublinho que em todos estes trabalhos se faz necessário o cuidado no ato de preservar a escuta atenta e respeitosa com servidores, funcionários, adolescentes e famílias, e preservar o investimento em novas e produtivas ações, não caindo em uma tarefa esvaziada, seja por exaustão ou decepção, diante dos muitos embates que se apresentam no sistema em seu cotidiano de trabalho.

Esbarra-se em afazeres institucionais que apontam, há tempos, para a necessidade de mudanças pelo próprio sistema, dentre as tarefas burocráticas, que precisam ser revistas para superar certos entraves, além de ter maior disponibilidade para aqueles que desejam realizar o bom atendimento e promover o acontecer do trabalho socioeducativo.

O sistema é constantemente alvo de críticas severas, merecedoras de atenção, principalmente quando acontece qualquer transgressão aos direitos dos adolescentes. Porém, pode-se avaliar o conhecimento de movimentos internos, que merecem apoio e suporte, que investem em novos rumos socioeducativos, dentro das diretrizes que pautam a proposta desta atenção aos adolescentes. Muito se tem a refletir para transformar.

Será que se pode acreditar em avanços e mudanças produtivas? Por que será que tantos embates são travados, e a existência de impeditivos para ações instituintes acontece sistematicamente? Na prática vivenciada, posso afirmar que passos importantes foram dados para efetivar o SSE, dentro de seu objetivo principal, apesar de muitos problemas graves e que precisam ser superados. A descontinuidade

da política partidária da realidade, e de gestões internas do departamento (Lopes, 2015; Nunes, 2016; Câmara, 2017), prejudica a proposta do alcance mais equilibrado do alinhamento necessário às ações socioeducativas.

Os treinamentos, a formação continuada, a capacitação e o preparo para o campo socioeducativo, devem estar pautados em uma profunda mudança de paradigma, onde a educação, a cultura, a interação sobrepujam e desconstroem a violência de uma sociedade, ainda permeada por atos contra a integridade dos adolescentes, existência de discriminações graves, exclusões sociais, e não alcance integral da garantia dos direitos da infância e juventude.

Como proporcionar, na perspectiva socioeducativa, que os adolescentes, entre outras oportunidades, devem ter o preparo para o trabalho adequado, a oferta de campo de trabalho, atendendo à demanda existente, em suas singularidades? Como lidar com as falhas e lacunas no SSE? Como a Socioeducação pode superar os seus impasses e promover o desenvolvimento destes adolescentes, abrindo novas perspectivas em suas vidas, cumprindo o determinado pelas diretrizes da infância e juventude? Enfim, são muitas questões a encontrar respostas.

Uma instituição socioeducativa, que tenha em sua forma de relação a proposta do alcance de uma disciplinarização e docilização de corpos e mentes, tudo que não se enquadra bem dentro desta direção, os projetos instituintes e libertários, são e serão sempre desqualificados.

Os citados conflitos e mal-entendidos, afastamentos de profissionais e impedimentos de produção e realização de projetos, podem ser compreendidos como efetivas demonstrações de poder, uma afirmação da força do poder vigente, que está a serviço do instituído, da repetição, da reprodução e anulação da força criativa, assim acontece na história institucional. Importante uma leitura ampliada deste fechamento que alcança não somente aos adolescentes, mas assim como a todos os funcionários e servidores, mesmo em diferentes funções.

Há a existência de um sofrimento no lidar com o uso de uma forma de poder arbitrário, que se faz presente nas relações, e que acaba, muitas vezes, por ser naturalizado. A possibilidade de enfrentamento a este poder se dará, por exemplo, pela autoanálise dos implicados, pela construção transdisciplinar de formas libertárias de produção, pela constituição de novos saberes, pelo uso da análise institucional, da autoetnografia, que serão abordadas mais adiante, entre as ações instituintes.

Ingressei no Mestrado, em busca de reflexões e desenvolvimento de conhecimentos, que retornassem de forma produtiva ao campo socioeducativo. No Doutorado, prossegui nesta busca, objetivando compreender o que o campo de pesquisa pode expressar desta realidade, para trazer contribuições a outros estudos, que precisam ser desenvolvidos.

Pretendo contribuir com o pensar sobre problemas existentes, através deste trabalho, e disparar novas reflexões e vislumbrar caminhos possíveis para um tempo de Socioeducação e de adolescentes. Apresento, a seguir, o primeiro artigo, que aborda o estudo sobre o método da autoetnografia, um dos métodos utilizados em pesquisa realizada para esta tese, e na sequência os demais artigos, na direção desta proposta.

1.8

Referências Bibliográficas

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5 ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Félix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2), 2002.

BARROS, N. V. et al. Caminhos da Pesquisa: reflexões metodológicas. In: _____. (Org.). **Famílias no Degase**: retratando o projeto de pesquisa sobre família dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo nos diferentes territórios das unidades do Degase. 1 ed. RJ: Gramma Livraria e Editora, 2020. p. 49-94.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF., 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 1.426**. Brasília, DF., 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/pri1426_14_07_2004_rep.html>. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. **Sistema nacional de atendimento socioeducativo – Sinase**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília – DF: Conanda, 2006.

_____. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília, DF., 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei**: instrutivo para a implantação e implementação da Pnaisari. Brasília, DF., 2021. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MjA2Mw==>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CÂMARA, R. J. A gênese das primeiras escolas no Departamento Geral de **Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ)**: uma escolarização sui-generis (1994 – 2001) / Raul Japiassu Câmara. Dissertação de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Da rua à casa: como outsiders avaliam os estabelecidos. In: JULIÃO, E. (Org.). **Trajetórias de vida de jovens em situação de liberdade**: um estudo

sobre delinquência juvenil no estado do Rio de Janeiro. RJ: PACO, 2019. p. 193-228.

COMISSÃO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO CRP-RJ [Org.]. **Livro da primeira conferência: o trabalho da Psicologia na Socioeducação no Estado do Rio de Janeiro** Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ [Org.]. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia 5ª Região, 2016.

COSTA, A. C. G. **As bases éticas da ação socioeducativa**: referenciais normativos e princípios norteadores. Coordenação técnica: Antônio Carlos Gomes da Costa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos, 2006a.

_____. **Socioeducação**: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa. Coordenação técnica: Antônio Carlos Gomes da Costa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b.

DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS. Plano de Integridade do Degase. **Degase**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/Plano_de_Integridade__DEGASE_.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

DIÁRIO OFICIAL DO RIO DE JANEIRO – DOERJ. **Ofício GG/PL, 13 de dezembro de 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/DE-CRETO%20N%C2%BA%2046.525%20DE%2013%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202018%20-%20Regimento%20Interno%20do%20DE-GASE.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979-2017.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GOMES, I. **Socioeducação**: uma invenção (de)colonial. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais. Orientadora: Veriana de Fátima Rodrigues Colaço. 167f. Fortaleza, 2020. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/55851>>. Acesso em: 21 maio 2022.

LOPES, E. R. **A política socioeducativa e o Degase no Rio de Janeiro**: transição de paradigma? Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

MOTA, I. Família na política socioeducativa: uma análise dos últimos 20 anos. In: ABDALLA, J.; PEREIRA, M. B. B.; GONÇALVES, T. M. T. (Orgs.). **Ações Socioeducativas**: estudos e pesquisas. RJ: Degase, 2016. p. 203-222.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (Org.). **Subjetividade, violência e direitos humanos**: produzindo novos dispositivos na formação em saúde. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 143-153.

NUNES, T. C. S. **A lógica instituída do sistema socioeducativo:** desafios e possibilidades de novas construções nos processos de formação / Thereza Cristina da Silva Nunes. 2016. 142 f. Orientador: Emir Simão Sader. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2016.

OLIVEIRA, M. C. S. L. Da medida ao atendimento socioeducativo: implicações conceituais e éticas. In: PAIVA, I.; SOUZA, C.; RODRIGUES, D. (Org.). **Justiça juvenil.** Teoria e prática no sistema socioeducativo. Natal: EDUFRN. p. 79-99, 2014.

PEREIRA, I. **21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente:** o legado de Antonio Carlos Gomes da Costa para a transformação de “corações e mentes” em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. [s. l.], 2011. Disponível em: <<https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/21-Anos-do-ECA-Homeagem-ao-Mestre-Antonio-Carlos-Gomes-da-Costa.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2022.

RANIERE, É. **A invenção das medidas socioeducativas.** Orientador: Cleci Maraschin. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87585/000911217.pdf?sequenc>>. Acesso em: 19 out. 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Caderno de Alinhamento Estratégico do DE-GASE.** RJ: Degase: 2012a.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE. **Plano Político Institucional.** RJ: Degase, 2012b.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE – Corregedoria – Atas das Reuniões do Grupo de Trabalho para elaboração de Proposta de Regulamentação do Artigo 68, da Lei n.º 12.594/12 (SINASE), que assegura ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação o direito à visita íntima. **Documento interno,** 2013a.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas – **Plano de Segurança socioeducativa.** RJ: Degase, 2013b.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. **Portaria Degase n.º 154,** de 04 de novembro de 2013. Rio de Janeiro, nov. 2013c.

_____. Governo do Estado do Rio de Janeiro, (vários autores). **Plano decenal de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CEDCA, 2014. 100 p. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/cedca_imagens/Admin/Uploads/planodecenalsocioeducativo.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. **Programa de Atenção às Famílias no Degase**. DEGASE: RJ, 2015a.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. DEGASE - CSIRS - **Proposta do Grupo de Trabalho para implantação do Programa de Saúde e Sexualidade, Documento Interno**, 2015b.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. **Diretrizes da Psicologia do Novo DEGASE**. RJ: Degase, 2017. Documento Interno.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Regimento Interno - **Diário Oficial do Rio de Janeiro**, 2018. Disponível em: <https://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/DE-CRETO%20N%C2%BA%2046.525%20DE%2013%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202018%20-%20Regimento%20Interno%20do%20DEGASE.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Organização ASIST: **Manual de Parâmetros Mínimos para a Construção do Projeto Político Pedagógico, Documento interno**. RJ: Degase, 2018; 2021.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. **Plano de Integridade**. RJ: Degase, 2022. Disponível em: <https://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/Plano_de_Integridade__DEGASE_.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SANTOS, A. P. **O movimento negro e a juventude em conflito com a lei**. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação. Orientador: Luiz Cavalieri Bazílio. Dissertação de Mestrado em Educação. RJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, J. B.; LOPES, E. R. C. (Orgs.). **Introdução a Psicologia na Socioeducação no Brasil: teoria e prática**. RJ: EdUERJ, 2021.

SILVA, M. T. A. **Diretrizes em Saúde Mental**. Rio de Janeiro (Estado). Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Degase: RJ, 2009. Documento interno.

_____. **Família, socioeducação e projeto “Golfinhos”**: uma construção coletiva. PR: Appris, 2018.

SILVA, M. T. A.; LEITE, R. P. (Colab.). **Projeto Grupo Multifamiliar**. (Projeto Golfinhos). Rio de Janeiro: 4º Ofício de Registros de Títulos e Documentos, 1996.

_____. **Programa de atenção às famílias** – Espaço Golfinhos. 2002 – Documento Interno: Rio de Janeiro. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro/Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Degase. Rio de Janeiro: 4º Ofício de Registros de Títulos e Documentos, 2002.

SILVA, M. T. A.; ZAMORA, M. H. Visita íntima no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: uma construção interdisciplinar. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 11, p. 1-13, 2014.

TRINDADE, L. F. O sistema socioeducativo e o desafio da atenção em saúde mental na privação de liberdade. In: MENDES, C. et al. (Orgs.). **Política de Restrição e privação de liberdade: questões, desafios e perspectivas**. RJ: Degase, 2018.

TRINDADE, L. F.; SILVA, E. S.; SILVA, M. T. A. **Atenção em Saúde Mental e o Adolescente em conflito com a lei**. RJ: Degase, 2016, Documento Interno.

2**Artigo 1 – A Experiência de pesquisar: reflexões sobre o método da autoetnografia****Resumo**

Este artigo apresenta um estudo acerca de um método qualitativo, a autoetnografia, através de revisão bibliográfica. É realizada, inicialmente, uma abordagem à proposta de análise de implicação, com autores como Baremblytt, Lourau, Coimbra, entre outros, com foco neste dispositivo da Análise Institucional, para assinalar a sua possível articulação com a autoetnografia. A seguir, após breve abordagem à etnografia, com Geertz e Clifford, o método autoetnográfico é examinado, com referências de Versiani, Santos, Adams, Jones, Bochner, Ellis, Stanfield II e outros. O surgimento da autoetnografia é configurado pela própria base etnográfica, mesmo com divergências existentes entre pesquisadores, a respeito de certas especificidades em seu uso. No transcorrer do trabalho, para uma breve ilustração, foram feitas citações de algumas vivências no campo socioeducativo. Sublinha-se a recomendação do uso da autoetnografia no trabalho social, em especial em contextos institucionais, compreendendo suas potencialidades. Afirma-se que ele pode ser empregado com sucesso para estudar o campo socioeducativo, podendo ser ou não articulado com o uso de outros métodos.

Palavras-chave

Análise institucional; análise de implicação; autoetnografia; campo socioeducativo.

Abstract

This article presents a study about a qualitative method, autoethnography, through a literature review. Initially, an approach based on analysis implication is carried out, with authors such as Baremblytt, Lourau, Coimbra, among others, focusing on this device of Institutional Analysis, to point out its possible articulation with autoethnography. Next, after a brief approach to ethnography with Geertz and Clifford, the autoethnographic method is examined, with references from Versiani, Santos, Adams, Jones, Bochner, Ellis, Stanfield II and others. The development of

Autoethnography is defined by the Ethnography itself, even with specific differences between researchers on the specifics of its use. In the course of the work, for a brief illustration, short mentions were made related to some experiences in the socio-educational field. The use of autoethnography in social work is emphasised specially in institutional contexts, understanding its potential. It is stated that it may be used successfully to study the socio-educational field and may be or not be used alongside other methods.

Keywords

Institutional analysis; analysis of implication; autoethnography; socio-educational field.

Introdução

Este artigo apresenta um estudo sobre o método da autoetnografia como um dos métodos possíveis para analisar o trabalho social, especialmente em instituições totais (Goffman, 2019), mais fechadas e complexas. Articulado com outros métodos, afirma-se que ele pode ser empregado com sucesso para estudar o campo socioeducativo. O presente trabalho também reflete sobre a vivência profissional de uma das autoras em um órgão público estadual que executa medidas privativas e restritivas de liberdade, cumpridas por adolescentes acusados de cometimento de ato infracional. No transcurso do trabalho são feitas breves ilustrações de tais experiências.

O campo institucional socioeducativo nem sempre está claramente visível para o público em geral, por ser um espaço de difícil acesso, híbrido das lógicas da Segurança Pública e da Educação. Isso produz, até mesmo para aqueles que são trabalhadores do sistema, uma certa opacidade sobre o seu cotidiano, a sua cultura própria. A autoetnografia pode promover certa compreensão das inter-relações existentes, capturando percepções que podem produzir novos saberes e intervenções (Silva, 2018). O uso deste método é parte de uma pesquisa de tese de doutorado, em parte já empreendida. Ele surgiu, estrategicamente, como mais uma possibilidade de conhecimento do campo, dando ao trabalho um novo direcionamento.

A seguir aborda-se, inicialmente, a análise de implicação como parte do método da Análise Institucional, articulando este elemento com a autoetnografia em

várias aproximações possíveis. A autoetnografia, por sua vez, é apresentada através de revisão bibliográfica atualizada e são feitas breves considerações sobre o seu uso, recomendável, inclusive, na investigação do campo socioeducativo.

Da implicação na Análise Institucional ao método autoetnográfico

René Lourau e Georges Lapassade estão entre as principais referências do período inicial da Análise Institucional. Eles compreenderam a organização social como uma composição, formando um conjunto aberto e mutável, onde cada instituição é um sistema formado por uma certa lógica da realidade, com classificações próprias, assim como definições e valores, apresentando a sua expressão de diversas maneiras – escritas ou orais, leis, normas, hábitos ou costumes, nem sempre explicitados (Baremblytt, 2002). Tais lógicas se materializam em processo que, conforme suas dimensões, poderão se tornar “[...] organizações, estabelecimentos, agentes e práticas”. (Baremblytt, 2002, p. 79).

A Análise Institucional propõe uma investigação contínua para conhecer como operam estas estruturas no tecido social. Em cada instituição procura-se revelar o “não saber”, o “não dito”, o que precisa ser explicitado, não para atender ao poder vigente, mas para abrir vias de criação produtivas e libertárias, “com” e “para” os sujeitos envolvidos.

A análise de implicação é um dispositivo da Análise Institucional que considera as singularidades do pesquisador no campo de intervenção, igualmente como as relações existentes na interação com os que constituem esse campo. Conforme Baremblytt (2002), a implicação é o processo que acontece na interação entre o(s) integrante(s) da equipe que realiza a Análise e a organização analisada; é a compreensão da interpenetração dessas duas organizações, do processo que comporta uma “[...] materialidade múltipla e variada, complexa e sobredeterminada [...]”, configurando simultaneamente “[...] um processo político, econômico, social, etnológico, heterogêneo, que deve ser examinado em todas as suas dimensões” (Baremblytt, 2002, p. 136), no qual se dá uma influência recíproca.

A análise de implicação é um recurso potente, que promove a possibilidade de uma análise de processualidade do trabalho com vivências institucionais. Lourau (1993) assinala que ela promove um diferencial em relação a outras ciências, na contraposição à neutralidade e ao distanciamento do campo e do pesquisador. A

proposta inclui a formação de dispositivos, objetivando que o coletivo de sujeitos seja participante, discuta e trabalhe sobre os fenômenos conflitivos presentes.

Os dispositivos podem ser analisadores⁸, ou seja, podem revelar a (im)produtividade da instituição, as contradições existentes no sistema, que enfraquecem a potência crítica e transformadora, e buscar a superação destas contradições, abrindo caminho para novas formas de organizações. É importante reconhecer tal “implicação” junto ao coletivo, e analisar, do mesmo modo, o seu próprio desconhecimento, a sua alienação, o seu “não saber” (Baremblyt, 2002).

A Análise Institucional tem, em sua composição, conceitos advindos da Psicanálise, da Pedagogia Institucional, da Psicoterapia Institucional, entre outras contribuições (Lourau, 2004; Rossi & Passos, 2014). Ela aborda as interações pelo que chama de “transferência” e “contratransferência” institucional. Ao deslocar essas formas de transferência para a dinâmica coletivo-institucional, deve-se ter em conta que a implicação sempre está presente, seja naquele que realiza a análise ou naqueles que participam enquanto analisados, através de vetores, tais como “[...] sexo, idade, raça, posição socioeconômica, significações socioculturais”. (Rossi & Passos, 2014, p. 178).

René Lourau e Félix Guattari desenvolveram uma mudança importante ao proporem as conceituações de implicação e transversalidade, compreendendo o campo implicacional como não dual, mas uma dinâmica que se dá em uma multiplicidade de transversalidades⁹, sendo o foco das análises das instituições a dinâmica instituinte¹⁰. A intervenção deve efetuar uma análise das implicações coletivas presentes nas instituições, e, através dela, dos processos atualizados de sua institucionalização (Rossi & Passos, 2014).

Sublinham Nascimento & Coimbra (2008) que, em Análise Institucional, o pesquisador é sempre implicado. Tal posição está em oposição à visão do

⁸ De acordo com Lourau (2004, p. 132), os analisadores são fenômenos que, ao mesmo tempo em que proporcionam evidências, revelações, são catalisadores, são como “[...] produtos de uma situação que agem sobre ela”. Um analisador, além de ter a função de exprimir, evidenciar, denunciar, sobre o que é analisado, abrange em si os elementos para possibilitar sua própria compreensão (Baremblyt, 2002).

⁹ Transversalidades: entrecruzamentos que perpassam a cada pessoa, das pertencas e referências sociais, políticas, econômicas, culturais, entre outras, de diversas modalidades (Nascimento & Coimbra, 2008), conexões libertárias que podem promover mudanças. É um conceito desenvolvido por Felix Guattari (Guattari, 2004).

¹⁰ Forças que tendem a produzir transformações na instituição, trazer o novo, vertente que se transformará no instituído, quando tiver se constituído como um resultado de seu movimento (Baremblyt, 2002).

pesquisador positivista, que se exige neutro. Ele deve estar atento à análise de seu lugar nas interações sociais, de suas referências institucionais e de seus pertencimentos, assim como ao seu lugar no que se refere à divisão social do trabalho.

As autoras assinalam que Lourau buscou um campo de coerência ao qual a pesquisa em si caminha com a intervenção, e o pesquisador está necessariamente neste campo com o objeto da pesquisa. Pensar em implicações é pensar como o pesquisador tem desenvolvido as suas intervenções (Nascimento & Coimbra, 2008).

O questionamento dos saberes, não raro pensados como absolutos, e de suas relações com o poder, produz uma ruptura com a lógica hegemônica. A implicação considera a presença dos “[...] sentimentos, percepções, ações e acontecimentos” (Nascimento & Coimbra, 2008, p. 3), no fazer pesquisa; outros pesquisadores tendem a ver essas considerações como desvios e erros indesejáveis na investigação.

A análise de implicação sublinha o caráter político de toda e qualquer intervenção, não isento dos pertencimentos, referências, atravessamentos e transversalidades daquele que pesquisa. Ao considerar primordial a importância da experiência do pesquisador, como os seus sentimentos e a sua história, a análise de implicação está em ressonância com a autoetnografia.

Para falar de autoetnografia, é importante uma breve abordagem da etnografia. Geertz (2008, p. 14) assinala a etnografia como uma “descrição densa”, consciente de que “não é o discurso social bruto” que o pesquisador registra, por não ser um de seus atores, mas as informações que chegam a ele, através daqueles que as transmitem, é que podem levar à sua compreensão.

Para Geertz (2008), conforme os “livros-textos”, a etnografia está na prática de estabelecer as relações existentes, produzir uma seleção de quais são aqueles que trarão as informações, que vão realizar a transcrição de textos, desenvolver o estudo das genealogias, o mapeamento do campo e o registro cotidiano em observações e notas. Segundo o autor, o objeto da etnografia vai além dos procedimentos; está em realizar o caminho na busca de uma hierarquia estratificada das estruturas significantes. Esta construção de sua análise – para poder alcançar o código social estabelecido no campo, e compreender os dados observados –, não se restringe à aparência superficial, mas abrange estruturas superpostas de inferências e implicações. O pesquisador deve fazer esta busca, de forma sistemática e contínua, para encontrar a sua real densidade.

Três características da descrição etnográfica e interpretativa são apontadas por Geertz (2008): a descrição é microscópica, sua especificidade é complexa, e a sua circunstancialidade tem valor para a compreensão do estudo. Assinala, ainda, como um problema, que a sua natureza microscópica é tanto real como crítica, objetiva descrições minuciosas e produz uma inferência a partir da observação, com a proposta não de codificar realidades abstratas, mas viabilizar estas descrições.

Afirma Geertz (2008) a dupla tarefa da etnografia: a primeira é o alcance do dito no discurso social, que promove o conhecimento das estruturas, que são a expressão dos atos dos informantes; a segunda tarefa é a elaboração de como se dará a análise destas estruturas, para verificar o que é pertencente a elas por suas especificidades, o que é genérico a essas estruturas, o que sobressai em relação a outros determinantes socioculturais comportamentais.

Sublinha o autor que os significados são os atos simbólicos no estudo da cultura, e o objetivo será a análise do discurso social: “Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo, isto é, sobre o papel da cultura na vida humana”. (Geertz, 2008, p. 19).

A etnografia tem como objetivo alcançar importantes interpretações através dos fatos que podem ser pequenos, mas têm um entrelaçamento denso, e Geertz (2008) considera positivamente a incompletude da análise cultural. Ele afirma que quanto mais aprofundada esta análise cultural, mais incompleta será por sua especificidade, pois compreende que “[...] comprometer-se com um conceito semiótico da cultura e uma abordagem interpretativa de seu estudo é comprometer-se com uma visão da afirmativa etnográfica como ‘essencialmente contestável’[...]” (Geertz, 2008, p. 20), não totalizadora e aberta à produção de novos conhecimentos.

James Clifford (2002) assinala formas diferenciadas, surgidas da própria prática etnográfica, ao observar, em certos escritos, a inserção da experiência pessoal do etnógrafo e do participante da etnografia, nos quais a intersubjetividade é uma referência no estudo, uma “negociação construtivista”, na qual dois ou mais sujeitos estão implicados e têm representação política.

Versiani (2002), ao abordar os estudos de Clifford (2002), sublinha que: “[...] o antropólogo passa a falar com o Outro através da elaboração etnográfica de uma escrita dialógica e/ou polifônica, que busca ser uma “alegoria” do encontro de

diferentes subjetividades de diferentes culturas: a dos etnografados e a sua própria”. (Versiani, 2002, p. 67).

Versiani (2002) aponta aspectos de escritos autobiográficos e *selves*, nos quais se observam mudanças em sua forma de produção etnográfica, que abrem espaço para outras subjetividades, que provocam percepções de como se desenvolvem outras formações identitárias, de sujeitos diferenciados do modelo dominante de escritos tradicionais.

A autora sublinha que esta mudança do papel do estudioso, “teórico/crítico, literário”, e a relação entre as alterações na produção de autobiografias e etnografias, leva à importância de fundamentar o conceito de autoetnografia, dentro de sua perspectiva de promover uma nova via para a desconstrução de dicotomias existentes em escritos e produções etnográficas.

A autoetnografia é importante para as produções de escritos voltados para a subjetividade do próprio autor, suas posições políticas e teóricas, com o objetivo de promover saberes plurais, através de um viés autorreflexivo, na abordagem de sua própria história, seu lugar social, principalmente quando pertencente a coletivos minoritários (Versiani, 2002; Brilhante & Moreira, 2016; Santos, 2017; Gama, 2020). O movimento dialógico, interativo e interventivo autoetnográfico pode mostrar como se dão construções diferenciadas de subjetividades, ampliando saberes e visões de mundo (Versiani, 2002), e possibilita transformações necessárias a partir de saberes ainda desconsiderados pelo todo social.

Adams et al. (2011) consideram que a autoetnografia é, ao mesmo tempo, o processo e o produto da pesquisa; é um método que procura descrever e analisar a experiência pessoal, e, através desta, alcançar a compreensão da cultura atuante no campo que investiga. Apontam os autores que o uso deste método foi um recurso procurado por pesquisadores para encontrar respostas às críticas a um modelo de pesquisa rígido, que ditava como se devia se fazer uma pesquisa.

Os resultados dos estudos tradicionais não alcançavam certas questões sociopolíticas e culturais que demandavam conhecimento e atenção. Assim, os pesquisadores promoveram uma forma de investigação, incluindo a sua experiência para alcançar questões polêmicas, que envolvem dimensões sociopolíticas, culturais, diversidades e preconceitos (Adams et al., 2011).

Conforme etnógrafos e autores de outras disciplinas, a partir da etnografia, de seus procedimentos e práticas, se desenvolve um novo método: a autoetnografia.

Santos (2017) a considera como um gênero da etnografia e um método qualitativo. Sua argumentação aponta o percurso da configuração deste método, reconhecido como científico, com aspectos produtivos de criticidade, em resposta às críticas provocadas por sua utilização.

Sublinha Aldana Boragnio (2016), que a autoetnografia traz a perspectiva de se olhar o problema e a sua formulação a partir de um ângulo diverso, mantendo uma vigilância epistemológica ativa. Deve-se preservar esta especificidade, onde a possibilidade de captar o que se tem de singular na experiência pessoal direciona o definir do tema a ser estudado, considerando que o campo tem especificidades em seu funcionamento, com leis e linguagem próprias, de onde poderão surgir diálogos e práticas importantes para o conhecimento, que não seriam consideradas por outras formas de observação. Santos (2017) pontua que a palavra “autoetnografia”, por si só, já remete para uma forma singular de fazer etnografia e escrever sobre um determinado grupo social, a partir do próprio autor.

A autoetnografia, segundo Heewon Chang (2008), se baseia em três orientações principais: a orientação metodológica, que é embasada etnográfica e analiticamente; a orientação cultural, que é interpretativa, da memória vivida, do que se apresenta referente ao aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos, e objetos da pesquisa e do que está sendo investigado nos fenômenos sociais; e a terceira é a orientação do conteúdo, embasada nas reflexões a partir do estudo em questão, que requer a conscientização e a avaliação sistemática em todo o tempo pelo pesquisador sobre a sua influência, sobre como se dá a pesquisa intersubjetiva e quais os resultados de seus estudos (Santos, 2017).

John Stanfield II¹¹ (2022), professor com extensos estudos sobre o racismo em vários países, desenvolveu a ideia de etnografia casual como autoetnografia, e autoetnografia como etnografia casual. Stanfield (2022, p. 215-216), sublinha que a teoria fundamentada, “*The Grounded Theory*”, surge em um período no qual diversas ciências, além da própria sociologia, estavam se tornando neopositivistas, se voltando a novos métodos quantitativos, mais esmerados; e, em seus estudos no doutorado, o professor Stanfield pôde entrar em contato com esta teoria e avalia o quanto ela contribui para a compreensão dos princípios da etnografia casual como autotnografia e autoetnografia como etnografia casual, referendando a confiança

¹¹ Agradecemos ao Professor John Stanfield II o acesso ao seu livro antes mesmo de sua publicação.

em dados coletados na experiência diária do pesquisador, em suas vivências observacionais diárias, através de um método qualitativo que produz novos conhecimentos em pesquisas.

Ambos os recursos metodológicos da autoetnografia seguem os princípios das ciências sociológicas, abrangendo o social, o comportamental e todas as ciências humanas – incluindo as artes simbólicas, dramáticas, assim como também a comunicação, o jornalismo, a filosofia, entre outras; de forma natural são interdisciplinares, e consideram de forma privilegiada a subjetividade e a intersubjetividade (Stanfield II, 2022).

A etnografia casual é a observação diária do investigador, na qual toda a coleta de dados que realiza com todos os seus sentidos, é registrada em notas, com as suas reflexões, capturando tudo que observa, e estando atento todo o dia para ver o acontecer em sua natureza. Ele explica que a etnografia casual difere da etnografia tradicional pelo fato da especificidade de o pesquisador ser um nativo interno, ao invés de um pesquisador externo.

A etnografia casual se interliga com a autoetnografia pela inserção do pesquisador sendo um “nativo” (no caso do autor, um pesquisador negro pesquisando racismo), coletando, também, as suas observações de si, sem poder nem pretender dissociar esta experiência do desenvolvimento humano do dia a dia com a pesquisa que desenvolve.

Stanfield II assinala que, etnografia casual como autoetnografia, e a autoetnografia como etnografia casual, são métodos interdisciplinares, nos quais está presente a exigência do desenvolvimento do contexto para entender as experiências pessoais, sendo neste contexto que se dão os estados mentais de cada sujeito junto às condições estruturais, que, por sua vez, tem implicação na formação do *self* do pesquisador – como as instituições, a própria sociedade, as funções materiais e simbólicas da cultura – enfim, tudo que compõe o viver.

Ele alerta para que o pesquisador não se deixe envolver pelas rejeições ou preconceitos que possam existir em torno de sua existência (Stanfield II, 2022). Todos estes contextos fazem parte da formação singular do pesquisador. O autor assinala que é admirável, tanto na etnografia casual como autoetnografia, quanto na autoetnografia como etnografia casual, o quanto se pode constatar do crescimento pessoal significativo dos participantes inseridos em lugares multicontextuais.

Estes estudos assinalam especificidades que foram vividas no transcurso do exercício profissional da primeira autora, pois com a formação em Análise Institucional, o seu olhar e a escuta buscavam compreender certas forças no cotidiano socioeducativo. O uso de certo poder institucional arbitrário sobre trabalhadores e adolescentes era visto por muitos como parte do trabalho. Se não exercido de forma autoritária, “perde-se a casa”, termo utilizado para falar sobre perda do controle por rebeliões dos adolescentes ou insubordinações dos funcionários (greves, contestações, trabalhos de caráter mais instituinte).

A leitura de Stanfield II, em especial, convoca a refletir sobre diversos aspectos do campo socioeducativo. Um exemplo é a presença de socioeducadores com formações diversas, que ficam, de certa forma, “à deriva”, burocraticamente colocados (ou se colocando) como “bate cadeado” – um termo que descreve os agentes que acompanham os adolescentes nos alojamentos ou fora da instituição fechada, com função meramente de segurança.

Portanto, muitos são profissionais com possibilidade de exercer a “presença educativa” (Costa, 2006) no contato com os adolescentes e famílias, mas nada mais fazem do que executar tarefas relativas à “tranca”. Ao longo de mais de 25 anos de experiência, pôde-se observar esta perda de potencialidade – até podendo acontecer movimentos mais produtivos – mas, em geral, se dá o esvaziamento da dimensão transformadora, instituinte, com trabalhadores pouco implicados.

Santos (2017) pontua que a autoetnografia é a inserção, no foco da pesquisa, da experiência vivida pelo pesquisador, sua narrativa pessoal e direcionamento dado aos estudos – o uso de recursos como os registros da memória, a autobiografia e histórias de vida, somados ao que acontece no decorrer da pesquisa; os fatores relacionais como a experiência de outras pessoas, impasses e dificuldades relativos ao objeto do estudo. Esta forma de pesquisar tem um caráter político e transformador, que implica o próprio autor em seu desenvolvimento.

Adams et al. (2017) assinalam que, para se compreender o método autoetnográfico, que descreve e analisa a experiência pessoal para alcançar a compreensão da experiência da cultura, é necessário trabalhar na interseção da etnografia e da autobiografia, pois o que abarca cada um destes processos, os seus princípios e as suas práticas, estarão relacionados com a forma que o trabalho será desenvolvido, tanto em sua maneira de escrever como efetivamente na prática (Santos, 2017).

A proposta e a prática da autoetnografia incluem preencher lacunas em pesquisas já existentes, igualmente como a produção de novos saberes acerca da cultura de um determinado grupo para os que não pertencem a ele, apontar questões de grupos minoritários, assinalar a existência de opressões ou estereótipos ainda não abordados, relacionar como os próprios pesquisadores, autoetnógrafos – sua própria história, identidade – estão relacionados com estes estudos, e também objetiva que a produção de seus escritos cheguem aos leitores além da academia (Adams et al., 2017).

Os autoetnógrafos não concordam com a possibilidade da posição neutra em relação à pesquisa. Desta forma, o pesquisador fará uso de sua vivência, no que diz respeito à sua observação do campo, nas relações com a cultura, os paradigmas presentes e existentes, tal como a relação com os indivíduos implicados na pesquisa, e irá trabalhar em uma investigação que penetrará no encontro do “[...] pessoal e o político, o sujeito e o social, o micro e o macro”. (Santos, 2017, p. 220-221).

Pontua Stanfield II (2022) que as pessoas, a todo o tempo, estão construindo suas vidas, transformando o seu cotidiano, até o momento de uma interrupção, algo brusco, um impacto acidental ou trágico (uma guerra, por exemplo), e então elas tentarão, individual e coletivamente, prosseguir. Stanfield II (2022) assinala que todo este movimento, do próprio cotidiano em rotina e/ou com os seus impactos, é o que configura os dados observacionais da etnografia casual como autoetnografia, e autoetnografia como autoetnografia casual.

Estas modalidades autoetnográficas, adotadas pelo autor, continuamente produzem os registros através de uma fala própria, e não subjugada a predeterminações opressoras. Estes dados coletados não se resumem a dados empíricos, mas incluem dados emocionais, e suas análises serão transmitidas pelos pesquisadores, que devem buscar articulações para o alcance da passagem do conhecimento adquirido, que muitas vezes são contestatórias de tradições canônicas, e requerem estratégias e abertura, para ter espaço na academia e na mídia, perpassadas, também, por forças políticas.

Assinalam-se, aqui, as variadas reações às propostas de pesquisa em espaços como unidades de privação de liberdade, que poderiam estar associadas ao não querer a liberdade expressa neste encontro do pesquisador com o campo, dificultado tanto por uma tendência ao fechamento ao ingresso de pessoas externas ao sistema, quanto por embates internos, dependendo da solicitação e de onde parte. Hoje,

observa-se que as pesquisas acontecem com uma frequência bem maior, um crescimento importante, em um transcurso de tempo no qual se deram muitas tentativas, bem e malsucedidas, de pesquisar.

Certo dia, não muito longe da atualidade, em uma palestra proferida por um pesquisador convidado, um(a) profissional do departamento, integrante da equipe que avalia e autoriza as solicitações de pesquisas, pediu a palavra e explicou, ao grupo presente, que todas as pesquisas tinham que passar por uma análise deste setor para receber autorização, e deu vários detalhes acerca deste procedimento, sem que essa fala tivesse qualquer relação direta com o assunto apresentado, porém, o convidado e outros participantes do evento são pesquisadores conhecidos do sistema. É possível, que até mesmo falar sobre o ato de pesquisar, tenha invocado a necessidade de reafirmar o controle e domínio sobre quem pode ou não ingressar nas unidades para observar e estudar este sistema socioeducativo tão de perto.

Retomando Boragnio (2016), ela considera que a experiência do pesquisador está o tempo todo articulada com a sua subjetividade. Ao produzir conhecimento é imprescindível abarcar a expressividade e a sensibilidade própria, implicada no social e cultural do qual ele faz parte, para a compreensão deste mesmo social, com a reflexividade presente, através de sua expressão de opiniões, sentimentos, emoções e crenças.

A autoetnografia trabalha na direção de uma compreensão do social, da cultura presente e suas inter-relações com a experiência do pesquisador, seja com outros sujeitos implicados, assim como com as suas vivências anteriores e atuais à pesquisa:

[...] como a autoetnografia é uma ferramenta que nos permite trabalhar com informações privilegiadas que todo sujeito possui ao estar inserido em um campo de investigação que deseja problematizar, e como o sujeito/pesquisador não é apenas possuidor de experiências concretas que podem funcionar como informações de primeira mão, ao pensar um problema social, mas que possui experiências afetivas e cognitivas extremamente ricas para ampliar a compreensão do social (Boragnio, 2016, p. 27, tradução nossa)¹².

¹² “[...] cómo la auto-etnografía es una herramienta que nos permite trabajar con información privilegiada que todo sujeto posee al estar inserto en el campo de indagación que desea problematizar, y como el sujeto/investigador no sólo es poseedor de experiencias concretas que pueden funcionar como información de primera mano al pensar un problema social sino que posee experiencias afectivas y cognitivas sumamente ricas para ampliar la comprensión de lo social”. (Boragnio, 2016, p. 27).

Santos (2017) desenvolve um histórico da autoetnografia, e aponta este método como uma derivação da etnografia urbana e organizacional da Escola Sociológica de Chicago, que trouxe contribuições à Sociologia, à Psicologia Social e às Ciências da Comunicação. David Hayano foi um dos primeiros estudiosos a usar este termo, em 1979, no campo das Ciências Sociais, em Antropologia (Adams et al., 2015).

Nos anos 70, diversos estudiosos usaram o termo ou fizeram referência à autoetnografia, com diversos pontos de vista. Hayano descreveu o método como utilizado por antropólogos que escrevem etnografias sobre si próprios, e que o campo de pesquisa é relacionado à sua identidade ou pertencimento grupal (Santos, 2017).

Nos anos 80, pesquisadores desenvolveram escritos de defesa referentes à “narrativa pessoal, subjetividade e reflexividade na pesquisa”, porém, sem referência direta, em geral, ao termo “autoetnografia” (Santos, 2017). Estudiosos de diferentes formações passam a se incluir na investigação, seja falando do processo ou de suas experiências em campo.

O paradigma biográfico, nas ciências humanas, desenvolveu-se de forma processual no Ocidente, promovendo uma contribuição importante também na formação, no processo de conhecimento, através das histórias de vida, das narrativas (auto)biográficas (Josso, 2020). Já ao final desta década, a inclusão das experiências próprias do pesquisador, sua cultura e crenças referentes ao campo de pesquisa, começavam a ser citados como autoetnografias (Santos, 2017).

Nos anos 90, o investimento na vivência do pesquisador – enquanto parte do método – se amplia, com trabalhos publicados sobre autoetnografia, narrativas, experiências e histórias pessoais – apontando para a contribuição desta forma de investigação para transmissão e/ou produção de conhecimento (Adams et al., 2015).

No início dos anos 2000, em edições do *Handbook of Qualitative Research*, organizadas por Norman Denzin e Yvonna Lincoln, são incluídos escritos e referências sobre etnografia pessoal, narrativa, experiência e escrita pessoal, autobiografia e reflexividade, contando, também, com um trabalho sobre a autoetnografia feita por Ellis, Bochner e Jones – configurando nos anos seguintes o desenvolvimento e reconhecimento do método (Adams et al., 2015).

Existem críticas ao método autoetnográfico, seja pela não coleta de dados como em outros métodos, conforme questionado por alguns estudiosos, como Sara Delamont (2007), que problematiza, por exemplo, o fato de aspectos do uso de

referências e vivências pessoais do pesquisador e dos sujeitos implicados no campo serem as únicas evidências, considerando uma multiplicidade de fatores e variáveis que podem estar presentes nestas relações. Ela pontua que, a partir da observação desta amostra, transpor para uma generalização de um fato social, de forma ampla, pode não alcançar, de fato, um rigor científico, no que se refere ao que está sendo analisado e estudado (Delamont, 2007).

A supracitada autora argumenta a sua crítica com seis objeções ao método: 1. que ele não tem como superar a familiaridade; 2. a postura ética, em sua publicação, fica atingida pela forma que é desenvolvida a investigação e a inserção das contribuições dos participantes; 3. a análise é experiencial e não analítica; 4. o posicionamento do pesquisador está ao “lado errado da divisão de poder”, entendendo que está ao lado detentor do poder; 5. o investigador autoetnográfico desconsidera a sua obrigação de sair e coletar dados; 6. e, para finalizar, a autora acredita que os pesquisadores não são suficientemente interessantes para ser assunto de pesquisa para a sociologia (Delamont, 2007).

Santos (2017), em relação ao rigor de uma pesquisa empírica, concorda em parte com Delamont (2007), e aponta ser também enriquecedor complementar os dados da investigação com outras técnicas, validando a pesquisa de forma mais ampla. Porém, o autor ressalta que a autoetnografia promove um conhecimento acerca da implicação do pesquisador, do porquê de sua escolha do objeto, qual a sua motivação, e levanta questões acerca de sua implicação nas interações sociais, neste campo de pesquisa:

[...] não podemos negar que fazemos parte desses processos de interação e de relação social. A autoetnografia nos ajuda a pensar reflexivamente esses movimentos que circundam as pesquisas sociológicas, as interações de proximidade do pesquisador e pesquisado e as relações (afinidades políticas, culturais, éticas e raciais) deste pesquisador com o tema e objeto/sujeito da pesquisa (Santos, 2017, p. 225).

Para Stanfield II (2022), os dois métodos indicados por ele estão bem embasados na teoria fundamentada, que explicita que, através dos dados coletados na pesquisa, estes falarão por si, inclusive alcançarão onde não se pode ver, pela existência, por exemplo, de preconceitos ou pontos cegos. Ele sublinha o quanto a teoria fundamentada embasa claramente os princípios da etnografia casual como autoetnografia, e a autoetnografia como etnografia casual. Os dados que surgem na pesquisa poderão ser confiáveis, e podem testar hipóteses validando o estudo, como

uma lógica de investigação, proporcionando um estudo imparcial contínuo, assim como o crescimento pessoal.

Boragnio (2016) pontua a presença da subjetividade do pesquisador durante o desenvolvimento da constituição do problema que será estudado, e o quanto é importante assinalar os desafios em torno da escolha do método, que investirá, através do estudo da experiência pessoal do investigador, em um processo de conhecimento de especificidades socioculturais, que podem trazer contribuições valiosas.

Articulando com as ideias de Denzin & Lincoln (2000), Santos assinala que a autoetnografia viabiliza tanto a visão do lugar do pesquisador como, ao mesmo tempo, promove uma visibilidade de fenômenos sociais através da percepção do contexto social (Santos, 2017), sendo uma via de possibilidades de transformações através desta perspectiva.

A transformação é fortalecida com os recursos utilizados no método, tais como o registro das observações do campo, de imagens, assim como a realização de entrevistas e o uso da memória do pesquisador (Denzin & Lincoln, 2000). Os autores apontam a presença da biografia do pesquisador, como parte de processos de pesquisa, onde tudo que diz respeito à sua singularidade, ao seu perfil pessoal, “[...] fala de uma perspectiva particular de classe, gênero, raça, sexo, cultura e comunidade étnica” (Santos, 2017, p. 226), e está na relação com o que investiga.

É essencial, para a composição da autoetnografia, aprofundar acerca das relações existentes com a autobiografia, assim como reconhecer o fato de a sociologia biográfica contribuir de forma significativa com os estudos “das relações sociais complexas em contextos contemporâneos”.

Abordar este tema demanda pensar acerca das autonarrativas que, em suas produções, podem ter a forma de diário, autobiografia, registros da memória, com singularidades do pesquisador, e, assim, apresentam estilos diversificados em sua escrita, autoria, gênero, e de temas diversos (Chang, 2008). Estas autonarrativas apresentam as reflexões pessoais sobre o tema que investiga, com uma apresentação mais descritiva ou mais pessoal, erudita ou no modelo mais analítico e interpretativo, que é o da autoetnografia (Santos, 2017).

Chang (2008) alerta para cinco perigos a serem evitados na prática da autoetnografia: foco de forma exagerada em si próprio, desconsideração à interação com os outros, suas histórias e a inerente relação com a cultura do grupo; colocar em prioridade a elaboração da narração em lugar da realização da análise e

interpretação cultural, que devem ser destacados no próprio método; demasiado crédito na memória pessoal como única fonte de dados, sem buscar outra base de apoio, de verificação, que pode ser externa, que fortalecerá a argumentação e aumentará a precisão; o descuido ético relativo aos outros no conteúdo das falas de si: não deve haver descuido com a confidencialidade e coautoria dos participantes em suas contribuições; e o uso inadequado da referência à autoetnografia, não deve haver mistura ou falta de clareza no uso do método (Chang, 2008).

No método autoetnográfico, os aspectos pessoais do pesquisador interagem desde a sua escolha do tema até a análise do material, sendo importante ter um estudo comparativo nas etnografias reflexivas, que consideram as mudanças no próprio pesquisador, a partir do trabalho realizado no campo, e serão importantes as referências acadêmicas, os escritos existentes, a revisão de bibliografia em torno do foco da temática, produzindo uma força nesta forma de investigar e produzir conhecimento (Santos, 2017).

Outro aspecto importante, pontuado por Santos (2017) e abordado por Ellis et al. (2011), é relativo à ética relacional no campo de pesquisa, aos vínculos do pesquisador com os sujeitos participantes, que não serão vistos como impessoais; mas são valorizados e, muitas vezes, são relações de amizade, devendo haver um cuidado em toda a investigação com questões interacionais, relativas a como estes participantes podem considerar o material e a sua escrita sobre si, sobre a reserva e privacidade de suas identidades.

Ellis et al. (2011) assinalam, no desenvolvimento de pesquisas, na participação com dados, o valor da memória, mesmo que possam ocorrer as suas falhas naturais. Admitem que certas dificuldades podem estar presentes no uso deste método, além de provocar questões em relação à sua validade e confiabilidade, que estão interligadas.

Pode haver comprovação por comparações, por avaliação de coerência da possibilidade real de sua existência. E, sobre a generalização, que se dá quando um processo social ganha um foco, provocando um conhecimento e aprofundamento acerca dele, pode ser ampliado para outros espaços, acontecendo por parte de leitores o reconhecimento deste processo, validando este através da conexão com as suas próprias experiências.

Santos (2017, p. 230) aponta que os autoetnógrafos buscam a produção de “[...] descrições densas, estéticas e evocativas da experiência pessoal e

interpessoal”. Eles procuram fazer uma produção de texto mais acessível de seu relato da vivência, reflexões e resultados de sua pesquisa, para poder alcançar um público mais amplo, que muitas vezes não é considerado como possível leitor pela pesquisa tradicional – e a sua experiência terá uma articulação intensa com o meio social e cultural (Santos, 2017).

Acerca do processo de pesquisa, pontua Boragnio (2016), que este estudo social considera a cultura e o saber do pesquisador, assim como a sua ação, “[...] portanto, refletir sobre suas vivências e inquietações ao longo de seu desenvolvimento torna-se uma prática que nos permite manter nossa vigilância epistêmica sobre as próprias práticas” (Boragnio, 2016, p. 9, tradução nossa)¹³:

O pesquisador não pode se distinguir da vivência de seu cotidiano, portanto, para nos aproximarmos de nossa posição de sujeitos que buscam construir objetos de conhecimento, torna-se necessário nos reconhecermos como sujeitos portadores de uma sensibilidade histórica e expressividade socialmente construída (Boragnio, 2016, p. 9-10, tradução nossa).¹⁴

Adams et al. (2015) concordam sobre a reflexividade presente durante todo o processo, que se desenvolve voltada a correlacionar os significados dentro de um contexto sociocultural, procurando respostas com outros pesquisadores, com os indivíduos pesquisados e com os leitores. A partir do estudo autoetnográfico, poderão ser reconhecidas vulnerabilidades existentes, reveladas injustiças e confrontados silenciamentos, podendo a motivação do pesquisador partir de mudanças provocadas por vivências ou sentimentos que tenha experimentado, e o leva à busca da compreensão de si e de outros, dos universos de suas vidas.

Santos (2017) sublinha a força da autoetnografia na possibilidade da produção de conhecimentos ao trabalhar com microprocessos, para alcançar os processos macrosociais, entre eles: a desigualdade, a discriminação, o racismo institucional, que fazem parte de uma cultura e que atravessam os sujeitos.

Certamente, estudiosos farão críticas também no que se refere à coleta e à análise de dados, à confiabilidade e à validade deles, tanto na etnografia casual

¹³ “[...] por lo cual, reflexionar en torno a sus vivencias e inquietudes durante todo su desarrollo se vuelve una práctica que nos permite mantener nuestra vigilancia epistémica sobre las propias prácticas.” (Boragnio, 2016, p. 9).

¹⁴ “El investigador no puede distinguirse de la experiencia de su vida cotidiana, por lo cual, para poder acercarnos a nuestra posición de sujetos que buscan construir objetos de conocimiento se vuelve necesario reconocernos como sujetos portadores de una sensibilidad y expresividad histórica, socialmente construída”. (Boragnio, 2016, p. 9-10).

como autoetnografia, e na autoetnografia como etnografia casual. Acredita Stanfield II (2022) que outros investigadores que desejem pesquisar com estes métodos propostos, possam se inspirar e transmitir, em suas próprias vozes, com autenticidade, o aprendizado que suas experiências pessoais e de suas pesquisas proporcionaram para o desenvolvimento de si e dos outros.

Considerações Finais

A autoetnografia terá à frente um percurso dinâmico, como indica este breve panorama, enquanto um significativo recurso metodológico. Refletir sobre este método, que considera a vivência do pesquisador e a interação com outros participantes, pode ser uma ferramenta interessante no estudo de contextos que portam lógicas distintas. Um desses contextos complexos é o campo socioeducativo, atravessado pelo racismo, criminalização da pobreza, discriminação sexista e outros (Mendes & Julião; 2018; Julião et al., 2018; Sciortino, 2020).

Na pesquisa em Socioeducação, por exemplo, recomenda-se o uso de métodos que levem em conta as vivências dos pesquisadores, como a etnografia, a autoetnografia, a Análise Institucional, a cartografia e outros métodos inovadores, tais como os utilizados por Raniere (2014), bricolagem, e Gomes (2020), estudo da arte, que potencializam a compreensão das especificidades presentes. Busca-se compreender quais são os embates que precisam ser travados, de dentro e de fora das instituições, e aposta-se na investigação, que busca revelar o que não está dito, o oculto que emperra, o que impede o fluxo voltado ao desenvolvimento de ações libertárias.

Acreditar na autoetnografia e em sua articulação com a análise de implicação, na pesquisa em campo institucional, pode ser um investimento em linhas de fuga¹⁵, no desmonte de instituídos rígidos presentes nestes espaços de atuação para a abertura criativa às forças instituintes, que possam contribuir com novas formas ou, ao menos, com boas formas de trabalho socioeducativo. É uma escolha metodológica voltada às ações de transformação para a derrubada de muros, por vezes invisíveis ou não, e ao alcance de novos rumos em trajetórias já tão difíceis, vividas de formas singulares e coletivas por muitos.

¹⁵ Conexões singulares, inovadoras, trazem em sua forma a expressão de desejo, produção e liberdade, que podem estar em criações ou acontecimentos novos, desconhecidos (Baremblytt, 2002), que podem produzir transformações.

Sublinha-se, com este trabalho, a recomendação do uso da autoetnografia no trabalho social, e acredita-se que conhecer mais este método poderá contribuir para a sua adoção em futuros estudos em contextos múltiplos, institucionais, na compreensão mais ampla de suas potencialidades. Afirma-se que ele pode ser empregado com sucesso para estudar o campo socioeducativo, podendo ser ou não articulado com o uso de outros métodos.

Referências Bibliográficas

- ADAMS, T. E.; ELLIS, C.; JONES, S. H. Autoethnography: Chapter 1. In: **Oxford University Press**, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268809603_Adams_T_Holman_Jones_S_and_Ellis_C_2015_Autoethnography_Chapter_1_Oxford_University_press>. Acesso em: 09 out. 2022.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Félix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2), 2002.
- BORAGNIO, A. Auto-etnografía, entre la experiencia y el problema de investigación. In: **Conjeturas Sociológicas**, [online], jan./abr., p. 8-30, 2016. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/72051/CONICET_Digital_Nro.fcf59e45-47d8-4cdc-823e-0aaf1d8d6e6d_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- BRILHANTE, A. V. M.; MOREIRA, C. Formas, fôrmas e fragmentos: uma exploração performática e autoetnográfica das lacunas, quebras e rachaduras na produção de conhecimento acadêmico. **Criação Interface**, v. 20, n. 59, out./dez., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0130>
- CHANG, H. **Autoethnography as method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/1244871/Autoethnography_as_method>. Acesso em: 28 out. 2021.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura do século XX**. RJ: Ed. UFRJ, 2002. p. 17-62.
- COSTA, A. C. G. **Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa**. Coordenação técnica: Antonio Carlos Gomes da Costa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- DELAMONT, S. **Arguments against auto-ethnography**. Qualitative Researcher, v. 4, p. 2-4, 2007. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.642.8683&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 28 out. 2021.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. "Introduction: The discipline and practice of qualitative research." In: _____. (Orgs.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2000, p. 1-44. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/292304763/Denzin-and-Lincoln-2000-Introducao>>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research**, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 273-290, 2011. DOI: <https://doi.org/10.12759/hsr.36.2011.4.273-290>
- GAMA, F. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerosis múltipla. In: **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.5872>

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. LTC: Rio de Janeiro, 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GOMES, I. D. **Socioeducação: uma invenção (de)colonial**. Orientadora: Veriana de Fátima Rodrigues Colaço. 2020. 167 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/55851?locale=en>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional**. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2004.

JOSSO, M-C. Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [s. l.], 2020, v. 5, n. 13, p. 40-54, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n13.p40-54>

JULIÃO, E.; BENISTI, L. R. A.; MARCONDES, F. S. (Coords.). **Perfil dos adolescentes e jovens em conflito com a lei no município do Rio de Janeiro**, RJ: MPRJ, 2020. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documentos/20184/1751341/2019_perfiladosadolescentesejovensemconflito_19_11.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

_____. Implicação, um novo paradigma In: ALTHOÉ, S. (Org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral**. RJ: Editora Hucitec, 2004. p. 246-258.

MENDES, C. L. S.; JULIÃO, E. F. **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Acervo/Detalhe/1056>>. Acesso em: 11 out. 2022.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (Org.). **Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde**. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 143-153.

RANIERE, É. **A invenção das medidas socioeducativas**. Orientador: Cleci Maraschin. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87585/000911217.pdf?sequenc>>. Acesso em: 19 out. 2021.

ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, [online], v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241. 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.113972>

SILVA, M. T. A. **Família, Socioeducação e Projeto Golfinhos**: uma construção coletiva. RJ: Appris, 2018.

STANFIELD II, J. H. (Ed.). Casual ethnography as autoethnography & autoethnography as casual ethnography: emerging observations and principles. In: **“Race” and Culture in casual ethnography as autoethnography & autoethnography as casual ethnography**: cross-societal and societal snapshots. Republic of Mauritius: University of Mauritius, 2022. p. 215-218.

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 57-72, 2002.

3**Artigo 2 – Um conhecer através de vivências: o pesquisar em campo socioeducativo privativo de liberdade****Resumo**

Este artigo tem o objetivo de apresentar uma análise do campo de pesquisa de um Sistema Socioeducativo (SSE) de privação de liberdade, realizada através de relato autoetnográfico da experiência de uma pesquisadora e servidora psicóloga, parte da pesquisa de Doutorado em Psicologia, dentro da linha de Psicologia Social. O uso do método nesta construção foi a autoetnografia, complementado com revisão bibliográfica, com especificidades e apontamentos acerca de realização de pesquisas, sublinhando o campo vivenciado em suas aplicações, o olhar e o sentir do pesquisador dentro do cotidiano institucional. Sua direção foi no sentido de desenvolver uma articulação desta experiência com reflexões sobre este sistema socioeducativo privativo de liberdade, e a possibilidade do reconhecimento e ampliação do campo de pesquisa. Pode-se considerar, a partir da análise realizada, que a pesquisa se configura como uma ação positiva, dentro deste espaço, que pode realimentar o sistema em suas práticas e relacionar outras abordagens socioeducativas com adolescentes e os possíveis rumos da Socioeducação. Sublinha-se ser enriquecedor que outros pesquisadores se dediquem a aprofundar esta temática, que não se esgota neste estudo, e demanda atenção para futuros investimentos.

Palavras-chave

Adolescentes; campo de pesquisa; pesquisadora; sistema socioeducativo privativo de liberdade.

Abstract

This article aims to present an analysis from a research's field of socio-educational system (SSE) of deprivation of liberty, beyond an account of the experience of a researcher and psychologist servant. The method used in this construction was autoethnography, in addition to a bibliographic review, with specifics of its proposal and notes about conducting research, underlining the field experienced in its applications, the look and feeling of the researcher within the institutional routine.

The direction was focus in the sense of developing an articulation of this experience with reflections on a certain socio-educational system deprived of liberty and the possibility of recognizing and expanding the field of research, as a space that can feed back the socio-educational system in its practices and relate others socio-educational approaches with adolescents and possible directions for socio-education. We emphasize that it is enriching that other researchers dedicate themselves to deepening this theme, which is not limited to this study, and demands attention for future scientific investments.

Keywords

Adolescents; research's field; researcher; socio-educational system of deprivation of liberty.

Introdução

O sistema privativo de liberdade de adolescentes, que cometeram atos infracionais, provoca questionamentos sobre si e seu histórico, por questões enfrentadas por aqueles que estão sujeitos a esta experiência institucional (Altoé, 2014; Costa, 1990, 2001; Gonçalves & Garcia, 2007; Oliveira & Zamora, 2017). São abordagens críticas, que buscam trazer questionamentos sobre uma realidade, ainda carente de transformações, na direção de uma construção que promova oportunidades verdadeiras aos adolescentes que têm a sua trajetória perpassada por tal vivência.

O Sistema Socioeducativo (SSE) traz, em sua história, o investimento de muitos pesquisadores, que aprofundam sobre a sua prática voltada (ou não) ao processo de desenvolvimento de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), suas histórias de vida e de suas famílias, entre diversos outros temas (Oliveira, 2014; Mendes & Julião, 2018; Vinuto & Bugnon, 2021).

Este presente trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em Psicologia, e tem um recorte específico: a pesquisa no campo socioeducativo privativo de liberdade, de certo estado brasileiro, a partir de vivências como pesquisadora e servidora pública. Essa reflexão é feita com o método da autoetnografia e através de revisão bibliográfica, na busca de certos conhecimentos: Como se dá o processo de autorização e o desenvolvimento da pesquisa? Como é pesquisar neste campo? O que é transmitido no encontro deste campo de pesquisa aos pesquisadores, através

das interações vividas? A pesquisa pode trazer um retorno produtivo para este campo?

A partir de investigações sobre a própria experiência do processo de pesquisa, o presente trabalho tem a intenção de refletir sobre as relações de poder, em que se apresentam aspectos que apontam para uma hierarquia rigidificada e/ou a presença de uso deste poder de forma disciplinar (Foucault, 2014), através de ações que demandam mudanças, como, por exemplo, aquelas que são perpassadas por uma violência intra e interinstitucional, sendo certo que as formas opressoras devem ser criticadas, combatidas e abolidas (Gonçalves, 2005; Oliveira, 2014).

Apresenta-se, a seguir, um breve relato acerca das unidades de internação deste sistema, para que possam ser mais conhecidas certas características, para depois aprofundar nas experiências das pesquisas. Os dados apresentados abrangem um período entre 2014 e 2020.

As unidades de internação e algumas de suas características

Centro de Socioeducação Feminino

A unidade feminina atende à MSE de internação, e executa a medida de internação provisória, de acautelamento. Caracteriza-se por ser uma unidade para adolescentes do sexo e gênero feminino, que antes de uma reforma, tinha uma arquitetura prisional e opressora, e, depois, procurando seguir os parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (Brasil, 2006), teve os alojamentos melhorados e humanizados, apesar de ainda demandar mudanças.

Em torno do período da realização da primeira pesquisa, a unidade apresentava inovações na relação com as adolescentes, como na possibilidade de acompanharem os filhos recém-nascidos, em espaço protegido e adaptado; desenvolvia também projetos que trabalhavam conhecimentos e habilidades, bem como outras ações socioeducativas.

Apesar de investimentos em uma política, na década de 2010, com determinações referentes a direitos de mães presas gestantes e lactantes, demanda investimento uma política específica voltada às adolescentes em MSE de internação (Sciortino, 2020), ao encontro do artigo 9º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990).

Este artigo define a responsabilidade do poder público e instituições sobre as condições adequadas para o aleitamento materno dos filhos de mães que estejam em privação de liberdade, cumprindo MSE, entre outras garantias de proteção. Certa insustentabilidade em direitos ainda não determinados, de forma legal, torna frágeis muitas ações instituintes, na direção das garantias, o que, por vezes, leva à perda de trabalhos importantes no sistema, com conquistas sem suporte legal e jurídico, por exemplo, em mudanças de gestões.

Nesta unidade, em seus “alojamentos”, conforme o comportamento, as adolescentes têm o direito a ter produtos para uso pessoal, o que permite que se sintam mais individualizadas. Um investimento no rompimento de uma violência institucional, de tempos anteriores, onde, entre outras arbitrariedades, quase tudo era retirado do(a) jovem, até mesmo o seu nome, a sua identidade, podendo ser chamado(a) pelo número de matrícula ou de entrada (Goffman, 2019; Altoé, 2014). Com o avanço dos movimentos garantistas, como o ECA (Brasil, 1990) e Sinase (Brasil, 2006, 2012), mudanças processuais estão ocorrendo, mas ainda longe de alcançar a integralidade dos direitos.

Pode-se observar o que se “fala” através de acontecimentos, de dentro do campo de pesquisa, e no qual as adolescentes estão vivendo durante a medida. Em 2014, aconteceu uma experiência ao estar com as internas, como servidora. Em algumas “verificações”, as adolescentes podem ter os produtos pessoais retirados, o que provoca muita angústia e revolta, pois são muito valorizados por elas. Aconteceu uma entrada de equipe de segurança na unidade, convocada diante de um tumulto, provocado por algumas adolescentes, que agrediram uma funcionária.

A divisão de psicologia do departamento, junto a outras equipes técnicas gestoras, foi chamada para dar suporte, por estar ainda ocorrendo o conflito. Na chegada, encontravam-se as meninas alinhadas em fileiras no pátio, sentadas no chão, indignadas e ansiosas. Foi proposta uma reunião – uma assembleia, com representantes dos grupos por alojamento, para que pudessem se expressar.

Foi uma experiência incrível, o quanto as adolescentes foram expressivas e se organizaram para falar. Inicialmente, mesmo que estivessem tumultuadas, foram definindo as representantes e as suas falas. O encontro foi no auditório da unidade, onde em círculo se abriu à assembleia – dispositivo apontado tanto pela Análise Institucional como pelo Sinase (Brasil, 2006), como recurso dialógico e construtor de novas relações –, na qual elas podiam falar, argumentar e colocar questões acerca

do acontecido. Foi possível que abordassem situações que enfrentavam quando ocorria algum tumulto e as preocupações com os seus objetos recolhidos, bem como os temores por sua integridade física.

O encontro foi intenso, e procurou-se dar espaço a todas as falas, assim como transmitir para os setores responsáveis questões que demandavam reorganização, vigilância e garantias para não mais acontecer. As assembleias abrem espaços de diálogo entre adolescentes, funcionários e outros atores, e já são práticas em alguns estados brasileiros, mas ainda não implantadas como rotina nas unidades socioeducativas.

A unidade desenvolve atividades múltiplas, como o *Projeto Lego* (Esgse, 2021; Rio de Janeiro, 2020a), entre outros, com uma boa dinâmica e participação das adolescentes. É interessante assinalar que, apesar de ter um quantitativo menor de adolescentes internas, comparado com as unidades masculinas, a intensidade emocional nas inter-relações é muito alta.

Pode ser que as adolescentes apresentem uma forma mais libertária em resposta à disciplinarização de seus corpos e comportamentos, não aceitando tão facilmente a docilização – objetivo comum dos processos de aprisionamento (Foucault, 2014) –, e buscam suplantá-la a privação de liberdade de outra forma, ao se expressarem de forma mais ativa, abrindo novos caminhos neste processo (Oliveira et al., 2018).

Centros de Socioeducação Masculinos

As unidades socioeducativas mais antigas apresentam construções inadequadas, que não atendem às diretrizes do sistema de garantia de direitos, ao Sinase. Apresentam péssimas condições nos alojamentos, com vazamentos, falta de iluminação, má circulação de ar, condições ruins de higienização, certos espaços prejudiciais. Unidades sem estrutura para a execução da medida, vêm dos reformatórios menoristas (Altoé, 2014; Câmara & Santos, 2013), ou seja, de uma herança patrimonial, com necessidade de serem reconstruídas adequadamente.

Em geral, as unidades têm uma intensidade altíssima de acontecimentos cotidianos. É uma característica presente, que demanda muitas ações em seu funcionamento contínuo. Durante muitos anos, uma delas foi também a porta de entrada do

sistema, em que não existiam ainda o Plantão Institucional ou o Centro de Socioeducação para triagem e recepção dos adolescentes, criados posteriormente.

Desde o começo da existência deste departamento, aconteciam situações de violência nas unidades fechadas, inclusive já anteriores à sua criação. Este enfrentamento já era uma urgência em espaços de internação de crianças e adolescentes (Altoé, 2014; Gonçalves, 2005). Em contraponto, encontram-se funcionários que investem em mudanças, desde o seu começo, em direção à uma prática socioeducativa (Costa, 2006; Lopes, 2015; Vinuto & Duprez, 2019).

Apesar de inúmeras adversidades, as unidades puderam ser o espaço do nascimento de movimentos produtivos. Um deles, um projeto voltado à atenção às famílias e aos adolescentes (Silva, 2018; Mota, 2016), com foco na abordagem às suas histórias, emoções e conflitos, que obteve resultados produtivos e recebeu a indicação para implantação em todo o sistema, o que não aconteceu por embates de forças internas institucionais (Silva, 2018).

Outro projeto, voltado às orientações para a prevenção ao uso e abuso de drogas, com orientações sobre doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar, dentro de uma perspectiva da saúde integral (Brito, 2000), também perdeu seu espaço. Dois outros projetos, que conseguiram se manter, um voltado a uma publicação interna, produzida pelos adolescentes (e um grupo de teatro composto pelos adolescentes, com anos de existência), e um programa voltado a trabalhar os conflitos interacionais, atuais entre adolescentes de diferentes regiões, com bons resultados, em atividade. Entre estas e outras ações instituintes, algumas conseguiram prosseguir, outras não.

A construção de novas unidades se deu em campo de unidades antigas, e em novos terrenos. Foram construídas dentro das diretrizes arquitetônicas do Sinase orientador, para atender aos parâmetros, com módulos para alojamentos, solário, salas diferenciadas para os atendimentos, oficinas profissionalizantes e outras atividades, uma escola, quadras para esportes, espaço ecumênico, entre outros, compondo a unidade de forma integral.

Esses novos centros nascem em atendimento às diretrizes do sistema de garantia de direitos e em resposta aos questionamentos sistemáticos, por órgãos de defesa da infância e juventude, sobre as condições existentes, superlotação constante e a inadequação, tanto arquitetônica, como em outros aspectos institucionais. Algumas das unidades foram inauguradas em integração às ações de

descentralização da política de atendimento, com maior possibilidade de maior participação da família e comunidade no processo socioeducativo dos jovens.

A experiência de trabalhar em uma destas unidades aconteceu nos anos iniciais como trabalhadora do sistema, com muitos enfrentamentos e aprendizados vividos neste cotidiano. Observaram-se situações interacionais positivas e construtivas, assim como interações difíceis, que aconteciam entre funcionários e adolescentes, existência de relatos de violência, as precárias condições internas dos alojamentos, entre inúmeros problemas a serem superados, citados em estudos, desde os períodos iniciais de seu funcionamento até os dias atuais (Zamora, 2005; Vinuto & Duprez, 2019).

Vinuto & Bugnon (2021) aprofundaram sobre o fenômeno da superlotação, em espaços de MSE privativa de liberdade. Assinalam, em seus estudos, no Brasil e na França, o quanto a superlotação atinge a qualidade da execução da medida, e buscam compreender a relação existente entre as instâncias implicadas. A compreensão deste fenômeno não se resume ao aumento da criminalidade, e se configura em uma multiplicidade de fatores, resultante com viés político da interação entre governo, sistema de justiça e ativistas (Vinuto & Bugnon, 2021).

Tal situação não se restringe a uma unidade socioeducativa específica, mas está presente no SSE (assim como em outras instituições com execução de medidas ou penas privativas de liberdade) como um impasse, não resolvido, durante anos. A superlotação e as péssimas condições ambientais de certas unidades impactam diretamente nas atividades diárias. O planejamento das ações e a execução requer abranger o paradigma da socioeducação e as bases da segurança socioeducativa, o que fica difícil de alcançar em uma realidade que demanda reflexões para que mudanças sejam feitas, e que a superlotação seja evitada e não aconteça.

A visita aos espaços e a realização de pesquisas podem enfrentar adversidades, porém, acredita-se que a experiência como pesquisadora e servidora, pode ter possibilitado maior acesso à realização de pesquisas e visitas com estudantes universitários.

Certa vez, em visita com graduandos, a equipe da unidade recebeu o grupo de forma acolhedora, porém, foram colocadas restrições de ida aos alojamentos pela gestão, com a alegação de questões de segurança. Foi permitida a visita a um alojamento diferenciado, organizado pela unidade, para alguns adolescentes, sendo um espaço com maior liberdade de circulação e possibilidade de organização mais livre

de pertences e objetos, como reconhecimento e parte de um processo progressivo de evolução no período da internação, como investimento em seu compromisso e desenvolvimento em sua MSE. Foi um encontro dos estudantes com os adolescentes muito positivo, com relatos sobre o enfrentamento atual de sua situação e de projetos de futuro.

Em outras oportunidades, nesta unidade, foi possível observar o desejo e empenho de socioeducadores transformarem práticas existentes, estimular o progresso dos adolescentes, escolarização e profissionalização, assim como investir no processo socioeducativo com maior liberdade de circulação dentro da unidade e nas participações em atividades.

Existem, também, memórias, com estudantes universitários, que teceram muitas reflexões acerca deste momento, do ingresso em outra unidade, e o encontro com os jovens internos, que foi intenso. Essa é uma abertura que não é comum, nem fácil de acontecer, o que leva a uma questão da busca da compreensão de existirem tais restrições, se são necessárias e/ou podem ser superadas.

Em mais uma das unidades, das visitas aos alojamentos, vem na lembrança muita angústia pelos jovens internados em condições inadequadas, assim como o impacto do método prisional com o socioeducativo ser presente e perceptível. Ao lado destas condições adversas, tem-se a dedicação de alguns trabalhadores, que procuram enfrentar os impasses e caminhar.

Conseguir manter uma proposta socioeducativa, e subsistir às forças contrárias institucionais às ações instituintes, demanda muito empenho nos embates que se dão para a sua existência. Observa-se nas unidades a presença da vivência desta ambivalência nos encontros com certas unidades, e apesar do ritmo intenso e resistências presentes, encontrou-se uma organização ativa e bem dinâmica para as atividades diárias.

A presença de forças que se esbarram, se confrontam e se encontram no cotidiano institucional, em espaços privativos de liberdade, é uma realidade encontrada também em estudos de narrativas de indivíduos, já adultos, que vivenciam esta experiência, e assinalam a necessidade de se rever o direcionamento no lidar com pessoas que cometeram algum ato ilegal ou infracional (Tavares & Pasche, 2022), no sentido de viabilizar um processo construtivo, e não um destrutivo de vida social e familiar, no percurso para uma possível retomada produtiva.

Uma das unidades foi desativada pouco tempo depois da última visita feita pela equipe de pesquisa. Perdurou em funcionamento mais de uma década, apesar de protestos, devido à sua inadequação e localização no campo de unidades prisionais. A sua construção tem características relativas a um espaço que não remete à Socioeducação. Funcionou acima da capacidade, com adolescentes extremamente mal alojados e amontoados, em alojamentos caracterizados como prisionais.

Os profissionais que lá trabalhavam, buscavam enfrentar as adversidades e realizar o trabalho socioeducativo. A forma que foi fechada impactou muitos dos que lá estavam, assim como quando começou, o que remete à lógica de que tudo que envolve o ser humano demanda um processo dialógico, caso contrário, é vivido sob um aspecto de impacto de violência.

Antigas unidades, ditas socioeducativas, umas condenadas por órgãos de defesa da infância e juventude, ainda se mantinham com adolescentes internados, ou em internação provisória, quando as pesquisas *Visita Íntima no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro* (Silva & Zamora, 2014), aqui chamada *Visita Íntima*, a Pesquisa *Trajetórias de Vida de Jovens em Situação de Privação de Liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro* (Julião, 2019; Mendes & Julião, 2018), aqui chamada *Trajetórias*, e a Pesquisa *Projeto Famílias no DEGASE – Famílias dos adolescentes inseridos no Sistema Socioeducativo nos diferentes territórios das Unidades do DEGASE* (Barros et al., 2021), denominada aqui por *Famílias*, aconteceram no departamento, respectivamente, nos períodos de 2014 a 2016, 2016 a 2018, e 2018 a 2020.

No campo de pesquisa, em certas unidades, pode-se observar um clima muito tenso, prévio a tensões de alto nível institucional, que podem levar ao começo de rebeliões ou conflitos, que provocam riscos a todos. Tal observação em campo levou a necessidade de um encaminhamento posterior à gestão da unidade e do departamento, com os devidos cuidados éticos indicados, para redirecionamento de ações e prevenção de situações de perigo à integridade dos adolescentes e da comunidade socioeducativa da unidade.

Visitas feitas a certas unidades, no período das pesquisas, de 2014 a 2020, provocaram percepções de que, mesmo seguindo o modelo arquitetônico, com boa organização, planejamento e disponibilidade das equipes para o desenvolvimento de boas ações, a prática do cotidiano não estava adequada à Socioeducação. Encontrou-se um clima interacional diverso de outras unidades, onde os adolescentes e os

funcionários poderiam estar se sentindo bem. Esta prática de funcionamento e interação, que se dá no dia a dia institucional, quando não é a adequada, demanda profunda avaliação e reflexão, pois apesar da legislação e da proposta socioeducativa, com formação e treinamento dos trabalhadores do campo, ainda se encontravam práticas incorretas, com relatos sobre certas violações em publicações da época.

Reflexões breves sobre estas unidades

A participação como pesquisadora trouxe a percepção de que, apesar de uma receptividade para a pesquisa, em algumas unidades, pode se observar que o aspecto prisional estava pesadamente presente, tanto na construção como em ações relacionadas aos alojamentos e rotinas diárias. Adolescentes com as mãos para trás, cabeças abaixadas, a qualidade dos espaços, alojamentos com aspectos prisionais (Rio de Janeiro, 2020b), entre outras observações já apontadas por órgãos de defesa da infância e juventude.

Um certo movimento instituinte significativo está presente em algumas unidades, a partir de socioeducadores. Não é incomum o embate, necessário para que transformações aconteçam. Ao mesmo tempo que certas experiências apontam avanços, pode-se encontrar fechamentos à circulação, em determinados espaços, com apresentação de aspectos relativos à segurança, ao clima institucional tenso ou outra justificativa.

Em certas pesquisas (Rio de Janeiro, 2020b; Vinuto & Duprez, 2019), evidenciou-se o que se pode observar em um cotidiano institucional, atravessado pela superlotação, e com unidades inadequadas ao cumprimento de MSE privativa de liberdade, não se resumindo a estas variáveis os problemas existentes.

Como assinalam Vinuto & Bugnon (2021), ao abarcar o fenômeno da superlotação e seus desdobramentos, a responsabilidade deve ser compartilhada entre diversas instâncias, em direção ao atendimento de uma política socioeducativa comprometida com o adolescente e o seu futuro. É importante uma ampliação desta análise a outros fatores encontrados no SSE, que demandam ações públicas e efetivas imediatas, mesmo com a consciência de que será processual o alcance de transformações necessárias.

O estado do Rio de Janeiro funcionava em 2018, em relação ao seu quantitativo de adolescentes internados em suas unidades socioeducativas privativas de

liberdade, com 175% de ocupação (STF, 2021), ultrapassando gravemente a sua capacidade máxima. O *Habeas Corpus* coletivo nº 143.988 (STF, 2021), determinou o limite máximo dentro de sua capacidade, e garantiu juridicamente que o percentual de 100% não possa ser ultrapassado.

O número de internações passou a estar dentro da capacidade normal, segundo recentes informações, e outros encaminhamentos devem ser feitos quando acontece a lotação total. Esta foi uma decisão de muito valor no investimento à garantia de direitos dos adolescentes em MSE de internação e, certamente, traz reverberações positivas no cotidiano institucional do SSE, em seu planejamento e organizações, sendo certo que deverá continuar a ser monitorado, pois existem questões que demandam atenção na direção da prática socioeducativa.

Esta determinação judicial, em torno da superlotação, foi positiva, pois atende à garantia de certo direito básico dos adolescentes, e apresentou diminuição de situações de violência institucional, mas não a extinguiu, assim como não garante a efetivação de políticas de saúde e educação, que demandam investimentos amplos e contínuos.

Houve melhora das dinâmicas internas cotidianas, viabilizando uma rotina mais produtiva em qualidade para as equipes técnicas e para os plantões de segurança, porém, não pôde dar conta dos problemas referentes às questões de poder nas relações intrainstitucionais, que continuam ativas e presentes. As dificuldades e os embates atravessam a todos implicados no SSE, sendo necessário que todos possam ter voz, que o movimento seja de investimento nas potencialidades de todos, dos agentes, técnicos e todos os atores institucionais, investindo em uma construção coletiva e não fragmentada e culpabilizadora, pois esta fica a serviço de conflitos e violência.

Fato é que, ainda se enfrentam muitas adversidades para a prática integral da Socioeducação e total transparência das ações internas. Com todo o aparato garantista, ainda podem-se encontrar graves violações dos direitos dos(as) adolescentes, durante o período da privação de liberdade, em unidades de internação. Urgem ações e medidas sociopolíticas para verdadeiramente alterar e redirecionar esta realidade (Rio de Janeiro, 2020b), que espelha a forma de lidar com os adolescentes em uma sociedade atravessada por discriminações e ausência de políticas públicas que atendam a sua população.

E, uma questão que não se esgota e precisa ter atenção, é a necessidade de aprofundamento sobre cada unidade do sistema, para se conhecer de fato as suas formas de funcionar no lidar com as ações socioeducativas, com os impasses, com os conflitos, as tensões em um cotidiano que envolve (entre outras variáveis) adolescentes, privação de liberdade, Socioeducação e segurança (socioeducativa).

Abaixo, para ilustrar um pouco mais deste campo, apresenta-se no Quadro 1 um pequeno glossário de alguns termos próprios das unidades socioeducativas:

Termos Internos	Significados
“Aguardar na disciplina”	Esperar com bom comportamento.
“Bebel”	Adolescente bem novo(a), 12-13 anos.
“Bicando a chapa”	Adolescente batendo na porta do alojamento.
“Bife de monstro”	Bife de carne dura.
“Chapa quente”	Clima tenso, esquisito.
“Chapa”	Porta do alojamento.
“Com todo o respeito”	Refere-se à atitude respeitosa, ao falar com o agente.
“Comarca”	Cama do alojamento.
“Correria”	Momento da janta servida com apoio do adolescente.
“Desenrolar”	Conversar, resolver um mal-entendido, um conflito.
“Dona Técnica”	Profissional da equipe técnica.
“Dormir de valete”	Dormir na mesma “comarca” que outro adolescente.
“Esculacho”	Quando é tratado mal, sofre desrespeito, agressão, violência.
“Fechamento”	Cara legal, de acordo.
“Fiel”	Namorada(o), companheira(o), se tem outras relações é a mais importante.
“Forjado”	Flagrante falso, provocado.
“Ganhei CRIAAD?”	Recebi MSE de Semiliberdade?
“Levantar o pátio”	Começar uma rebelião dentro do pátio da unidade.
“Mamãezada”	Referente à atitude protetiva da equipe técnica com o(a) adolescente.
“Na moral”	Com justiça, correto.
“Na pista”, “No asfalto”	Onde tem urbanização, nas ruas da cidade asfaltadas.
“Pagar a janta”	Levar os(as) adolescentes para jantar ou entregar quentinha.
“Pagar banho”	Organizar o horário do banho.
“Pagar o remédio”	Providenciar a entrega da medicação do(a) adolescente.
“Pagar roupa”	Providenciar o recebimento da roupa do(a) adolescente.
“Pega a visão”	Ter a visão, compreender.
“Perdeu”	Foi pego, apreendido ou falado para a vítima, na hora do ato infracional.
“Pleiboi”	Adulto jovem aparenta boas condições financeiras, carro, celular, relógio etc.
“QG”	Alojamento.
“Qualé?”	O que foi?
“Receber Mansão”	Receber MSE de internação em unidade socioeducativa na Ilha do Governador.
“Relatório desceu?”	Relatório voltou do juizado?
“Relatório subiu?”	Relatório foi para o juizado?
“Resenha”	Baile, festa.
“Seu”	Agente Socioeducativo.
“Sujeito homem”	Sujeito responsável por suas ações, sujeito maduro.
“Tá me tirando”	Está me zoando?
“Tá tranquilo”, “Tá suave”	Está tudo bem.

“Tia”	Profissional da equipe técnica, Professora, agente feminina? Outras figuras femininas.
“Tipo como”	Assim como, da seguinte forma.
“Verme”	Policial.
“Virar a casa”	Tomar a unidade socioeducativa através de uma rebelião.

Quadro 1 – Glossário de alguns termos próprios das unidades socioeducativas

Diante do Quadro 1 observa-se uma linguagem própria, uma fala perpassada por lugares e relações, o que demanda maiores estudos e aprofundamentos na compreensão de seus significados e singularidades.

A seguir, para articular com este breve recorte das unidades, tratam-se, mais diretamente, as pesquisas e os campos nos quais se desenvolveram os estudos, com a finalidade que possam trazer reflexões sobre como é pesquisar no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), se pesquisar neste campo pode ser uma ação instituinte e/ou promover ações instituintes, entre outras questões.

As pesquisas e experiências vividas pela pesquisadora

Com foco nas pesquisas, onde diretamente aconteceu a participação enquanto pesquisadora, dentro deste SSE, o relato segue por certas vivências e observações, para pensar acerca do que elas podem “falar”, podem revelar sobre este campo, desta instituição.

A participação foi nas três pesquisas citadas, *Visita Íntima*, de 2014 a 2016, *Trajetórias*, de 2016 a 2018, e *Famílias*, de 2019 a 2020. Apontam-se, brevemente, os critérios para autorização de pesquisa, no departamento, para, em seguida, aprofundar nas pesquisas, com apresentação do processo de construção de cada uma, a abordagem de algumas experiências, percepções e observações capturadas em campo, nas unidades.

O processo de autorização para pesquisar

A autorização para pesquisar neste campo socioeducativo, de privação e restrição de liberdade, passa pelos trâmites definidos pela Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (Esgse, [202-]). É necessário encaminhar, para a Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios (Depe), determinadas cópias e documentos para dar entrada na solicitação de autorização de pesquisa: identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), comprovante de residência, declaração da universidade, o projeto de

pesquisa e o formulário preenchido (disponibilizado no *site*). Quando a metodologia implicar o adolescente diretamente, deverá ser feita uma solicitação de autorização ao juiz da comarca da infância e juventude.

A entrada em campo para a pesquisa, demanda aguardar a avaliação do projeto pela Esgse, para a autorização (ou não) de sua realização. Compreender melhor como se dá o critério de avaliação do conteúdo das pesquisas não terá alcance neste trabalho, mas é importante que possa haver investimentos de estudos nesta direção, para o conhecimento de como se dão as autorizações ou a não liberação para algumas pesquisas. Demanda reflexão e atenção o próprio investimento do departamento em seus funcionários pós-graduandos pesquisadores, pois muitas dificuldades são enfrentadas também por estes no percurso de seus estudos e pesquisas (licença, suporte financeiro, apoio institucional).

As pesquisas e suas impressões¹⁶

Visita Íntima

A pesquisa derivou da participação de uma das autoras, no Grupo de Trabalho (GT) *Visita Íntima*, o que foi uma experiência singular, na qual o sistema socioeducativo viveu certa abertura na construção deste documento, no pensar esta implantação (Silva & Zamora, 2014; Lessa et al., 2015). Tal processo se deu dentro das diretrizes do Sinase, e compartilhando ideias e saberes, com a contribuição de profissionais de setores como judiciário, saúde, órgãos de defesa, servidores e funcionários do departamento.

Certas publicações abordaram a proposta de implantação da *Visita Íntima* no sistema, assim como aspectos relativos à sexualidade e de questões em torno da temática, através de pesquisas realizadas neste campo (Da Silva et al., 2014; D'Angelo & De Garay Hernández, 2017; Da Silva & Gonçalves, 2017; De Garay Hernández et al., 2018; Silva, 2018).

A partir deste GT, e da construção da proposta do *Programa Visita Afetiva*, foi desenvolvido o *Programa de Saúde e Sexualidade*, com objetivo de orientar adolescentes, parceiros(as), familiares e funcionários, para a implantação e

¹⁶ As experiências com as pesquisas não estão acompanhadas pelo nome das unidades específicas, considerando um cuidado no sentido de não expor, de forma improdutivo, os componentes de suas equipes e funcionários, mas sim de trazer questões para reflexões, de forma produtiva.

continuidade (Da Silva et al., 2014; Lessa et al., 2015; Silva, 2018). No entanto, até a atualidade, demanda ações efetivas, pois além das propostas elaboradas, dos cursos e encontros voltados à temática, não foram implantados nem o programa de saúde de forma integral, nem a visita íntima.

A partir das propostas para a implantação da visita íntima, em 2014, surgiu o interesse da pesquisadora em escutar os adolescentes, suas falas e reflexões sobre o tema. A pesquisa foi desenvolvida com um questionário para adolescentes e outro para familiares, aplicados em três unidades de internação. Tal aplicação foi realizada após receber a autorização da Esgse e do Juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro.

A pesquisa foi realizada com a pesquisadora e uma estagiária em Psicologia, e o planejamento feito para a realização dos grupos nas unidades definidas. Foi uma experiência significativa poder dialogar com os jovens e familiares, que trouxeram questões e reflexões acerca da temática. Muitas questões importantes, que poderão ser trabalhadas no Programa proposto, foram trazidas por adolescentes e familiares, e este é um desafio para outro trabalho.

Em relação aos funcionários, ficou uma percepção do grande impacto que pode mobilizar o sistema, pois muitas reações adversas foram expressas, fosse quando se estivesse nas unidades para realizar a pesquisa, fosse na mídia social, com falas agressivas acerca da proposta desta implantação. Tal evidência fortalece a compreensão de que a implantação deste direito demanda sensibilização e preparo.

Durante a pesquisa, em uma certa unidade, observou-se um grande incômodo de alguns funcionários, acerca da temática e da possibilidade da implantação do *Programa de Visita Afetiva e Programa de Saúde e Sexualidade* (Silva, 2018). Em campo, em um dia de pesquisa, foram escutadas frases afirmando que é um absurdo ter visita íntima, que não ficarão “tomando conta de adolescente (vagabundo) transando”, que “só falta colocar ar-condicionado para o casal”. Foram postadas na internet opiniões contrárias à implantação, assim como encontradas demonstrações em campo desta oposição.

Este é um outro aspecto que pode interferir na realização das pesquisas e de garantia de direitos, onde forças instituintes podem sofrer certas oposições dentro do campo, e, por isso, uma importância do preparo prévio e sensibilização dos trabalhadores, inclusive de adolescentes e famílias, antes da implantação de novas

ações. Um aprendizado importante, para as mudanças necessárias também serem alcançadas com efetividade, é lidar com esta força do campo e de seus integrantes. Compreender o que e como pensam, como atuam no cotidiano institucional, e, a partir deste conhecimento, desenvolver e planejar como podem se realizar as transformações, é viabilizar de forma construtiva o acontecer de ações instituintes.

Quando a pesquisa foi aplicada em outra unidade, observou-se uma forma de demonstração da insatisfação com a proposta da implantação, através da provocação de um boicote ao grupo, que estava com a pesquisadora e estagiária. Um funcionário trouxe, para participar, sem que fosse solicitado, mais um(a) participante, um(a) adolescente, que estava bastante alterado(a) e confuso(a). Este movimento não teve êxito, pois o(a) adolescente foi acolhido(a) e trabalhou-se bem com a sua participação.

Deu-se, assim, uma oportunidade para ele(a) se reorganizar um pouco, e se ver dentro de um grupo de uma outra forma do que vinha vivendo, discriminado(a) por apresentar instabilidade emocional. Momentos como este requerem do(a) pesquisador(a) uma reorganização de seu enquadre, de sua organização prévia, de forma produtiva, sem permitir que determinadas situações ou provocações desestruem o acontecer de sua pesquisa. Assim, é importante se preparar para tornar produtivo o inesperado, e que muitas vezes acontece no campo de pesquisa.

Algumas unidades apresentam certa reação/tensão na recepção do pesquisador. Em uma das unidades ficou evidenciada na recepção e resposta de um(a) funcionário(a), uma certa posição contrária, logo após a apresentação do motivo da ida à unidade, e a solicitação de um grupo de adolescentes para a participação: “Eles(as) não vão querer participar mesmo!”, falou, cheio(a) de si, e foi fazer o chamado, convicto(a) de que não viriam. Vieram todos(as) os(as) adolescentes, e participaram de forma muito atuante.

Ficaram muito interessados(as) na temática da pesquisa e levantaram questões interessantes sobre a possibilidade da visita, com diversos questionamentos, sobre, por exemplo, como seria a escolha do(a) parceiro(a), que era melhor escolher o(a) que não seria o(a) “fiel”, seria um(a) outro(a) que não tivesse a mesma importância que o(a) “titular”. Enfim, foram abordados pelas pesquisadoras, a partir desta temática, aspectos da visita íntima atrelada à afetividade e seus laços mais profundos, a importância da convivência familiar e vínculos afetivos também comunitários.

Também foi realizada a pesquisa em uma unidade considerada “pesada”, com relatos de violência tanto entre adolescentes, como com funcionários, muitas histórias de rebeliões. Nesta unidade, a experiência de participação em duas pesquisas, apesar de haver uma expectativa de maior oposição/resistência, encontrou-se uma recepção e atenção durante o período da pesquisa de bom nível, em ambas as ocasiões.

Na pesquisa, foi cedida uma sala no térreo para o atendimento da família e do adolescente, sem nenhum contato com o campo interno institucional, onde circulam os adolescentes, funcionários e equipe. Apontou-se para um fechamento à circulação interna, para a servidora, enquanto pesquisadora, ficando restrita a este espaço, logo na entrada da unidade. O aspecto prisional do ambiente era percebido desde a sua construção, grades e muros, assim como nos procedimentos de ingresso (ME-CPT-RJ, 2017).

Ainda reverbera no sistema uma posição contrária à visita íntima para os(as) adolescentes. Existem expressões na mídia, na internet, questionando a garantia deste direito. Direito que ainda não foi implantado, apesar da realização dos cursos para os servidores, em prol desta garantia, formações em torno de temas sobre sexualidade, gênero, prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST), entre outros. Muita sensibilização e preparo parecem ainda necessários na adequada implantação deste direito.

Assim, observa-se que, do micro, pela experiência e percepção em campo de pesquisa, foi detectada uma dificuldade acerca da sexualidade e visita íntima dos(as) adolescentes em cumprimento de MSE de privação de liberdade, que repercute dentro do sistema; e, tal observação vai ao encontro da cultura, de forma ampliada, o macro, e desvela preconceitos e discriminações, existentes na sociedade.

Conforme estudos sobre a autoetnografia (Ellis et al., 2011; Adams et al., 2015, 2017; Versiani, 2002; Santos, 2017), pode-se, através dela, promover uma lente, que leva a uma análise ampliada, do encontro do que o campo revela e fala com o que perpassa o social e os seus entraves.

Trajetórias

A seguir, de forma breve, relata-se a construção da pesquisa *Trajetórias*, e o seu desenvolvimento. Realizada entre 2016 e 2018, foi uma demanda da direção do

departamento diretamente à Assessoria de Sistematização Institucional (Assist), que foi criada para trabalhar com o alinhamento de saberes e práticas institucionais. A servidora pesquisadora tem a sua lotação nesta assessoria, desde 2015, depois da experiência com atendimentos a adolescentes e familiares, e outra com a gestão. Uma vivência produtiva é assim experienciada, a oportunidade de continuar aprendendo sobre o sistema, e, ao mesmo tempo, compartilhar saberes adquiridos e buscar investir no alinhamento para a Socioeducação.

Trajetórias foi uma pesquisa construída com o objetivo de aprofundar acerca da realidade do cotidiano institucional, através da percepção e fala dos adolescentes, em cumprimento de MSE de internação. Teve a participação de pesquisadores do departamento socioeducativo e da Universidade Federal Fluminense (UFF) (Julião, 2019), o que produziu uma experiência muito rica neste encontro. Sua coordenação foi em coparceria, e produziu um movimento dinâmico, com trocas e reflexões. A pesquisa se desenvolveu com a aplicação dos questionários, distribuídos proporcionalmente, nas unidades de internação masculina e feminina, com os(as) adolescentes internados(as) por cometimento de ato infracional (Degase, 2018).

Elaborou-se uma organização para a entrada em campo, reuniões com os gestores e contatos com as direções, com o reconhecimento da importância de sensibilizar os profissionais de cada campo para a realização da pesquisa. O cotidiano institucional pode ter algumas rotinas comuns, mas, também, tem diversas especificidades, conforme cada unidade. A entrada de uma equipe de pesquisa provoca mobilizações, assim como propriamente demanda algumas ações, que estarão também fazendo uma alteração em parte da rotina. Outros aspectos serão abordados, por exemplo, em como se dá o olhar sobre o pesquisador, a partir daquele que faz parte da unidade, que pode apresentar diversos sentimentos sobre o movimento que envolve uma pesquisa.

Estes procedimentos prévios foram produtivos, pois implica o sentimento de respeito por seu fazer, pelos compromissos de cada unidade, sua rotina, que é perpassada além das refeições, por aulas em escola interna, da rede estadual, cursos profissionalizantes, atividades físicas e oficinas internas, além dos atendimentos técnicos, de saúde, entrada e saída para audiências, dias de comemoração ou de eventos específicos, chegada de visita ou fiscalização por órgãos, como o Ministério Público (MP) ou Conselho Nacional de Justiça (CNJ), enfim, um movimento de grande dimensão.

Assim, toda a organização do cotidiano demanda muita atenção, inclusive considerando que as unidades de internação podem sofrer com a superlotação (ME-CPT-RJ, 2017; Vinuto & Bugnon, 2021), por exemplo, algumas, em certos períodos, estiveram com mais de 300 adolescentes internos, quando deveriam ter no máximo 160. Além dos cuidados básicos, tais como higiene, alimentação e educação, as unidades lidam com aspectos da segurança dos adolescentes, dos funcionários, da unidade socioeducativa como um todo. Qualquer ação nova, em sua rotina, demanda planejamento, para poder fluir de forma produtiva.

Na pesquisa *Trajetórias* houve o investimento no preparo dos pesquisadores, se realizou um pré-teste, com dois grupos de adolescentes, em unidade feminina e masculina e, em relação ao retorno dos resultados para a instituição, ficou a proposta de devolutivas para cada unidade e para o sistema, de forma geral, para gestores, servidores, funcionários, adolescentes e familiares (Silva & Zamora, 2019).

Esta equipe de pesquisadores percebeu, em seu percurso nas diversas unidades, a presença de resistências, assim como ações de apoio. Foram ressaltados alguns aspectos, desde a estrutura mínima para a aplicação dos formulários, até mesmo ao trato na chegada, ou durante a presença da equipe na unidade.

De forma geral, a equipe foi bem-recebida nas unidades, e os adolescentes participaram de forma produtiva e se sentiram bem. Tal interação pode apontar para uma melhor integração de certas unidades, e o sentimento, por vezes, é de uma nova instituição querendo aparecer, ter espaço, mas ainda com muitas retrancas, com amarras que precisam ser desfeitas.

Conforme a relação da unidade com a realização da pesquisa, os recursos eram disponibilizados ou dificultados, se fazendo necessário, no acontecer do impedimento, que os pesquisadores buscassem, entre si, a superação do impasse, quando possível. Os aspectos dificultadores passavam, por vezes, por ações, tais como: viabilizar (ou não) a vinda do(a) adolescente para o atendimento, o uso da internet local, do roteador, até mesmo a suspensão da aplicação, com alegação de motivos institucionais.

Em algumas situações, por exemplo, a equipe interdisciplinar: utilizou os celulares pessoais para poder conectar à rede e aplicar o formulário *on-line*; fez uso da criatividade para lidar com a falta de espaço para a aplicação dos formulários; se organizou, quando necessário, um reagendamento da aplicação para outro dia por motivos institucionais (clima tenso, agendamento de audiências, suspensão de

atividades), o que implica em replanejamento da própria unidade e nas agendas de todos os pesquisadores, vindos de diferentes regiões, entre outros acontecimentos. A equipe trabalhou o tempo todo de forma flexível, e na procura de não trazer prejuízos à rotina das internações, que é bastante intensa, somada ao fator da vivência de não liberdade de ir e vir dos jovens.

Outro aspecto vivido foi lidar com a organização dos grupos de plantonistas, diferentes conforme o dia, e assim com características próprias na relação com a pesquisa, no viabilizar (ou não) o atendimento aos adolescentes. O que poderia ser dificultado, dependendo da relação do plantão com a perspectiva da pesquisa acontecer, levando ao não alcance do número estimado de atendimento, o não alcance da meta, e a equipe de pesquisadores precisava se reorganizar para retornar a unidade e concluir a aplicação.

De forma quase integral, foi alcançada a boa participação das equipes de agentes e da direção, no fluxo do trabalho, mas em algumas unidades enfrentaram-se impasses. O sentimento em alguns dias era do embate, da frustração, precisando haver flexibilidade e estratégia para lidar com os dificultadores para poder seguir adiante.

Nas unidades onde se observaram procedimentos mais próximos da prática socioeducativa, encontrou-se maior fluidez das ações durante a pesquisa e na interação com toda a equipe. A organização e disponibilização do espaço, e o fluxo de adolescentes para a participação, mostram uma abertura positiva para a realização da pesquisa, assim como a disponibilidade dos agentes e o trato durante o dia assinalam um funcionamento diverso daquelas unidades, na qual o clima estava tenso e foi possível capturar o que ocorria, e encaminhar a situação para uma intervenção necessária.

Nestas unidades mais “rígidas”, percebeu-se um clima extremamente denso e pesado. Certa postura hostil foi apresentada, por alguns funcionários, na chegada da equipe, e posteriormente foi compreendido o porquê deste comportamento. Estavam acontecendo situações graves, com relatos de violência com os adolescentes, e os envolvidos, principalmente, deveriam estar tensos, pois a equipe de pesquisadores entraria em contato com eles, e poderiam surgir questões em torno do que vinha acontecendo, o que de fato ocorreu.

Foi vivenciado profundamente, pela equipe de pesquisadores, o sofrimento dos adolescentes. Neste dia sentiu-se muita angústia, por toda esta equipe que

esteve presente na unidade. A situação foi encaminhada para a gestão, com os cuidados éticos necessários, relativos aos adolescentes e funcionários, para que a intervenção indicada fosse feita.

Em outra unidade, com procedimentos que podem remeter ao funcionamento de instituição total e, apesar do peso de características prisionais, a experiência não foi tão mobilizadora neste sentido, pois apresentou um clima e uma melhor interação com os adolescentes.

De forma geral, em todas as unidades, o alcance foi positivo. Foram importantes a sensibilização e os encontros prévios, o que somado ao fato de ser uma equipe composta por pesquisadores do próprio sistema e da academia, e a pesquisa ser demanda do próprio departamento, pode ter contribuído com certa flexibilidade no campo de pesquisa, e pode ter possibilitado o não impedimento da entrada em certas unidades, em dias com enfrentamento de conflitos, viabilizando o encontro e a escuta de adolescentes.

Remete-se, também, a uma reflexão sobre esta interação, com os funcionários de algumas unidades, com certa brecha para observação de situações, por existir alguma vontade de mudar, mas ainda não saber como: Por uma abertura para uma ajuda/intervenção? Fica certamente a possibilidade de outras interpretações, incertezas que fortalecem a indicação de outros estudiosos aprofundarem sobre como é pesquisar neste campo, sua importância e reverberações.

No planejamento da pesquisa, incluiu-se a elaboração de texto para o relatório final, que foi publicado em *site*¹⁷ estadual, acessível para consultas e estudos. A reunião institucional e os encontros sobre a pesquisa fluíram de forma construtiva. Foram realizadas apresentações, entre 2018 e 2019, com a participação dos gestores e representantes das unidades, e para o meio externo, com a participação de secretarias ou outros órgãos governamentais.

Uma devolutiva mais personalizada para alguns dos segmentos ficou a ser realizada. Em algumas unidades, pela preocupação dos pesquisadores, pela urgência de medidas imediatas a serem tomadas, foram feitas devolutivas logo a seguir da aplicação, pela observação feita em campo e a escuta dos relatos dos adolescentes no enfrentamento de situações no cotidiano institucional.

¹⁷ Site: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Acervo/Detalhe/1056>. (Mendes & Julião, 2019).

Essa intervenção aponta também para a importância da autoetnografia, no que remete à vivência e ao sentimento do pesquisador, em sua relação com o aspecto cultural, na contribuição que pode trazer a partir de suas observações (Ellis et al., 2011; Adams et al., 2015, 2017; Versiani, 2002; Santos, 2017; Stanfield II, 2022). O trabalho realizado pela equipe de pesquisadores, de mobilizar a instituição a tomar medidas imediatas protetivas, a partir da escuta do campo, do que vivenciou, do quanto impactou a cada um, provocou movimentos necessários para ações de cuidado.

Através de incentivo acadêmico científico, recebido pelo coordenador da UFF, foi possível a publicação de um livro – *Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade* (Julião, 2019) –, com artigos dos pesquisadores, abrangendo todos os eixos da pesquisa. No percurso socioeducativo percorrido até o momento, acredita-se que a pesquisa, com as suas ações e o seu alcance, promoveu ações positivas, sistematizou e planejou cada etapa, com um produto final no relatório de pesquisa, e provocou, também, o interesse de outros estudiosos, assim como a publicação de artigos com seus resultados.

Questionamentos e reverberações, no próprio sistema, foram provocados assim como em outras instituições afins. Dessa forma, acredita-se em incentivar transformações para além do SSE, assim como trazer luz às políticas públicas necessárias a este público, ainda carente de atendimento às demandas básicas.

Como apontado anteriormente, é um retrato do micro para o macro, no que se refere à esta população de adolescentes envolvidos em atos infracionais, as políticas existentes (ou, pode-se dizer, inexistentes) voltadas ao perfil de jovens e suas famílias que chegam ao sistema (Mendes & Julião, 2018; Oliveira & Valente, 2017), a necessidade da garantia e atenção aos direitos de cidadania, subsistência, condições de vida, entre diversas outras demandas sociais.

Famílias

A participação da pesquisadora nesta pesquisa se iniciou quando já estava em andamento a capacitação de estudantes e a aplicação dos formulários, portanto, não

se vivenciou todo o processo nesta construção e organização inicial. Segue uma breve apresentação¹⁸ e, em seguida, o relato da experiência no campo de pesquisa.

Foi construído o projeto de pesquisa *Famílias*, em parceria com o departamento, através de sua escola de gestão socioeducativa com dois núcleos de pesquisa pertencentes à UFF, e foram realizadas reuniões entre suas equipes para planejar a pesquisa e todo o seu percurso (Barros et al., 2020). Decidiu-se trabalhar com o uso de um *software IBM Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, de análise quantitativa, para formar um banco de dados referente às informações das entrevistas, e depois a realização de cruzamentos comparativos entre os casos (Barros et al., 2020).

O objetivo desta pesquisa, que desenvolveu-se de 2017 a 2020, foi estudar o campo familiar e as diferenças existentes relativas aos territórios de internação dos adolescentes, abrangendo todas as unidades de privação e restrição de liberdade (Barros et al., 2020). O planejamento abrangeu o preparo para a entrada no campo, como outros aspectos em sua aplicação; foram realizados cursos para discentes, preparo para a participação, com a equipe interdisciplinar formada com coordenadoras, professoras, alunos de cursos de graduação afins ao projeto, pós-graduandos da universidade e pesquisadores do departamento socioeducativo; foram definidas reuniões para a avaliação, a cada unidade, assim como para a elaboração do relatório final e do livro, resultante da investigação feita (Barros et al., 2020).

Uma ação-piloto contribuiu para a revisão do formulário, cronograma de operacionalização, entre outras medidas, tais como uma cartilha informativa, um livro de registro das ações, lista de providências, como comunicações internas, contatos, entre outras (Barros et al., 2020). A relação com o departamento foi positiva, e, dentro de um período político conturbado do País, com críticas agressivas às universidades, a presença de questões sociopolíticas que atravessam o campo de pesquisa merece estudos mais aprofundados. Importante, portanto, refletir sobre a interação de diferentes categorias, e avaliações de possíveis posturas.

Houve certa unidade, o que indicou que alguns impasses anteriores caminham melhor. A experiência foi produtiva no encontro da equipe de pesquisa com os funcionários, apesar de expectativas de certa resistência, por seu histórico anterior. Teve uma boa organização para a aplicação dos formulários e para a equipe se alojar

¹⁸ Material do livro publicado sobre esta pesquisa, com um capítulo abordando o percurso da pesquisa em campo: “Caminhos da Pesquisa – Reflexões Metodológicas.” (Barros et al., 2020).

durante o transcurso do dia. Novos tempos, pode-se dizer? Será fato? Conhecendo muitas mazelas desta unidade, surpreendeu a sua abertura à pesquisa, pois se mostrava mais fechada e resistente ao ingresso de pesquisadores.

Em geral, nas unidades participantes, observou-se uma boa recepção à equipe de pesquisadores. Como a pesquisa foi realizada em dias de visita, pois era voltada para as famílias, não houve muito contato com a equipe técnica, pois o plantonista da equipe fica voltado aos atendimentos às famílias, entre demandas que surgem, para apoio, orientações e documentações necessárias para visita, situações que precisam do acompanhamento. Também é dia de grande movimentação nas unidades, o que requer atenção contínua para fluir bem.

Além de constatar maior alinhamento, particularmente, houve um sentimento de ser remetida a um período anterior, pois, durante o tempo trabalhado em unidade privativa de liberdade, a presença nos plantões do dia de visita sempre acontecia, para poder estar com as famílias. Na observação deste encontro, reafirma-se o ser essencial à atenção ao núcleo familiar do adolescente, em seu processo socioeducativo.

É sempre um dia de muita emoção, nestes plantões, e acredita-se ser de vital importância trabalhar tal intensidade emocional, de forma produtiva, para os adolescentes e suas famílias (Silva, 2018). Nas entrevistas realizadas na pesquisa, esta emoção ficou muito evidente, em que permeava todo o tempo da aplicação, pois ao mesmo tempo em que as famílias respondiam às questões do formulário, traziam questionamentos sobre diversos aspectos do período do adolescente na unidade, demonstrando uma preocupação e desejo de poder fazer algo por ele, mesmo lidando com tantas dificuldades, nas carências da subsistência, no enfrentamento da falta de trabalho, entre outras tantas situações em suas histórias de vida.

Aconteceu, em algumas unidades, a oportunidade para os pesquisadores terem uma presença no momento da visita dos familiares, o que assinala uma maior flexibilidade no lidar com a realização da pesquisa e com a circulação de pessoas externas. O fato de parte da equipe ser de pesquisadores do sistema, também com experiência e tempo de serviço, pode ser uma variável que contribuiu com a abertura, e é importante prosseguir em investigações sobre este campo de pesquisa, pois em nem todos os espaços se observou um bom fluxo.

Uma situação interessante ocorreu em outra unidade, pois apesar de uma sala ampla para os pesquisadores se alojarem, o espaço para a aplicação dos formulários

era muito apertado e difícil para a aplicação, com as mesas e cadeiras muito próximas, e precisando ter maior cuidado na hora da aplicação, para poder preservar os participantes e o seu conteúdo. As famílias foram muito receptivas e disponíveis para a participação. Foi também liberado ir ao pátio na hora da visita, o que proporcionou uma experiência significativa para os pesquisadores externos ao sistema, pois tiveram uma oportunidade de estar em outro âmbito, com os adolescentes e as famílias.

Ao mesmo tempo que a recepção, atenção e flexibilização durante o dia, a viabilização da participação dos adolescentes foi bem planejada, embora a sala para a aplicação fosse desconfortável e apertada. Pode-se refletir sobre o que significa uma ambivalência entre a recepção e a organização, tendo a ver com a própria forma que o sistema, por vezes, funciona: muitas ambivalências e paradoxos.

Um pouco do muito de todas...

De certa forma, pode-se refletir sobre como é produzir pesquisa no Degase, se esta ação desconstrói (ou ajuda a desconstruir) um muro de silêncio, sobre questões veladas que precisam ser reveladas e, dessa forma, levar à interrupção toda e qualquer ação que viole direitos dentro das unidades socioeducativas. A pesquisa no campo socioeducativo, quando abre esta possibilidade de romper com algo oculto e inadequado, contribui para provocar transformações, mas, por isto mesmo, pode ser, por vezes, embaraçada com diversos subterfúgios.

Diversas observações foram produzidas por estas experiências, e estão articuladas com as percepções acerca das unidades apresentadas neste trabalho. Em certas unidades, observou-se uma dificuldade relacional entre a equipe técnica e outros funcionários socioeducativos, relação de conflito conhecida e discutida em estudos (Vinuto et al., 2021; Meireles, 2017).

Pode-se perceber, nos últimos anos, mudanças na relação entre as equipes, entre os funcionários, com maiores trocas e conversas, com muitas flutuações conforme o nível de tensão na unidade. Durante o período das pesquisas, esta percepção se confirmou, em unidades, onde a interação entre as equipes é permeada por maiores dificuldades, e em outras a mais produtiva, com espaço dialógico, sem o embate por categorias e funções, como já foi intenso e presente em algumas, e, nestas, pesquisar sempre foi mais difícil.

Observa-se que pode acontecer, conforme a instituição, uma “maquiagem” para quem vem de fora, como se “ela”, a instituição unidade, fosse arrumada para a visita, dos pesquisadores, e na verdade aquele não é seu funcionamento normal, por vezes, ocultando sua verdadeira forma de proceder. Assim, pode-se afirmar que para tal simulação não acontecer e para não “se disfarçar”, demanda mudar sua abordagem inadequada, para uma atuação socioeducativa verdadeira, transparente.

Evidenciou-se uma diferença interacional com quem é de dentro e quem é de fora, o da casa e “o visitante”, e para superar esta situação precisa fortalecer a transparência em todas as ações e absolutamente a interrupção de toda e qualquer violência. Na experiência de conhecer outros sistemas socioeducativos estaduais no país, também se deu o encontro deste disfarce, identificado ao reconhecer seus sinais, seus contornos.

Muitos socioeducadores desenvolvem um bom trabalho, e têm expectativa de um retorno positivo de uma pesquisa. Por vezes, os pesquisadores que entraram no sistema, dificilmente apontavam qualquer aspecto positivo ou reconheciam as dificuldades enfrentadas. Talvez tantas questões graves levassem a esta abordagem dos pesquisadores, que apontavam os problemas, que certamente precisam ser superados. Mas, é importante também poder reconhecer o fazer positivo de socioeducadores e suas especificidades. Tal sistema tem uma velocidade incrível de acontecimentos, rotina, situações emergenciais, em alta intensidade, acontecendo todos os dias.

Esta questão, acerca de pesquisas que não traziam retorno ao sistema, foi uma das críticas que podem ter produzido uma reação adversa, quando um pesquisador chegava à unidade. Escutou-se, muitas vezes, nas falas dos servidores: “O que ele quer afinal? Falar mal do Degase?”; “Vai ver, o bom e o que está ruim, ou já chega considerando que só tem o que não presta?”; “E depois vai embora, escreve seu trabalho, às vezes fica famoso, e não traz nada de retorno”.

Certas exigências, passaram a ser cobradas pelo departamento, e objetivam que a pesquisa feita no campo possa trazer um retorno para o próprio campo. O pesquisador tem o compromisso de apresentar os resultados e considerações para os trabalhadores do sistema. Estes devem ter formações sistemáticas para caminhar na formação de uma prática socioeducativa consciente, e os resultados de pesquisas podem somar neste processo.

Em certa oportunidade, há alguns anos, foi oferecida pelo departamento, uma formação voltada à pesquisa, direcionada para os servidores. Mobilizou a possibilidade de se tornarem pesquisadores, e não ficarem só no lugar de pesquisados. Produziu reflexões para movimentos de crescimento para os trabalhadores do próprio sistema, o que também pode ter relação com certas mudanças no sentido de pesquisar dentro deste campo.

Assinala-se o quanto foi importante esta perspectiva, que apontou o quanto poderiam se implicar os socioeducadores na produção de conhecimento sobre o sistema, a partir do campo vivenciado, repensar o trabalho e trazer contribuições a este cotidiano através das próprias experiências.

Acredita-se que as equipes com a composição de pesquisadores da academia e do Degase se somaram aos bons resultados. Como se o temor ao pesquisador de outrora, visto como somente crítico/ofensivo possa ser redefinido, sente-se certa força no desenvolvimento de pesquisas também por aquele que é da instituição, e na postura de pesquisadores externos, na compreensão de que ambos, com ética, trazem propostas de reflexões e análises úteis ao sistema.

Considerações Finais

A experiência de pesquisar no Degase remete a múltiplas reflexões e questionamentos, desde o quanto este campo precisa ser mais conhecido e pesquisado, até a necessidade de uma atenção voltada às próprias interações dos que executam às MSE. Um campo que lida todo o tempo com a privação de liberdade, e o que acarreta esta exigência, onde tanto os internos como os funcionários estão interagindo com um ambiente restritivo e provocador de muitos sentimentos e angústias.

O reconhecimento se fortalece no sentido de que o campo de pesquisa fala por si, da importância de se trabalhar as relações entre seus atores, do executivo, do judiciário do mundo acadêmico, da sociedade, para poder se dar uma mudança mais profunda no olhar e no estar com o adolescente e a sua família, no lidar com os espaços privativos de liberdade, e nas relações de poder que perpassam as suas inter-relações, em diversos níveis.

Do início do desenvolvimento das atividades, até o debruçar sobre o foco de um alinhamento institucional, e no desenvolvimento de pesquisas, acredita-se que é possível a construção coletiva de ações positivas aos adolescentes, suas famílias

e ao sistema, como um todo. A comunidade socioeducativa, e as múltiplas relações que existem e se fazem presentes, têm potencialidades para fazer acontecer transformações, através, também, do conhecimento deste campo de pesquisa, que fala através de expressões diversas e com as múltiplas investigações desenvolvidas, por muitos estudiosos, que vêm investindo neste campo.

Pesquisar sobre fazer pesquisa no Degase, levou ao desejo de fazer outras averiguações neste campo, pois há muito a conhecer, como as histórias de vida dos adolescentes e das suas famílias, e tudo que está implicado a partir da cultura de cada um, do meio social que vive, de seu território e a articulação com a sociedade como um todo.

Do mesmo modo, como também procurar conhecer mais do próprio meio institucional, sua cultura própria, as dificuldades que este sistema enfrenta por suas precariedades para funcionar, ou interacionais, sejam com as relações externas ou internas, perpassadas, por exemplo, por alguns que alimentam e seguem culturas preconceituosas ou atravessadas por descrédito na juventude.

Poder pensar junto com aquele que cometeu um ato infracional, e acreditar na possibilidade de rever as suas ações, pensar no ser humano de maneira mais ampla e em sua possibilidade de criação e produção, realizar o resgatar ou o aprender do significado do que é “uma pessoa em desenvolvimento”, onde acertos e erros farão parte de sua trajetória. E, aí está o trabalho socioeducativo, na contribuição de uma formação, ainda caminhando passo a passo, para um futuro incerto, e transformações importantes podem partir da prática deste campo socioeducativo.

O período do desenvolvimento deste trabalho foi durante a pandemia da Doença por coronavírus (Covid-19), que provocou profundos impactos, e também aponta para dificuldades enfrentadas, como a necessidade de se abordar os aspectos em torno desta vivência, para todos os implicados, com produção de movimentos, tanto produtivos como antiprodutivos, para o processo socioeducativo dos adolescentes. Tal abordagem tem indicação para um outro estudo, que possa aprofundar mais especificamente a dinâmica que aconteceu.

Desta forma, pesquisar sobre o sistema privativo de liberdade de adolescentes, em como a cultura e o social estão implicados em sua forma de existir, como se dão as ações neste campo, a compreensão de tantas variáveis que envolvem e fazem parte deste trabalho, podem trazer contribuições para este campo ter uma nova abertura, para se repensar e promover novas ações. Cabe ressaltar, também, que existem

muitos impasses e problemas a superar, e relatos de violência, abusos, transgressões nas relações institucionais que ainda acontecem. Toda a violência deve ser impedida.

Certos avanços aconteceram neste SSE, mesmo que, na atualidade brasileira, esteja acontecendo o enfrentamento de retrocessos a nível municipal, estadual e nacional, com leis garantistas sendo alteradas, direitos conquistados, questionados e alguns destruídos. Tal situação traz grandes incertezas em um trabalho que precisa avançar e não retroceder, viabilizar a Socioeducação no campo constantemente.

No percurso institucional, houve momentos que o sentimento foi de “enxugar gelo”, diante de tantos impasses e combates, de escutar falas que desacreditam da Socioeducação, de enfrentar impedimentos a trabalhos importantes, como, por exemplo, na impossibilidade de alinhar ao sistema o projeto com famílias e adolescentes, ou outros embates, como o alcance da superação do tarefismo de feitura de relatórios para um processo de atendimento e atuação focado na saúde mental, e no aspecto sócio-político-cultural dos adolescentes e famílias (Silva, 2018). O encontro de ações socioeducativas positivas, e a persistência neste rumo, leva à esperança de poder ver a Socioeducação promovendo futuros mais promissores para os adolescentes.

Muitas vezes escutou-se que trabalhar no SSE é difícil e penoso, mas não se consegue largar facilmente, talvez por ser muito envolvente e mobilizante. Pode ser que tenha relação com o envolvimento e implicação com a proposta socioeducativa, e o lidar com esta alta intensidade vivida neste trabalho, muito a fazer, e trabalha-se muito, todo tempo.

Assim, com dedicação, é um misto de pertencimento e não pertencimento, um amar pelo trabalho maravilhoso quando é feito ou a fazer, com adolescentes e famílias, com profissionais competentes e dedicados, e um odiar pelos erros que ainda existem, a violência, as incompreensões, os impedimentos equivocados, as brigas pelo poder que enfraquecem a todos.

Fica a certeza de que outros estudos são necessários para compreender e ampliar o campo de pesquisa, conhecer mais profundamente o sistema e poder contribuir com o seu rumo em direção à Socioeducação, mesmo que seja pelo viés da desconstrução total de espaços privativos de liberdade.

Referências Bibliográficas

ADAMS, T.; ELLIS, C.; JONES, S. H. Autoethnography: Chapter 1. In: **Oxford University Press**, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268809603_Adams_T_Holman_Jones_S_and_Ellis_C_2015_Autoethnography_Chapter_1_Oxford_University_press>. Acesso em: 14 abr. 2022.

_____. Autoethnography. In: **The International Encyclopedia of Communication Research Methods**. Jörg Matthes (General Editor), Christine S. Davis and Robert F. Potter (Associate Editors), 2017. DOI: 10.1002/9781118901731.ie-crm0011

ALTOÉ, S. **Infâncias Perdidas**: o cotidiano nos internatos-prisão. RJ: Revinter, 2014.

BARROS, N. V. et al. Caminhos da Pesquisa: reflexões metodológicas. In: _____. (Org.). **Famílias no Degase**: retratando o projeto de pesquisa sobre família dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo nos diferentes territórios das unidades do Degase. 1 ed. RJ: Gramma Livraria e Editora, 2020. p. 49-94.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. **Sistema nacional de atendimento socioeducativo – Sinase**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília – DF: Conanda, 2006.

_____. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRITO, L. M. T. **Jovens em conflito com a lei**. RJ: UERJ, 2000.

CÂMARA, R. J.; SANTOS, A. P. **Padre Severino**: da pessoa ao instituto. RJ: Degase, 2013.

COSTA, A. C. G. **Aventura Pedagógica**: caminhos e descaminhos de uma ação educativa. SP: Columbus Cultural, 1990.

_____. **Pedagogia da Presença** – Da Solidão ao Encontro. Belo Horizonte/MG: Modus Faciendi, 2001.

_____. **As Bases da Socioeducação**. Referenciais normativos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

D'ANGELO, L.; DE GARAY HERNÁNDEZ, J. Sexualidade, um direito (secundário)? Atravessamentos entre sexualidade, socioeducação e punição. **Plural**, v. 24, p. 78-104, 2017. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2017.125958

DA SILVA, J.; GONÇALVES, S. M. M. A visita íntima do adolescente no sistema socioeducativo: um direito a ser exercido. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 157-180, 2017.

DA SILVA, J.; SERENO, G.; GONÇALVES, H. “A visita íntima de adolescentes no sistema socioeducativo como dispositivo de enunciação de questões relativas às sexualidades”. In: JULIÃO, E.; ABDALLA, J.; VERGÍLIO, S. (Orgs.). **Delinquência juvenil, políticas públicas e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Novo Degase, 2014. p. 131-151.

DE GARAY HERNÁNDEZ, J. et al. Implicações éticas e metodológicas de uma cartografia no sistema socioeducativo: surpresas, angústias e caminhos possíveis **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, 2018. DOI: 10.5007/2178-4582.2018.57163

DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS (DEGASE); UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase; UFF, 2018.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: an overview. **Historical social research/Historische sozialforschung**, p. 273-290, 2011. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23032294>>. Acesso em: 28 out. 2021.

ESCOLA DE GESTÃO SOCIOEDUCATIVA PAULO FREIRE – ESGSE. Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios – DEPE. **ESGSE**, [202-]. Disponível em: <<http://novodegase.rj.gov.br/esgse/index.php/courses-2/courses-list-layout-3>>. Acesso em: 21 maio 2022.

_____. LIVE: Projeto Lego/Robótica no Degase. Vídeo de 2:17:42 de duração. **ESGSE**, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BuvBJH5bGHQ>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GONÇALVES, H. S. Medidas socioeducativas: avanços e retrocessos no trato do adolescente autor de infração penal. In: ZAMORA, M. H. (Org.). **Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 35-61.

GONÇALVES, H. S.; GARCIA, J. Juventude e sistema de direitos no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 538-553, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000300013>

JULIÃO, E. (Org.). **“Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade”**. Ed. Paco Editorial, RJ; 2019.

LESSA, A.; LOPES, E. R.; SILVA, M. T. A. Visita íntima no DEGASE: o exercício de um direito. In: JULIÃO, E.; MENDES, C.; ABDALLA, J. (Org.). **Diversidade, violência e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Degase, 2015. p. 154-163.

LOPES, E. **A política socioeducativa e o Degase no Rio de Janeiro**: Transição de paradigma? RJ: Paco Editorial, 2015.

MEIRELES, C. **Entre a educação e a disciplina**: sobre agentes socioeducativos do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado PUC-Rio. Orientadora: Maria Helena Rodrigues Navas Zamora. – 2017.

MENDES, C.; JULIÃO, E. **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro**. RJ: Degase; UFF, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Acervo/Detalhe/1056>>. Acesso em: 11 out. 2022.

MOTA, I. Família na política socioeducativa: uma análise dos últimos 20 anos. In: ABDALLA, J.; PEREIRA, M. B. B.; GONÇALVES, T. M. T. (Orgs.). **Ações Socioeducativas**: estudos e pesquisas. RJ: Degase, 2016. p. 203-222.

OLIVEIRA, M. C. S. L. Da medida ao atendimento socioeducativo: implicações conceituais e éticas. In: PAIVA, I.; SOUZA, C.; RODRIGUES, D. (Org.). **Justiça juvenil**. Teoria e prática no sistema socioeducativo. Natal: EDUFRN, 2014. p. 79-99. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/1/11814>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

OLIVEIRA, M. C. S. L.; COSTA, D. L. P.; CAMARGO, C. K. Infração juvenil feminina e Socioeducação: um enfoque cultural e de gênero. **Rev. Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 72-92, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/38110/26752>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

OLIVEIRA, M. C. S. L.; VALENTE, F. P. R. Adolescência e a responsabilização socioeducativa: aspectos históricos, filosóficos e éticos. In: ZAMORA, M. H.; OLIVEIRA, M. C. S. L. (Orgs.). **Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos**. RJ: Appris, 2017. p. 35-53.

OLIVEIRA, M. C. S. L.; ZAMORA, M. H. (Orgs.). **Perspectivas Interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos**. PR: Appris, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado) – DEGASE/ASSIST – **Projeto Lego no Degase**, 2020a, documento interno.

_____. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. **Relatório Anual 2020**. Organização: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: MEPCT/RJ, 2020b. 149 p. Disponível em: <<https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2019/09/relatorioanual20172018.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.113972>

SCIORTINO, C. **Trajetórias atravessadas: uma análise interseccional para a proteção das meninas adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas**. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio, 2020.

SILVA, M. T. A. **Família, socioeducação e projeto “Golfinhos”**: uma construção coletiva. PR: Appris, 2018.

SILVA, M. T. A.; ZAMORA, M. H. Visita íntima no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: uma construção interdisciplinar. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, [on-line], v. 11, p. 1-13, 2014.

_____. Adolescentes em privação de liberdade, territórios e políticas públicas. **Polêm!ca**, v. 19, n. 1, p. 131-144, jan./abr. 2019. DOI: 10.12957/polemica.2019.46677

STANFIELD II, J. H. (Ed.). Casual ethnography as autoethnography & autoethnography as casual ethnography: emerging observations and principles. In: **“Race” and Culture in casual ethnography as autoethnography & autoethnography as casual ethnography: cross-societal and societal snapshots**. Republic of Mauritius: University of Mauritius, 2022. p. 215-218.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus coletivo**. Inteiro Teor do Acórdão - Decisão 24/08/2021. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753732203>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

TAVARES, D. O.; PASCHE, M. E. G. Narrativas de si em espaços de privação de liberdade. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 15-17, 2022.

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 57-72, 2002.

VINUTO, J.; BUGNON, G. Superlotação no sistema socioeducativo: uma análise sociológica sobre normativas e disputas no Brasil e França. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 58, set./dez., p. 106-137, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-118281>

VINUTO, J.; DUPREZ, D. O duplo objetivo sancionatório-educativo no Brasil e na França: As diferentes configurações organizacionais direcionadas ao adolescente em conflito com a lei. **Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. Esp., n. Esp. 3. p. 114-129, UFRJ, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563864592007>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

VINUTO, J.; VARGAS, J. D.; GONÇALVES, H. S. “Falta de fechamento”: conflitos profissionais e centralidade dos procedimentos de segurança no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, [online], v. 36, n. 03, p. 1037-1058, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030009>

ZAMORA, M. H. **Para além das grades**: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. PUC-Rio; CIESPI; Edições Loyola, 2005.

4

Certos dados e resultados de uma pesquisa no campo privativo de liberdade

4.1

Artigo 3 – Adolescentes em privação de liberdade, famílias e territórios¹⁹

Resumo

Este artigo pretende discutir dados do recorte de uma pesquisa intitulada *Trajetórias de Vida de Jovens em Situação de Privação de Liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro*, que teve como objetivo constituir, a partir da visão dos adolescentes e jovens em privação de liberdade no estado, um conhecimento aprofundado acerca de suas vidas e percepções, apontando para a promoção de transformações produtivas em seu processo socioeducativo. Foram destacados, neste artigo, subtemas da pesquisa para empreender uma breve reflexão, dialogando com textos relevantes, considerando as violências vividas por essa população e a perda de muitas vidas desses jovens. Os subtemas escolhidos foram: o enfrentamento da violência e a vulnerabilidade; relações com representantes da lei; aspectos de saúde e sexualidade; a família e sua realidade; o território enquanto espaço de vivência dos adolescentes; a interação deles com as políticas públicas a eles destinadas. O objetivo do presente trabalho, ao comentar, discutir e aprofundar a pesquisa *Trajetórias*, é acentuar a importância de se conhecer as relações sociais que compõem as vidas desses adolescentes, e as interações com os recursos e oportunidades de suas redes regionais. Assim, procura-se ponderar sobre a possibilidade de investimentos públicos, assinalando demandas, seja no campo institucional ou em seus espaços de vida, desconstruindo preconceitos diversos, para abertura de novas vias de desenvolvimento e existência cidadã.

Palavras-chave

Adolescentes em privação de liberdade; famílias; políticas públicas; territórios; violência.

¹⁹ Artigo publicado em 2019 na revista *Polêm!ca*, v. 19, n. 1, p. 131-144, jan./abr. 2019.

Abstract

This article intends to discuss data from part of a research entitled *Life Trajectories of Young People in Juvenile Detention in the Socio-Educational System of the State of Rio de Janeiro*. Its aim is to construct a consistent in-depth knowledge on their lives and perceptions from the point of view of young people in detention, pointing to the promotion of productive changes in their socio-educational process. This article highlighted the subthemes of the research to take a brief reflection, dialoguing with relevant texts and considering the different types of violence experienced by this population and the many losses of lives of these young people. The chosen subthemes were: the confrontation of violence and vulnerability, relationships with law enforcement representatives, health and sexuality aspects, the family and its reality, the territory as a living space for adolescents and their interaction with public policies aimed at them. The purpose of this paper, by commenting, discussing and deepening the research *Trajectories* is to emphasize the importance of knowing the social relations that make up the lives of these adolescents and the interactions with the resources and opportunities of their regional networks. Thus, we seek to consider the possibility of public investments, pointing out demands to open new ways of development and citizen existence, either in the institutional field or in their living spaces, deconstructing different prejudices.

Keywords

Adolescents in juvenile detention; families; public policies; territories; violence.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar e refletir sobre um amplo estudo acerca de adolescentes em privação de liberdade no estado do Rio de Janeiro. Trata-se da pesquisa *Trajetórias de Vida de Jovens em Situação de Privação de Liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro* (Julião & Mendes, 2018), denominada aqui apenas como *Trajetórias*, que foi realizada entre 2016 e 2018, por solicitação da própria gestão do Departamento Geral de Ações

Socioeducativas (Degase), do estado do Rio de Janeiro²⁰ à Assessoria de Sistematização Institucional (Assist), um setor do departamento, objetivando conhecer demandas e lacunas existentes na execução das medidas, através da visão dos adolescentes em cumprimento de MSE de internação.

A investigação foi realizada, também, com a participação de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), formando uma equipe interdisciplinar, com a coordenação em coparceria das duas instituições. A metodologia utilizada foi quantitativa, com a aplicação de 447 questionários no total, com adolescentes de ambos os sexos, internados por cometimento de ato infracional, e teve lugar em todas as unidades de cumprimento de MSE de internação, que então existiam no Estado no período do levantamento dos dados, no ano de 2016: cinco unidades de internação masculina e uma unidade feminina (Julião & Mendes, 2018).

A equipe considerou a importância de sensibilizar, para a pesquisa, os envolvidos no cotidiano institucional, pelo fato destes reconhecerem que a sua realização mobiliza ações dentro das unidades e aspectos emocionais dos participantes. Realizou-se um preparo para a entrada da equipe em cada unidade, apresentando a proposta e discutindo a organização para a sua aplicação, considerando o quantitativo de formulários por cada unidade.

O total de questionários, calculado por estatística dentro de critérios de confiabilidade e margem de erro, totalizou um plano amostral final de 307 questionários. Elaborou-se um pré-teste com a participação de um grupo reduzido de adolescentes, em uma das unidades masculinas e na feminina.

Outro aspecto ressaltado pela equipe de pesquisa foi a importância do compromisso de devolutivas dos resultados para todas as unidades e o sistema como um todo, para as redes intersetoriais de referência para os adolescentes e suas famílias, assim como para a sociedade, com informação e debates.

O presente trabalho tem como objetivos a divulgação da pesquisa *Trajetórias*, e promover um breve debate sobre alguns dos seus dados, como vulnerabilidades que esses adolescentes enfrentam, alguns aspectos sobre saúde e sexualidade, família e territórios, sendo este último tópico mais explorado. O território tem muita

²⁰ O Degase é um órgão do estado do Rio de Janeiro, que executa as medidas socioeducativas (MSE) de internação e de restrição de liberdade junto aos adolescentes em conflito com a lei, e está lotado na Secretaria Estadual de Educação (Seeduc), o que representa um possível ganho no sentido de maiores investimentos na socioeducação pelo viés da formação de pessoas em desenvolvimento, e não principalmente perpassados por uma gestão com maior foco na segurança pública.

importância como espaço de vivência dos adolescentes quando em liberdade, e é também o local e via de acesso às políticas públicas. Os subtemas elencados – apresentados na sequência – podem compor um panorama de experiências desses jovens, apontando para possíveis caminhos a serem construídos a partir desse conhecimento, e do que vem sendo desenvolvido em estudos em torno dessa temática na atualidade.

Violência e vulnerabilidade

Sobre a vivência de violência, há um dado impactante: 49,8% dos adolescentes declararam que já sofreram agressões violentas, a ponto de serem machucados fisicamente. Este percentual se refere a qualquer tipo de agressão que possam ter sofrido em suas vidas, por qualquer agente agressor.

Na relação com a lei e com autoridades diversas, 64,8% dos participantes afirmaram já ter sofrido alguma violência, seja em instituições socioeducativas ou em outros lugares de atendimento do Estado. Assim, 86% deles declararam já terem sofrido violência por parte de policiais (Julião & Mendes, 2018).

Pode-se afirmar que uma grande parte desta população lida com muitos enfrentamentos, com agressões e violências, em diversos aspectos da vida, já naturalizadas. Isso também demanda atenção e cuidado para a superação de possíveis traumas e percalços para o alcance de um bom desenvolvimento.

Zappe & Dias (2012), em estudo acerca de relações entre violência, relações familiares e envolvimento de adolescentes em atos infracionais, assinalam a presença da violência já ocupando um lugar de grave problema social, tendo rebatimentos na saúde dos indivíduos e desta população jovem.

Apontam, as autoras, como a juventude e a violência constituem uma associação problemática, sendo algo a ser mais compreendido: o encontro de jovens que cometeram violência também terem enfrentado violência (Zappe & Dias, 2012). Sublinham, as autoras, que a existência de violência familiar na vida dos adolescentes em conflito com a lei pode ser um indicativo de que vão ser atingidos por outras violências, “[...] sobretudo uma violência estrutural, relacionada às condições socioeconômicas de vida.

Os adolescentes pesquisados vivem em regiões precárias, fortemente marcadas pela presença de criminalidade e do tráfico de drogas”. (Zappe & Dias, 2012,

p. 392). As famílias estão na composição desta violência estrutural, precisando ser consideradas a partir da ausência do amparo social, o que remete a uma lacuna de políticas públicas adequadas nos territórios desses jovens.

Vicentin (2011), em seu texto acerca do sofrimento de adolescentes que cometeram atos infracionais e estão em MSE de internação, assinala a questão da violência que perpassa os seus corpos e as suas vidas. A autora sublinha que o movimento de impingir aos jovens um carimbo de “violentos”, na verdade provoca uma ação de exclusão e desordem no meio social, e coloca a importância de poder refletir sobre a violência em seus efeitos produtivos, também relativos à subjetividade gerada a partir da associação de violência e juventude (Vicentin, 2011).

Vicentin (2011) aponta, também, à configuração de um estilo corporal para lidar com a violência existente, uma forma de adaptação e proteção ao que se enfrenta no dia a dia, associada com a precarização nas relações, com espaços discriminados, socioeconomicamente prejudicados, onde há a pobreza e a criminalização de seus habitantes. Aborda, a autora, que a força de ações dos adolescentes está não só revelando o controle ao qual ficam submetidos, a exclusão que enfrentam, mas buscando saber como desconstruir este engessamento de suas vidas, já perpassadas por tantas dificuldades (Vicentin, 2011).

Prosseguindo na análise de dados, em relação à possibilidade de rever a própria conduta, na pergunta: caso pudessem voltar no tempo, se cometeriam ou não o ato infracional, 15,3% dos adolescentes manifestaram que cometeriam o mesmo ato; 67% afirmaram que não cometeriam o mesmo ato infracional, ou qualquer outro se tivessem essa oportunidade; 67,1% dos pesquisados, em outra questão, enunciaram ter arrependimento pelo ato infracional cometido (Julião & Mendes, 2018).

É evidente que não se procurou saber se tais informações são sinceras ou não. O fato de se proporem a responder ao questionário sem identificação, de saberem que não teriam qualquer recompensa com isso, de não negarem o cometimento de atos infracionais, de fazerem relatos espontâneos e, às vezes, não solicitados – todo esse conjunto de fatores – sugere respostas confiáveis.

Os adolescentes enfrentaram situações complexas, marcadas pela violência de vários tipos, além de viverem dificuldades de subsistência. Ao expressarem o desejo de rever as suas atitudes, segundo as suas respostas, é possível que a dura realidade já vivida lhes dê um certo conhecimento da própria vulnerabilidade e da importância de oportunidades para poderem encontrar outros caminhos.

Saúde, sexualidade e visita íntima

Os adolescentes, em grande maioria, já iniciaram a sua vida sexual. Ademais, 95,1% declararam ter relações heterossexuais, e 6,5% afirmaram manter relações sexuais homoafetivas. A maioria (69,7%) declarou estabelecer simultaneamente relações sexuais com parceiros diversos.

A atenção à saúde do adolescente é imprescindível, em seus diversos aspectos. Apesar de surpreender que 85% declararam ter cuidados com a saúde física, 23,1% afirmaram não usar métodos preservativos, a fim de evitar doenças sexualmente transmissíveis (DST) e gravidez, e 29% declararam o uso eventual de alguma proteção. Sobre o conhecimento acerca da temática DST, 52,1% responderam que não têm dúvidas, e 9,4% às vezes têm dúvidas sobre o assunto (Julião & Mendes, 2018). Isto sinaliza a carência, tanto pelo Degase como pelos demais setores do Estado, de investimentos em campanhas públicas em torno da saúde sexual, com orientações não apenas acerca da prevenção de problemas e agravos, mas também de cuidados básicos sobre o corpo.

Acerca da prática de relações sexuais entre adolescentes nos alojamentos durante a internação, 67,4% informaram não ter conhecimento do fato, e 30% declararam que acontece. A implantação da visita íntima deveria ser feita, a fim de atender às diretrizes do artigo 68 da Lei n. 12.594/2012, conhecida como Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (Brasil, 2012a), que são basicamente as seguintes: a garantia do direito à visita íntima ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável; o que se completa no artigo 69, no qual define-se que o programa de atendimento fará a identificação do visitante e o seu registro, passando a ter um documento pessoal, não transferível, para a entrada para a visita íntima.

O Degase, apesar de ter feito uma forte mobilização na construção interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial de um programa denominado *Programa Visita Afetiva*, de 2014, para a implantação da visita íntima, que abrange a elaboração de um programa de saúde e sexualidade, além de informações às famílias e aos servidores (Silva & Zamora, 2014; Lessa et al., 2015), embora ainda não tenha se efetivado este direito nas unidades de privação de liberdade (Silva, 2018).

A possibilidade do exercício da sexualidade produz reverberações no próprio sistema e na sociedade. É preciso reafirmar o respeito aos direitos e superar

discriminações já existentes, que alimentam violências na instituição, fora e além dela (Silva, 2018).

Família, novos arranjos e novas leis

O conceito de família na contemporaneidade, sempre com possibilidades de transformações contínuas em culturas e realidades diferenciadas, abrange os vínculos afetivos entre seus membros, superando um conceito anterior, delimitado apenas por laços biológicos, por consanguinidade.

Na Constituição Federal (CF) (Brasil, 1988), no artigo 226, afirma-se a família como a base da sociedade e com direito à especial proteção do Estado; em seu parágrafo quarto compreende “[...] como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. (Brasil, 1988, n. p.) A nova definição legal, pautada na própria Constituição, fortalece um conceito amplo de família ao reconhecer as uniões estáveis (artigo 226, § 3), e os filhos tidos em toda e qualquer relação (artigo 227, § 6).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), em seu artigo 25, afirma que a família extensa é aquela formada “[...] para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afetividade”. (Brasil, 1990, n. p.). Nesta mesma direção, um documento importante é o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (Brasil, 2006). O PNCFC afirma que a família se configura pela formação de um grupo de pessoas unidas por laços consanguíneos, de aliança e afinidade.

Referente também às novas legislações e mudanças na constituição de relações familiares, Vilhena et al. (2011) assinalam como a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, de reconhecimento da constitucionalidade das uniões homoafetivas, provocou uma onda de opiniões referentes à família e à ameaça de seu desmonte, à fragmentação dos valores morais existentes, entre outras posições contrárias. Apontam, as autoras, que seria importante refletir sobre qual é o significado da família: Deve essa ser vista como abrigo ou prisão, como local de encontros ou isolamento, como espaço para transformações ou alienação? Apontam, ainda,

que são necessárias transformações para lidar com os afetos e suas expressões, diante de grandes mudanças na atualidade (Vilhena et al., 2011).

Atualmente, a família brasileira é, portanto, compreendida de diversas formas, dentro de múltiplas definições, seja pela legislação ou pela academia. Ela mudou a sua composição, com menos membros, podendo se organizar com somente um dos responsáveis à frente da família, caracterizando-a como monoparental. É importante a compreensão de que cada definição de família está relacionada a um determinado momento histórico, sendo mais válido falar de famílias, de forma a abarcar a multiplicidade de relações existentes em suas formas singulares (Vilhena et al., 2011).

Os núcleos familiares, em sua variada composição e desenho demandam, assim, atenção e orientação para que o exercício parental possa bem exercer as suas funções protetoras. É indicado que uma política de atenção às famílias seja afinal posta em prática, promovendo ações que construam apoios para as transformações necessárias em suas trajetórias (Silva, 2018).

Na pesquisa *Trajetoórias*, 80,8% dos adolescentes acreditam que seus pais os percebem ou os avaliam positivamente. Eles acreditam que os seus próprios pais os achem bons, responsáveis (63,5%), estudiosos (42,3%), não agressivos (70%), pessoas que colaboram em casa (74,3%), e estão em sintonia com os problemas e enfrentamentos da família (80%).

Segundo os adolescentes, no que se refere a como acham que os seus pais exercem o acompanhamento parental – ou seja, deles, filhos, no cotidiano – metade deles afirma que suas famílias sabem o que estão fazendo, e a outra metade desconhece (Julião & Mendes, 2018). Para os jovens, 77% dos pais tentam acompanhar os filhos, apesar de que para eles, um percentual expressivo dos responsáveis desconhece com quem o adolescente está, a que horas volta e/ou se volta (mesmo determinando o horário), se o filho (ou familiar) conta como e onde gasta o dinheiro, entre algumas outras especificidades do cotidiano familiar (Julião & Mendes, 2018).

A família é um espaço de convivência de grande importância para os adolescentes, o que pode potencializar novos rumos para os seus componentes, principalmente, quando é construtiva e protetora (Silva, 2018). A atenção às famílias dos adolescentes em conflito com a lei é muito importante também para a construção e prática do Plano Individual de Atendimento (PIA), previsto no Estatuto e no Sinase.

A compreensão da singularidade de cada família, a sua forma de se organizar e se constituir, o seu pertencimento social no território, reafirmam que o trabalho a ser feito deve levar em conta diferenciações específicas de realidade e núcleo familiar.

Camuri et al. (2012) apontam, em pesquisa com familiares no SSE, as afirmativas de serem culpabilizados pela sociedade, assim como pelos agentes socioeducativos e do sistema jurídico, pelo comportamento infracional do filho e a sua apreensão, sendo, inclusive, por vezes, ofendidos diretamente. É de suma importância o desmonte de uma concepção destas famílias, em sua maioria empobrecidas, vistas e julgadas como desestruturadas, desorganizadas e até mesmo violentas pelas faltas que enfrentam em diversos níveis, como de oportunidades sociais, culturais, de políticas públicas de suporte, a vivência da pobreza e tudo que tal condição acarreta.

Em sintonia com essa preocupação com a família de adolescentes em conflito com a lei, entre as diretrizes do Sinase, é reforçada que a experiência socioeducativa deve ter a participação ativa da família, afirmando-se que a participação familiar é considerada “[...] fundamental para a consecução dos objetivos da medida” (Brasil, 2012b, p. 55). Nesse documento, também é feita uma recomendação assinalando que ações e atividades dentro do SSE, ao serem planejadas, devem considerar a realidade familiar e comunitária dos adolescentes, pensando em um trabalho coletivo voltado à busca de soluções para as dificuldades existentes (Zamora & Pereira, 2013).

Estas legislações e normativas assinalam para um caminho de superação de preconceitos e exclusões, com o reconhecimento dos novos arranjos afetivos de forma legal, com os direitos e deveres que cabem àqueles responsáveis por seu núcleo e por seus componentes.

Um dado importante, levantado na pesquisa *Trajetórias* em relação à convivência familiar, foi o percentual de 68,7% dos adolescentes que assinalaram a família como um grupo de afeto e apoio, e 26,1% apontaram a relação entre os familiares como uma relação a respeitar, independente de se ter afeto ou não entre os seus membros.

A importância de abertura para a singularidade dos arranjos familiares que se fazem realidade é atual, com novas formas de conviver sendo criadas, com a construção de famílias de formas, tipos, cores e classes sociais variadas, onde os familiares que compõem este núcleo alcançaram o direito de ter a sua dimensão

particular, sexual e parental expressa de forma verdadeira e aberta. Estas famílias buscam a superação das violações de direitos que enfrentam, sem serem colocadas à deriva por discriminações múltiplas, fortalecendo-se na organização de coletivos de maneiras diversas, entre outras formas de ações de resistência e fortalecimento (Camuri et al., 2012).

Acerca da composição dos núcleos familiares, em vivências de situações de conflito, adoecimento ou perda, os adolescentes sinalizaram dados que merecem atenção: em pergunta sobre a relação conjugal dos pais, os adolescentes afirmaram que 58,6% de seus pais ou responsáveis são divorciados, 45,6% declararam que ao menos um dos responsáveis já apresentou problema com uso de álcool ou droga, e 39,4% dos adolescentes já enfrentaram uma perda por morte de um dos responsáveis.

Confirmando que a família é uma referência positiva, 91,5% dos participantes apontaram os pais/responsáveis como aqueles que dão suporte quando eles têm necessidade de apoio emocional, recebendo deles, também, incentivo para os estudos (93,8%) (Julião & Mendes, 2018).

O total de 85% declarou ter interações com pessoas em quem podem confiar, porém, a experiência e o sentimento de abandono alcançaram um percentual de 39,4% (Julião & Mendes, 2018). Sentimentos esgarçados por experiências abruptas de perda ou rompimento por vezes traumáticas, não impedem que os mais jovens ainda acreditem em relações de amizade e solidariedade, que podem fortalecer a cada um e ao coletivo, e direcionar para rumos produtivos os seus caminhos.

Territórios

Sobre territórios, enfatiza-se que um grande percentual de adolescentes e familiares reside nas favelas do estado do Rio de Janeiro. Um dado que assinala dificuldades cotidianas é o percentual de 71,6%, que declararam residir em territórios de conflito armado (entre policiais, milicianos, traficantes e suas facções), e três quartos ($\frac{3}{4}$) do total dos adolescentes afirmaram viver em uma zona de guerra (75%).

Na *Trajetórias* (Julião & Mendes, 2018), os dados do perfil do adolescente evidenciaram uma realidade já conhecida pelos socioeducadores: a grande maioria dos respondentes é de adolescentes advindos das camadas sociais mais pobres, tem

entre 16 e 18 anos de idade (81,1%), mais de 70% são negros, 76,2% afirmaram ser pardos ou pretos, e, em grande número, interromperam os estudos entre o primeiro e segundo segmento do Ensino Fundamental.

Outros estudos e levantamentos – como os apresentados pelo Ministério dos Direitos Humanos, que publicou o *Levantamento Anual do SINASE 2016* (Brasil, 2018); do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com informações geográficas e estatísticas populacionais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) (IBGE, 2016); o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com a publicação da *Nota Técnica* (Silva & Oliveira, 2015); do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a edição do *Panorama Nacional – A execução das medidas socioeducativas de internação* (CNJ, 2012), entre outros – prosseguem encontrando esse perfil que remete a um grupo historicamente discriminado e vulnerável em diversos níveis: no enfrentar a falta de recursos para subsistência, na descontinuidade no processo escolar, no enfrentamento de situações violentas, que provoca a necessidade de buscar formas de sobreviver. Apesar disso, mais da metade dos adolescentes entrevistados (51,1%) afirmou residir há mais de oito anos na mesma região, e que não gostariam de se mudar (60%) (Julião & Mendes, 2018).

Gonçalves (2013) aborda, em seu trabalho acerca da dualidade cidade *versus* favela, que existe um movimento social paradoxal, do afastar e aproximar a favela da cidade, do “construir” e destruir os espaços. Assinala o autor que, desde sempre, houve uma ambivalência em relação às favelas, colocando a população favelada em situação de precariedade jurídica, com todas as incertezas da propriedade.

Portanto, fala-se de uma população que, em grande maioria, é composta por pessoas negras, procurando viver mais próxima ao trabalho, com menos taxas estaduais e municipais para pagar, para baratear o custo da moradia. Esta precariedade urbanística e fundiária, promovida pelas brechas da gestão municipal e por interesses econômicos, acaba por servir para “justificar” a ausência de investimentos consistentes em políticas públicas locais e de provisão (ou inadequação) de serviços coletivos.

Os próprios moradores, inseguros de seus direitos de se manter nas casas, sem sofrer a perda de tudo que possa ter sido construído, podem temer considerar as casas como suas, e fazer planos e gastos baseados em um patrimônio incerto e um direito duvidoso (Gonçalves, 2013).

Considerações finais

Todas estas questões sensíveis pretendem se somar à reflexão acerca da vida destes adolescentes, e apontam para o que realmente se faz necessário na construção socioeducativa. Melhor ainda: o que poderia ser feito para que a maioria dos adolescentes não estivesse em privação de liberdade, no envolvimento com perigos, problemas e delitos. São questões que demandam maior atenção de estudiosos, profissionais de campo, dos próprios familiares, e com a participação dos adolescentes, para se pensar no que eles podem precisar enquanto pessoas em intenso processo de desenvolvimento e formação.

O território de pertencimento de adolescentes e familiares, tem uma importância ímpar, pois, como pontua Barbosa (2010), os territórios de moradia, vizinhança e convivência estão mais complexos e difíceis na atualidade, porém, continuam a ser referência integrativa dos sujeitos, pois todos “[...] somos sujeitos da política e portadores de projetos da sociedade” (Barbosa, 2010, n. p.); de uma política do espaço, de uma cidade, como o próprio nome “política” sugere. A participação protagonista do adolescente nas questões de seu território, comunidade e cidade deveria ser estimulada.

A superação do equivocado movimento de tentar resolver o problema da criminalidade juvenil diminuindo a maioridade penal, a resposta adequada para toda e qualquer violação de direitos, violência e vulnerabilidade dessa população, o impedimento dos assassinatos de crianças e de adolescentes, a extinção dos estigmas e preconceitos – em especial o racismo –, são condições básicas para mudanças que precisam acontecer no cenário político que se volta à população socioeducativa, tanto no sistema como em seus territórios, no cotidiano de cada um, de forma ampla.

É necessária a abertura de oportunidades nas áreas socioculturais e políticas, de outra concepção da disponibilidade de recursos e equipamentos sociais para resguardar estes jovens dentro da educação, da ocupação do espaço social, sem a fragmentação de suas existências, enfim, para outras possibilidades que não o cometimento de atos infracionais, institucionalizações sucessivas e mais gravosas, e numerosos riscos – e sim ações criativas e produtivas para o seu desenvolvimento e participação social, porque são fundamentadas a partir do conhecimento concreto de suas vidas.

Considerando na atualidade o quanto as “[...] políticas são cada vez mais tecnologias subjetivas, dada a nova relação entre o poder e a vida (biopoder), é necessário problematizar os modos de defesa dos Direitos Humanos [...]”. (Vicentin, 2011, p. 108). Assim, Vicentin (2011), na direção de promover a existência singularizada de sujeitos sociais como os adolescentes em conflito com a lei, assinala que:

Em outros termos: não se trata de fazer a apologia da infração ou da transgressão; mas, se o adolescente em conflito com a lei puder ser hoje menos "marginal", seria importante que isso não se fizesse à custa da patologização ou da pacificação das dissidências como se pode acompanhar na brevidade trágica ou dramática das rebeliões e nas fagulhas de indiscernibilidade entre desordem e política que eles protagonizam. Desnaturalizar a violência juvenil supõe ressituar nas lutas pelo poder a violência exercida e padecida pelos jovens (Vicentin, 2011, p. 109).

Referências Bibliográficas

BARBOSA, J. L. Cidade e Território: desafios da reinvenção política do espaço público. **Combate Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2010. Disponível em: <<https://acervo.racismoambiental.net.br/2010/08/12/cidade-e-territorio-desafios-da-reinvencao-politica-do-espaco-publico/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990, 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, DF: 2006.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jan. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: CONANDA; UNICEF, 2012b. Disponível em:

<<ftp://balcao.saude.ms.gov.br/horde/sisppi/unei/Legislacao/Sinase.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. **Levantamento anual SINASE 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2019/05/levantamento_2016final_sinase.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

CAMURI, A. C. et al. Direitos sexuais no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 43-71, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41574>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Panorama Nacional. **A execução das medidas socioeducativas de internação**. Programa justiça ao jovem. Brasília: CNJ, 2012. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/panorama_nacional_doj_web.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

GONÇALVES, R. S. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-23, abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635115>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Síntese de Indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

JULIÃO, E.; MENDES, C. (Coord.). **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase, 2018. Disponível em: <<http://www.degase.rj.gov.br/publicacoes2019/RelatorioPesquisaJovens.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

LESSA, A.; LOPES, E. R.; SILVA, M. T. A. Visita íntima no DEGASE: o exercício de um direito. In: JULIÃO, E.; MENDES, C.; ABDALLA, J. (Org.). **Diversidade, violência e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Degase, 2015. p. 154-163.

SILVA, E. R. A.; OLIVEIRA, R. M. (Org.). **Nota Técnica, Nº 20**. O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_ntdisoc_n20>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SILVA, M. T. A. **Família, Socioeducação e Projeto Golfinhos**: uma construção coletiva. Paraná: Appris, 2018.

SILVA, M. T. A.; ZAMORA, M. H. Visita íntima no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: uma construção interdisciplinar. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 11, p. 1-13, 2014. Disponível em:

<<https://seer.pgsskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/2962/2788>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

VICENTIN, M. C. G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 97-113, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 mar. 2019.

VILHENA, J. et al. Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 11, n. 4, p. 1639-1658, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000400014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ZAMORA, M. H.; PEREIRA, I. Adolescente em conflito com a lei e suas famílias. In: JULIÃO, E.; VERGÍLIO, S. (Org.). **Juventudes, políticas públicas e medidas socioeducativas**. Rio de Janeiro: Degase, 2013. p. 147-160.

ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. G. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 389-395, set./dez. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300006>

4.2

Artigo 4 – Territórios e adolescentes em conflito com a lei: Existência, futuro e especificidades sociopolíticas²¹

Resumo

Este artigo objetiva apresentar e interpretar dados coletados pela aplicação de um questionário *on-line* da pesquisa “Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro” (DEGASE; UFF, 2018), sobre territórios de moradia de adolescentes em medida socioeducativa (MSE) de internação. Pretende-se examinar aspectos de políticas públicas regionais, suas efetividades e demandas.

Palavras-chave

Medida socioeducativa de internação; políticas públicas.

²¹ Artigo publicado em 2020, na Revista Dignidade Re-Vista, v. 6, n. 10, p. 51-64, jul. 2020.

Abstract

This article aims to present and interpret certain data collected through the application of a online survey, from the research “Trajectories of life of young people in juvenile detention in the socio-educational system (MSE) of the state of Rio de Janeiro” (DEGASE, UFF, 2018), about housing territories of these adolescents in socio-educational juvenile detention. It is intend to examine some regional public policies, their effectiveness and demands.

Keywords

Socio-educational juvenile detention; public policy.

Introdução

O conhecimento da população sobre um país é muito importante para compreender questões socioeconômicas de cada região, e formular políticas públicas adequadas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019). O Brasil alcançou em torno de 210.500.000 habitantes, com uma taxa geométrica de crescimento de 0,79% ao ano, e na atualidade está em declínio quando comparado ao período entre os anos de 2017 e 2018 (IBGE, 2019).

Apesar de ser um país populoso em termos absolutos, é pouco povoado; a população está concentrada, mais de sua metade, em 5,8% de seus municípios. A Região Sudeste é a mais populosa e povoada. Nela, a região metropolitana do Rio de Janeiro é a segunda mais populosa, alcançando 12,8 milhões de habitantes. A cidade do Rio de Janeiro fica em segundo lugar entre os municípios mais povoados (IBGE, 2019).

Neste trabalho, a população em foco é a de adolescentes em conflito com a lei, do sexo masculino, em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) de internação nas unidades socioeducativas do estado do Rio de Janeiro. Para além da delimitação de perfis que apontam seus delitos, pretende-se compreender a importância dos territórios de moradia e de sociabilidade em suas vidas.

Para tal, foram utilizados dados de uma pesquisa realizada com adolescentes com o perfil apontado, “Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro” (Degase; UFF,

2018), que é descrita e comentada adiante, denominada, a partir daqui, como “Trajetórias”.

É nas favelas que os adolescentes em privação de liberdade vivem, com “empobrecimento” não só dos recursos de vida, mas educacionais, culturais e sociais, além da extrema violência a que estão expostos, e as diversas discriminações, inclusive o racismo. Existe um embate cotidiano e muitos são assassinados, de maneira cruel, sem que se consiga saber ao certo o que aconteceu nas suas vidas e com suas mortes.

Gonçalves (2013), assim como outros autores estudados, aborda as relações dos espaços favelados com as leis e as políticas sociais em períodos diferentes, apontando, entre outras questões, para a não inclusão sociopolítica desta população na cidade, apesar de todos os esforços dos próprios moradores. A entrada do tráfico, criminalizando muitas interações com o cotidiano da cidade, é associada ao aumento da violência urbana. Tal percepção se mistura com a visão sobre os adolescentes deste espaço – em geral com dificuldades de subsistência e acesso a recursos públicos – como perigosos e envolvidos com atos infracionais.

Este artigo está construído em quatro seções divididas: introdução, primeira seção, com uma abordagem inicial ao tema dos territórios, a pesquisa e a sua relevância. A segunda seção busca contextualizar a relação entre a ocupação de territórios e os interesses sociopolíticos e econômicos que podem perpassar as políticas públicas oferecidas (ou não) nessas localidades.

Na terceira seção, são apresentados dados da pesquisa “Trajetórias”, pouco conhecidos, sobre esses adolescentes. Finalmente, na quarta, é apontada a existência de discriminações e lacunas que produzem uma realidade de profunda carência de parte da população, em diversos aspectos, bem como a premência de se pensar em políticas públicas eficazes nos variados setores da sociedade.

Compreendendo territórios

Raquel Rolnik, em “Guerra dos Lugares” (2015), sublinha como um modelo neoliberal se entranha nas cidades e nas políticas urbanas e de moradia, produzindo um efeito excludente em seus moradores:

[...] capturando territórios, expulsando e colonizando espaços e formas de viver. Os efeitos desta colonização são político-territoriais, já que se trata também da emergência de uma nova forma de governo das cidades, denominada por alguns autores de pós-política ou pós-democrática, em que o dissenso e a negociação democrática são suprimidos em nome da eficiência e das tecnologias de governo (Rolnik, 2015, p. 373).

Milton Santos, geógrafo brasileiro conhecido mundialmente, sublinha que o território habitado, espaço humano com a presença de objetos e ações, produz a criação de novas sinergias, provocando uma resposta à globalização e fragmentação (Santos, 1994). Ele aponta que o uso que se faz do território é que o torna um objeto de análise social; a compreensão de seu significado tem uma importância na direção de não se desconectar de seu sentido, enquanto uma referência para os indivíduos em sua existência tanto individual quanto coletiva.

Santos (1994) apresenta o território com horizontalidades e verticalidades, sendo as horizontalidades os domínios da contiguidade, os lugares vizinhos em continuidade territorial, e as verticalidades formadas por pontos distantes entre eles, e conectados por formas e processos sociais.

A presença de redes constitui parte deste espaço, havendo, também, em simultaneidade, a presença do chamado “espaço banal”, aquele que é habitado e utilizado por todos, de formas diferentes ou similares, mas sem a configuração dada por qualquer forma de poder, e coexistindo com os lugares em rede, os lugares contíguos. Os lugares são os mesmos nos quais se formam as redes e o espaço banal, porém, as funcionalidades são diferenciadas, podendo ser até opostas.

Para Santos (1994), esta coexistência promove a possibilidade da criação de novas solidariedades independentes das diferenças entre as pessoas e os lugares e, para uma nova construção, precisam surgir novas horizontalidades, partindo da base territorial para enfrentar a “globalização perversa”, permitindo aos humanos um resgate de sua dignidade.

Santos (1991) sinaliza o papel privilegiado do espaço, que promove, através das interações existentes na atualidade, o encontro entre dois tempos: o passado e o futuro. A partir de um enfoque interdisciplinar, são ampliadas as chances de uma reconstrução da totalidade e, neste processo, o espaço pode cristalizar o passado e promover o encontro com o futuro, levando em conta as interações sociais presentes.

Maria Adélia Aparecida de Souza (1994), sublinha que os processos de globalização e fragmentação não se dão de forma aleatória, e sim com a implicação dos diferentes territórios que irão configurar as “geografias da desigualdade” (Souza, 1994, p. 21). A autora aponta que, sendo uma dimensão do espaço geográfico, o território se constitui como uma base operacional, “[...] histórica e geograficamente falando, do processo de globalização e fragmentação”.

Volta-se ao entendimento de uma relação particular entre espaço-tempo, na qual se faz importante a distinção do território, “[...] como moeda e dimensão histórica deste eterno processo de globalização e fragmentação”. (Souza, 1994, p.22). Sua visão foca-se na formação territorial do Brasil como um produto das relações sociais: a globalização atravessa as relações sociais e o seu desenvolvimento.

Soares (2006), ao abordar a evolução urbana de uma cidade em seu processo produtivo, sob um modelo protagonizado por um capitalismo sem limites, mostra que ocorre uma fragmentação e divisão de territórios de forma relacionada à esfera social, alterando-se conforme interesses e poderes locais. O autor, ao estudar certas regiões de Salvador, Bahia, define “territórios populares” como:

[...] espaços, nos quais as condições de vida são precárias e neles imperam uma baixíssima presença do Estado. A desigualdade social como uma variável que se reflete no território gera espaços onde a situação de pobreza é homogênea, mas as práticas populares de se lidar com ela são bastante diversificadas [...]. Espaços pobres, que apresentam características comuns entre si no que diz respeito à deficiência de acesso a equipamentos públicos e serviços (Soares, 2006, p. 27).

Soares (2006) aponta que a territorialização dos espaços inclui práticas e conteúdos sociais. Nos territórios comunitários encontram-se histórias e hábitos compartilhados por seus moradores, e acontece a construção de uma identidade social que assinala a forma singular de apropriação deste espaço.

O território expressa muito sobre aqueles que o ocupam as construções, para lidar com os impasses e conflitos existentes que se dão em uma criação coletiva de recursos compartilhados, e que mantêm o vínculo comunitário (Soares, 2006). A população que reside ou foi colocada em territórios populares pode vir a compartilhar estratégias para o acesso ao resto da cidade, desenvolvendo práticas para garantir a sua identidade territorial, investindo na consciência política e na atuação efetiva.

A pesquisa e sua relevância

O sistema socioeducativo (SSE), em todo o Brasil, tem órgãos gestores, 26 estaduais e um distrital, Distrito Federal (DF), e para realizar a execução das MSE de privação e restrição de liberdade de adolescentes em conflito com a lei, precisa ter um compromisso com a socioeducação nas diretrizes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) (Brasil, 1990).

Entre as exigências da política de atendimento socioeducativo está a determinação de que as unidades para internação e semiliberdade sejam construídas com alojamentos para acomodar adequadamente os adolescentes, devendo seguir uma lógica pedagógica e de segurança socioeducativa. As unidades de internação devem estar alinhadas às diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), contendo em seu campo de atuação, além de suas acomodações, espaço para profissionalização, alimentação, descanso, prática de atividades esportivas, religiosas, atendimento técnico; deve ter, também, uma escola estadual, ligada à Secretaria Estadual de Educação (Seduc) para os jovens seguirem a sua escolarização no período de privação de liberdade (Brasil, 2012).

O Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), vinculado à Seduc do estado do Rio de Janeiro, é o órgão responsável pela execução da MSE de internação e semiliberdade para adolescentes em conflito com a lei no SSE do estado. O departamento, na atualidade, tem nove unidades privativas de liberdade, nas quais se executa a MSE de liberdade e/ou internação provisória, e conta com mais 15 unidades socioeducativas restritivas de liberdade.

O Degase tem, como missão, promover, em suas atividades e ações, a socioeducação no estado do Rio de Janeiro, e a sua meta implica em investir na autonomia e no protagonismo dos adolescentes. Objetiva que, através do processo socioeducativo, os jovens possam se direcionar para se formarem cidadãos solidários, assim como estudar e se profissionalizar através da construção de projetos de vida, e na preservação de sua convivência familiar e com seu coletivo territorial²². Os adolescentes ingressam no sistema apreendidos por cometimento de ato infracional, e podem ser encaminhados para uma das MSE a partir dos 12 anos até 21 anos incompletos (Brasil, 1990).

²² Disponível em: <http://www.degase.rj.gov.br/instituicao/quem-somos> Acesso em: 12 abr. 2020.

No ano de 2016, o Degase, através de sua gestão, solicitou à Assessoria de Sistematização Institucional (Assist) a realização de uma pesquisa institucional. O objetivo apresentado foi conhecer, através das falas dos adolescentes em cumprimento de MSE de internação, como o sistema vem se apresentando, como é o cotidiano institucional para eles, como avaliam o processo socioeducativo desenvolvido em suas diversas áreas de atuação.

A partir da demanda institucional mencionada, foi construída, por uma equipe interdisciplinar e interinstitucional de pesquisadores da Assist e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), a pesquisa “Trajetórias de Vida de Jovens em Situação de Privação de Liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro”, que se desenvolveu entre os anos de 2016 e 2018, e foi realizada em seis unidades do sistema estadual, com cinco adolescentes de sexo masculino e uma do sexo feminino (Degase; Universidade Federal Fluminense [UFF], 2018). Uma das autoras deste artigo integrou a equipe de pesquisadores.

A pesquisa utilizou uma metodologia quantitativa através da análise de dados, resultante da aplicação de um questionário *on-line* aos participantes, com questões que abordavam diversos aspectos, como: o perfil dos adolescentes em suas características socioeconômicas, aspectos da escolarização e profissionalização, o embate com a violência em múltiplas facetas, a percepção das equipes dentro das unidades socioeducativas, entre outras questões como as singularidades e especificidades territoriais, sendo estas últimas o foco de interesse do presente estudo.

O relatório da pesquisa²³ foi publicado no *site* do Degase. Os dados analisados da pesquisa “Trajetórias” (Degase; UFF, 2018) focaram na possibilidade de visualizar aspectos implicados com as trajetórias de vida dos adolescentes em MSE de internação com suas famílias e territórios.

Foi considerado um quantitativo de participantes, de cada unidade de internação, dado por cálculo estatístico, com confiabilidade de 95% nos resultados, alcançando para análise uma amostra de 307 questionários (Degase; UFF, 2018). A seguir, a Figura 1 mostra como se dividem as regiões atendidas pelas unidades

²³ Disponível em: <http://www.degase.rj.gov.br/files/pdf/pesquisa-jovens.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

socioeducativas, apontando a abrangência da pesquisa de todo o estado do Rio de Janeiro:

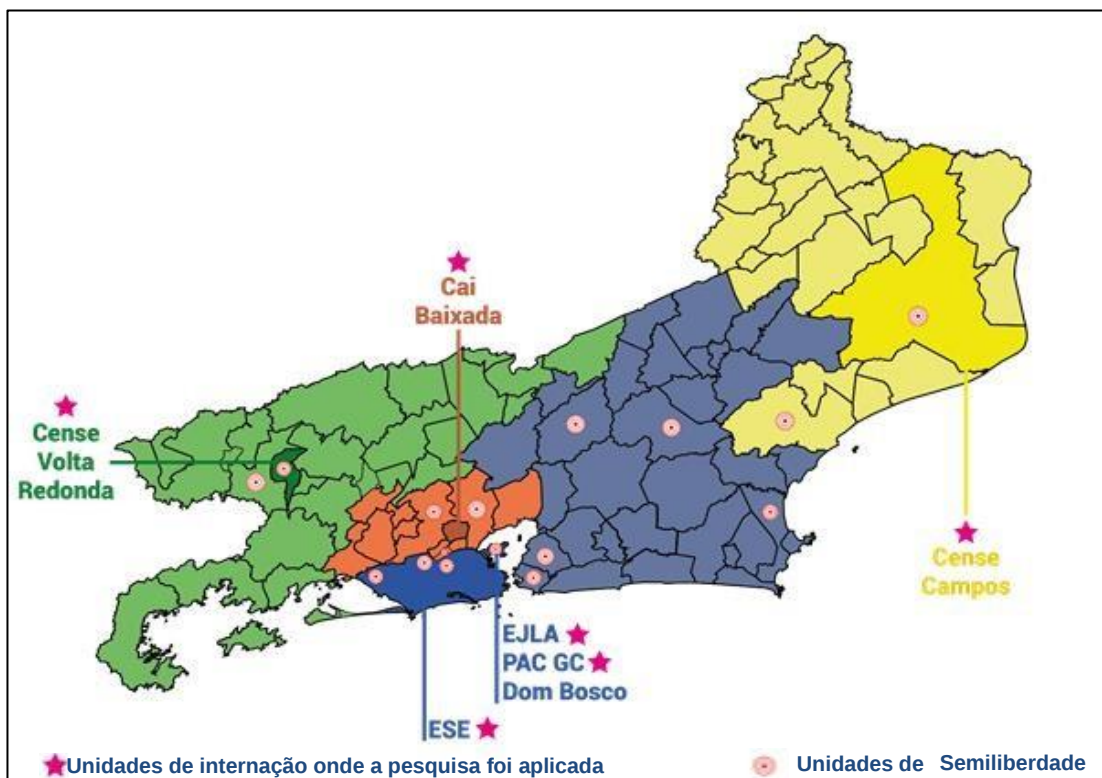


Figura 1 – Regiões atendidas pelas unidades socioeducativas

Fonte: Degase; UFF (2018).

A pesquisa traz um recorte dos territórios nos quais os adolescentes vivem quando em liberdade, sendo fato que se originam de diversos municípios, com contextos singulares. Estes jovens apresentam percepções acerca do local de convivência familiar e comunitária, permitindo um conhecimento da realidade local, de sua existência e vivência territorial enquanto cidadão, e pertencente a uma sociedade que deveria incluir, e não discriminar.

O impacto das desigualdades

Dados do IBGE (2016) apontam uma configuração percentual da população brasileira composta com mais da metade de autodeclarados pretos e pardos (negros), e a existência de uma concentração de menores rendimentos sendo recebidos por pessoas negras, com um percentual de 10% de pessoas com os menores rendimentos – 23,4% de brancos e 75,5% de pessoas negras.

No estado do Rio de Janeiro, em indicadores recentes do Plano Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, a população estimada ultrapassa o total de 17 milhões de habitantes (IBGE, 2019), entre os quais mais de 50% são negros (pretos e pardos). No “Levantamento Anual Sinase 2017” (Brasil, 2019), o dado acerca de adolescentes considerados pretos e pardos (negros) em restrição e privação de liberdade, no País, apresenta em 2014 um percentual de 61%, em 2016 de 59%, e em 2017 foi de 56% da amostra em questão.

No “Levantamento Anual Sinase 2017”, os dados do Degase assinalam o acompanhamento de um total de 1.564 jovens em privação ou restrição de liberdade (1.531 adolescentes do sexo masculino), sendo o segundo estado do País com maior quantitativo de adolescentes, em um total nacional em torno de 20.000 adolescentes, sempre com larga predominância do sexo masculino e de cor negra ou parda (Brasil, 2019). Em “Trajetórias”, os dados apresentam um total de 96,7% de adolescentes do sexo masculino internados, com 76,2% de cor negra ou parda (Degase; UFF, 2018), com um aumento do percentual.

Em sua maioria, os jovens são advindos de condições precárias de subsistência: 30,4% informaram ter uma renda familiar no valor de mais de três salários-mínimos, porém, 55,1% de adolescentes informam uma renda familiar que não alcança nem três salários-mínimos, com um total de 24% recebendo até um salário-mínimo. Considerando que 30% dos núcleos familiares são compostos de seis componentes ou mais, a renda *per capita* variando entre R\$ 146 a 500 reais aponta o enfrentamento de baixas condições de subsistência (Degase; UFF, 2018).

Sobre a escolarização dos jovens, os dados (Degase; UFF, 2018) são significativos: 25,7% dos adolescentes iniciaram os seus estudos antes de completar cinco anos, 45,6% cursaram até a 5ª ou 6ª série do Ensino Fundamental, e 34 % afirmaram que por mais de três vezes repetiram de série. Em suas respostas, 58% declararam já ter tido problemas com professores, e 30% afirmam não gostar de estudar.

Um percentual de 61% de adolescentes estavam fora da escola ao serem apreendidos, e deste total, 63% estavam há mais de um ano afastados da escola, e 30% responderam que, para ter interesse em voltar a estudar, precisariam encontrar perspectivas para ter verdadeiras chances de conseguir um bom emprego.

Um dado positivo importante, que também aponta para tal reflexão, visando que mudanças produtivas promovam uma diminuição do índice de abandono

escolar, foi a percepção dos adolescentes sobre a escola: 96% acham muito importante e 97% querem que os seus filhos estudem.

Observou-se uma entrada na vida laboral bem cedo, em torno de 65% de adolescentes começando as atividades a partir de 10 a 15 anos de idade (Degase; UFF, 2018). E, como uma referência de importância na vida dos adolescentes, o núcleo familiar constitui um espaço de interação afetiva e social que precisa também de atenção e suporte pelas políticas públicas, para bem exercer o seu papel (Brasil, 2012), que remete à necessidade da integração sistemática do acompanhamento de suas famílias no processo socioeducativo (Silva, 2018).

Uma grande parcela dos adolescentes em MSE no Rio de Janeiro vive em favelas (Degase; UFF, 2018). Silva et al. (2009, p. 21), do Observatório de Favelas, compreendem que estes territórios são formados por:

Moradas singulares no conjunto da cidade, compondo o tecido urbano, estando, portanto, integrado a este, sendo, todavia, tipos de ocupação que não seguem aqueles padrões hegemônicos que o Estado e o mercado definem como sendo o modelo de ocupação e uso do solo nas cidades.

Os autores supracitados apontam que os assentamentos em favelas, no decorrer do tempo, ficaram na ilegalidade, e fora das normas existentes criadas por grupos hegemônicos. Estes espaços devem ter reconhecimento em suas singularidades socioterritoriais, e servirem de campo para políticas públicas específicas.

A favela é um território constituinte da cidade que enfrenta investimentos precários, estigmatizações socioespaciais, não seguimento de padrões nas construções, apropriação do território para moradia, baixos indicadores habitacionais, econômicos e ambientais, alto índice de desemprego de seus moradores, alta concentração de negros (pardos e pretos), alto grau de vulnerabilidade ambiental, entre outras características (Silva et al., 2009).

Sobre elas, mesmo parecendo existir uma “tolerância” (Gonçalves, 2013), ao não se definir na gestão pública, por remoções de favelados, a presença do texto jurídico em torno destes espaços aponta, ainda hoje, a existência de uma lógica estigmatizadora. Na verdade, a utilização de estratégias pontuais em determinados momentos históricos, que surgem para controlar tensões sociais, funciona como uma flexibilização precária que não leva a resolução alguma, real e necessária.

Evidente, que para o problema de as favelas serem regiões compostas por terrenos e construções em sua maioria não legalizados, a resolução seria alcançar a posse legal e patrimonial do território. Isso nunca foi solucionado integralmente, salvo em poucas regiões.

Esta dita “tolerância” pelos poderes públicos, com a manutenção das moradias sem legalização, provoca e reforça a exclusão da população (Gonçalves, 2013). Vale ressaltar, também, que a remoção, conforme interesses financeiros e políticos, ainda é muito utilizada, afastando moradores dos espaços mais valorizados no mercado imobiliário.

Em meados da década de 1980, ocorreu um crescimento significativo do tráfico de drogas nas favelas, com traficantes dividindo os territórios e ditando suas regras: “[...] impondo a lei do silêncio e do medo, influenciando diretamente ou indiretamente as diferentes relações sociais internas e rompendo toda e qualquer possibilidade de se federar os interesses dos favelados”. (Gonçalves, 2013, p.18).

Gonçalves (2013) assinala que o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257 de 2001) viabilizou uma melhor organização sobre o solo urbano, e fortaleceu o sistema jurídico existente, pontuando a “função social da propriedade”. A gestão municipal alcançou maior autonomia relativa às questões urbanas regionais, assim como a criação do Ministério das Cidades trouxe contribuições para promover a regularização fundiária das comunidades.

Para Gonçalves (2013), é necessário um pacto sociopolítico elaborado dentro das diretrizes da Constituição de 1988, em seu paradigma jurídico-urbanístico inclusivo, com acesso à moradia, para que se consolidem, de fato, as favelas, com suas singularidades, como espaços integrados à cidade.

Silva et al. (2009), em consonância com Gonçalves (2013), apontam para uma gestão metropolitana pautada por uma justiça territorial em que a cidade é vista de forma plural no reconhecimento da singularidade de cada espaço territorial, e com seus moradores sendo respeitados como cidadãos através de políticas públicas a serem desenvolvidas em seus espaços.

No presente trabalho, como já dito, o foco é o território, com suas ofertas e faltas. Note-se que, mesmo com tantas adversidades relatadas, 60% dos adolescentes declararam não querer viver em outra região, portanto, não desejam se mudar.

Sobre o acesso às atividades culturais e de lazer, em relação ao teatro, a maioria dos jovens (58,6%) não têm a oferta próxima ao seu local de moradia e, apesar

dessa afirmativa, 24,1% dos adolescentes tiveram acesso a esta atividade cultural. Em relação à existência de museus, 75,2% declaram não ter em suas regiões estas construções culturais, e 15,6% de adolescentes já estiveram em visita a um museu.

Os locais de *shows* apresentaram um percentual mais significativo de existência e acessibilidade, dentro do espaço territorial dos adolescentes, e 63,5% responderam afirmativamente à sua existência na região de moradia. Os clubes também são parte deste campo, 60,9% declararam a sua existência em seus espaços de moradia com fácil acesso (Degase; UFF, 2018).

Centros culturais estão na dimensão de 60,3% de adolescentes afirmando que próximo a suas casas não há esta oferta, assim como os cinemas: 44,3% dos entrevistados não têm acesso próximo; as quadras esportivas apresentam 91,5% de afirmativas de existência próxima, com facilidade de acesso, assim como as praças, com um percentual de 96,7% de existência nas regiões de residência.

As praias não são nem de fácil acesso, nem são próximas de 71% dos adolescentes, enquanto piscinas comunitárias são ofertadas, com 64,2% afirmando a sua existência perto da residência. Este é um percentual a ser pensado, porque esta “generosidade” pode apontar para uma manobra de exclusão das classes menos privilegiadas de espaços frequentados pelos moradores de maior poder aquisitivo, como as praias (Degase; UFF, 2018).

Em relação aos espaços de entretenimento social e comércio, a oferta de bailes é alta, 87,9%, com acesso nas próprias comunidades, e os *shoppings centers* também têm alta oferta, em que 61,2% dos adolescentes têm acesso com facilidade a este espaço. Em contraponto, a existência dos projetos sociais para jovens de classes populares aparece com 50,1%; porém, 30,9% dos adolescentes afirmam ter acessado este serviço, e 19,2% nunca participaram.

Resumindo, as opções acessíveis de maior uso, em geral, situadas nos próprios territórios de referência habitacional, na área da cultura e de entretenimento, foram as praças, as quadras de esportes e os bailes. As opções com menor acesso foram os museus, o teatro e os centros culturais, espaços relacionados às classes mais abastadas em geral.

Acerca de recursos básicos, nas regiões de moradia dos adolescentes, um percentual de 74,6% de adolescentes declararam ter tratamento de esgoto, porém, mais de 20% dos adolescentes não têm este recurso em suas residências; 89,6% afirmaram a existência de água encanada, ficando próximo a 10% de jovens sem este

recurso; em relação à energia elétrica, quase a totalidade afirmou ter o recurso, com 97,1%; a coleta de lixo alcança 93,1% das regiões; 83,1% disseram ter atendimento de emergência próximo à residência; e, 82,1% afirmaram que a área se mantém limpa na maior parte do tempo.

Sobre o acesso ao local onde moram, 41,3% asseveraram ser difícil de chegar, o que pode estar relacionado à sua exclusão. Entre os resultados, 81,6% declararam existir a prática de venda de drogas e atividades ilegais na região, com a presença de conflitos armados, na própria comunidade, o que é afirmado por 71,6%. A existência de fatores dificultadores nas regiões é enfrentada pelos moradores, e estes podem ser atraídos para atividades ilícitas, de forma contínua e presente, por diversos motivos (Degase; UFF, 2018).

Os indicadores da “Trajetórias” apresentados se confirmam em outros estudos que assinalam a questão da desigualdade social e de renda, não só da população do SSE, mas no Brasil inteiro. As fragilidades sociais relacionadas à educação, trabalho e renda ainda atingem profundamente parte da adolescência, alimentando vulnerabilidades vivenciadas pelos adolescentes em conflito com a lei: “[...] o fenômeno contemporâneo do ato infracional juvenil está associado não à pobreza ou à miséria em si, mas, sobretudo, à desigualdade social, e à dificuldade no acesso às políticas sociais de proteção implementadas pelo Estado”. (Silva & Oliveira, 2015, p. 5).

Considerações finais

Na pesquisa, foi possível perceber que a maior parte das necessidades básicas apresentam algum atendimento pelo Estado, porém, a manutenção e melhoria de suas instalações e ações, a erradicação da violência nesses espaços, a superação do racismo e exclusão social, ainda apontam para uma necessidade de maior e melhor investimento nas políticas públicas para as áreas de referência de grande parte dos adolescentes do SSE do Rio de Janeiro, e também da população mais empobrecida.

Considerando uma política de exclusão sociopolítica e cultural, e em outros níveis, presente em toda a história da cidade, os dados sinalizam a premência de se pensar no desenvolvimento de políticas públicas de inclusão.

Investimentos públicos devem ser feitos em verdadeiras oportunidades para viabilizar a prática da cidadania de todo habitante da cidade, sem quebra de

territórios, mas sim quebra de discriminação e exclusão. O estudo desenvolvido sobre parte dos resultados da pesquisa “Trajetórias” (Degase; UFF, 2018) aponta para a necessidade de aprofundamento nos elementos inéditos para novos rumos e ações no campo socioeducativo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. Estatuto da Cidade. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 4 nov. 2019.

_____. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12594.html> Acesso em: 12 set. 2019.

_____. **Levantamento Anual Sinase 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, (MMFDH). 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/ptbr/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2020.

DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS (Degase); UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase; UFF, 2018.

GONÇALVES, R. S. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. I, n. 1, p. 1-23, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Série Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Agência IBGE notícias**. Rio de Janeiro, 28 ago 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para2019>>. Acesso em: 12 set. 2019.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, n. 9, p. 7-17, 1991. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/101>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; OLIVEIRA, M. L. (orgs.). **Territórios, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p.15-20.

SILVA, E. R. A.; OLIVEIRA, R. M. **O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal**: esclarecimentos necessários. (Nota Técnica n.º 20). Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_ntdisoc_n20>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; BITETI, M. O. **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2009.

SILVA, M. T. A. **Família, socioeducação e projeto golfinhos**: uma construção coletiva. Paraná: Appris, 2018.

SOARES, A. M. C. “Territorialização” e Pobreza em Salvador. **Estudos Geográficos**, v. IV, n. 2, p. 17-30, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/202/175>>. Acesso em: 31 maio 2020.

SOUZA, M. A. A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; OLIVEIRA, M. L. (orgs.). **Territórios, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21–8.

5 Considerações finais

O estudo desenvolvido teve como objetivo compreender como é o pesquisar no Degase, em suas unidades privativas de liberdade, como se dão as interações neste campo de pesquisa, quais os analisadores naturais presentes, e procurar entender o que se expressa, se “fala” através dos encontros (ou desencontros), com os pesquisadores, que possam ser também funcionários da instituição ou não. A abordagem acerca de resistências, aberturas, “fechamentos”, cerceamentos, enfim, é uma procura através da análise de campo de pesquisa para conhecer um cotidiano do SSE que executa as MSE de privação de liberdade no Rio de Janeiro, e refletir se as pesquisas podem oxigenar a instituição em sua prática, que deve ter como eixo direcionador de todas as suas ações a Socioeducação.

A tese foi desenvolvida com artigos, uma construção acadêmica que universidades estão trabalhando, que é uma modalidade bem produtiva, pois investe na publicização mais sistemática dos estudos acadêmicos e os seus resultados, podendo fomentar novos questionamentos, aquecer novas pesquisas e promover aprofundamentos de questões importantes em diversas áreas.

No primeiro capítulo, *Um caminhar na socioeducação: avanços e impasses no sistema socioeducativo*, introduziu-se no trabalho as experiências profissionais no transcurso de tempo de atuação em campo, enquanto pesquisadora e servidora, objetivando apresentar um pouco da instituição através de movimentos nos quais estive implicada, que se dão em direção ao atendimento das diretrizes de garantia de direitos da infância e juventude, e tem sua articulação com o estudo, pois fala deste campo institucional de uma outra perspectiva interna também.

A construção destes documentos e as ações no sentido do alinhamento apontam para um investimento positivo em relação à busca da Socioeducação, e vale ressaltar que todo movimento coletivo institucional, para implantação das diretrizes, passa em geral pelas mesmas interações que a entrada em campo dos pesquisadores, onde encontram-se as resistências, os entraves, assim como também se encontram receptividades positivas, de uma forma similar ao vivenciado em pesquisas.

O alcance dos objetivos socioeducativos e o alinhamento das diretrizes, mesmo em construções coletivas, com as implicações da comunidade

socioeducativa, enfrenta um sistema perpassado por uma cultura alimentada por um paradigma punitivista, retributivo, assistencialista, misturado com o socioeducativo, dentro da perspectiva da doutrina da proteção integral, sendo uma tarefa árdua e um caminho de muito trabalho transformar tal emaranhado de formas de pensar e agir, e alcançar uma abertura total deste campo à Socioeducação.

O trabalho sistemático de conscientização é necessário para verdadeiramente se produzirem transformações e à superação de toda e qualquer violência institucional, mudanças para se promover possibilidades reais aos adolescentes, para, em seu futuro, ter um projeto de vida no qual possam ter garantidos dignidade, saúde, educação, e todos os direitos bem definidos na CF/88, conhecida como a Constituição Cidadã, entre outros documentos do SGDCA.

O trabalho de conscientização do paradigma socioeducativo demanda reflexões sobre as próprias práticas de cada trabalhador deste sistema, e, na verdade, da sociedade em geral, para uma construção de uma visão sociocultural que abarque os direitos da infância e juventude. Considera-se que as críticas feitas ao SSE privativo de liberdade devem ser escutadas com atenção às ações necessárias a serem realizadas para a sua solução e/ou superação, e sublinho que os direcionamentos para as diretrizes socioeducativas que vêm sendo feitas precisam também de investimentos.

Perguntas feitas no transcorrer do presente trabalho buscam mais respostas: Pode-se acreditar em avanços e mudanças produtivas no SSE privativo de liberdade? Pode-se superar os impeditivos e os embates que acontecem sistematicamente contra as ações instituintes? Os muros da instituição aumentaram muito em sua altura: o que pode significar? Que segurança aumentou? Ou a repressão? Tem relação com a segurança socioeducativa ou com a segurança contenção? Quais caminhos trilhar para produzir transformações necessárias neste campo?

Observou-se que a realidade institucional, apesar de ter dado alguns passos importantes para quem sabe alcançar algum dia o paradigma da proteção integral, ainda precisa promover uma conscientização ampla do significado da socioeducação e da sua prática diária, inclusive com a perspectiva da diferenciação do que é segurança e o que é segurança socioeducativa, do que é processo socioeducativo para os adolescentes em privação de liberdade e o que é a privação de liberdade por si, como uma punição, retributiva ao cometimento do ato infracional. Na atuação no alinhamento institucional como no pesquisar, acredita-se na produção de ações

socioeducativas que produzam ressonâncias importantes para os adolescentes e suas famílias.

Como exemplo de um grande avanço, com participação de diversos estados e representações de defesa da infância e juventude (Souza, 2022), a conquista do *Ha-beas Corpus* coletivo nº 143.988, que determina que as unidades socioeducativas privativas de liberdade não podem ultrapassar sua capacidade máxima, e devem ser tomadas medidas, com outros possíveis encaminhamentos, para garantir aos adolescentes os seus direitos.

O Rio de Janeiro funcionava extrapolando a sua capacidade máxima em 2018, e hoje, conforme informações institucionais, após esta determinação pelo STF, está dentro do limite de ocupação nas unidades. Ainda uma outra análise pode ser feita, na atualidade, para se compreender por que as unidades de semiliberdade estão com ocupação tão abaixo de sua capacidade, enquanto algumas unidades privativas estão chegando ao seu limite, se a excepcionalidade e brevidade da medida de internação devem ser sempre consideradas (Brasil, 1990; Sinase, 2012).

A Central de Vagas está em atividade, outra grande vitória, no acompanhamento dos encaminhamentos dos adolescentes, autores de ato infracional, após determinação judicial, sem permitir a superlotação das unidades, seguindo medidas dentro das orientações da normatização. Este passo, com certeza, traz ressonâncias positivas para o sistema, viabilizando a retomada de atividades educativas, esportivas, culturais, enfim, um funcionamento dentro de uma razoabilidade, apesar de não resolver todos os problemas, como os existentes em relações intrainstitucionais e condições internas de estrutura das unidades, que ainda demandam muita atenção.

A importância de suportes e apoio ao campo de MSE privativas de liberdade evidencia-se com uma ação citada acima (entre inúmeras outras que deveriam acontecer), o quanto podem trazer contribuições, de alto valor, mobilizações e decisões solidárias e efetivas para ações necessárias no sistema. Em resumo, pode-se dizer que neste caso foi preciso a lei para se atender a uma outra lei existente, e às diretrizes do Sistema de Garantia de Direitos referentes a adolescentes, que constam por exemplo na CF (Brasil, 1988), no Estatuto (Brasil, 1990), no Sinase (Brasil, 2006, 2012), entre outras.

Considerou-se importante investir no aprofundamento de um método com indicação para a proposta, assim, no segundo capítulo da tese, o primeiro artigo *A experiência de pesquisar: reflexões sobre o método da autoetnografia*, um estudo

sobre uma metodologia que se confirmou realmente produtiva para a realização de pesquisas no campo socioeducativo e em contextos sociais.

Observa-se que o estudo da tese não foi restrito a este método, e se complementou o trabalho com a análise institucional, especialmente com um de seus dispositivos, a análise de implicação e a revisão de literatura. Foram realizadas múltiplas leituras e aprofundamentos em produções acadêmicas, teses de doutorado e artigos científicos publicados em *sites* referenciados. Cada um dos quatro artigos desta tese, assinalam ter encontrado trilhas que apontam muito a pesquisar.

Considera-se a importância da autoetnografia como um método potente, que abrange a vivência do pesquisador e a sua interação no campo, a relação com os outros participantes, e contribui em estudos de contextos que tenham lógicas diferenciadas.

Compreender o campo institucional, os seus impasses e embates, os seus avanços, através da contribuição da autoetnografia, pode promover um conhecer do que não se expressa claramente, e permeia o cotidiano institucional, demandando desvelar-se o oculto para viabilizar a criação de ações criativas e libertárias de um instituído pesado, que precisa ser revisto para contribuir com os adolescentes em seus projetos de vida.

É necessário desconstruir o movimento de despotencializar ações instituintes, de enfraquecer novas produções através de forças de conservação que circulam nas relações existentes dentro das interações nas unidades socioeducativas privativas de liberdade. Reconhecer o quanto é difícil compreender-se e reconhecer-se como nativos e, assim, viabilizar um deslocamento de um lugar de defesa para um lugar de produção, de diálogo e criação.

Mais diretamente, no que cabe à Psicologia, investir na superação de um discurso médico e jurídico, endurecido por uma práxis que se aprisiona e, assim, permitir uma prática polifônica, possibilitando alcançar além de um discurso de relatórios, produzidos exaustivamente, e buscar inovadoras maneiras de expressão e transmissão, seja na escrita institucional como na acadêmica, o que pode contribuir com novas direções.

A importância de superação de um fechamento, que também é alimentado por temores (que vão além dos muros institucionais), que produz silenciamento de falas mais pessoais, pela vigilância constante institucional e social, que se dá mesmo nas interações interpessoais cotidianas e fica a serviço de um controle disciplinador.

Poder refletir sobre as subjetividades dos adolescentes, assim como de todos os socioeducadores, em suas diferentes funções, poder questionar e estranhar os próprios percursos, pode produzir novos saberes e caminhos de resistência. Investir em novas metodologias de trabalho, de pesquisa, em novas formas de interação, poderá contribuir na superação de modelos tradicionais, que acabam por atender à produção de controle sobre as subjetividades.

O aprofundamento em estudos sobre o método autoetnográfico é indicado, uma metodologia que pode ser mais explorada em alguns contextos, sendo produtiva a sua articulação com a análise de implicação. Posso ter sido insuficiente em alguns aspectos desta prática, por estar ainda me aprofundando neste método, que tem me interessado e que desejo amadurecer a sua utilização para pesquisas futuras.

No terceiro capítulo, o segundo artigo *Conhecer através de vivências: um pesquisar em campo socioeducativo privativo de liberdade*, aborda as experiências em campo de pesquisa, e realiza a apresentação das unidades onde se deram as investigações. Investiga-se mais diretamente o campo de pesquisa deste sistema, o que expressa em seus espaços institucionais e nas inter-relações nos encontros que acontecem, que levam a questionamentos acerca de si, e o estudo busca compreender como é a experiência de pesquisar no Degase, sendo um pesquisador da instituição ou externo.

Bicalho et al. (2016, n. p.) falam sobre o pesquisar “[...] em instituições de preservação da ordem”, e problematizam a questão da confiança (ou desconfiança), que se dá no encontro do pesquisador e do pesquisado, de uma instituição que tem para si uma missão de contenção e controle. Abordam, em seus estudos, reflexões sobre pesquisar em instituições totais, e também de implicações quando o pesquisador pertence à instituição, observando a importância de criação de estratégias para um aprofundar nos espaços sociais, de uma forma não neutra, e sim, implicada.

Assinalam a experiência da pesquisa e da escrita como produtora de formas de refletir e pesquisar: “É preciso apostar na escrita e nos desafios que ela nos impõe, sobretudo quando esta relata a produção de conhecimento que advém de um processo de pesquisar em instituições de preservação da ordem.” (Bicalho et al., 2016, n. p.). Podem-se ver relações com a forma que desenvolvo os estudos e uma grande aproximação de suas reflexões com as encontradas no presente estudo no campo de pesquisa no sistema privativo de liberdade para adolescentes. Os métodos devem sempre ser produtores de um encontro entre os pesquisadores e pesquisados,

abrindo novas reflexões, novos caminhos construídos a partir deste encontro. Especialmente quando se fala em campos privativos de liberdade, com suas especificidades, temores e desconfianças, que precisam ser superadas para a construção de uma relação potente, construtiva (Bicalho et al., 2016).

No capítulo 4, o terceiro artigo *Adolescentes em privação de liberdade, territórios e políticas públicas*, e o quarto e último artigo *Territórios e adolescentes em conflito com a lei: Existência, futuro e especificidades sociopolíticas*, formaram parte do corpo da tese, por trazerem perspectivas deste campo de pesquisa, assinados pelos próprios adolescentes, ao avaliarem a instituição, a relação com os profissionais, com o que é oferecido no tempo de sua internação, aspectos educacionais, profissionais, de convivência, entre outros, e também fornecem dados importantes de suas vidas pessoais, familiares e comunitária.

Estes artigos abordam questões em torno de percepções dos adolescentes sobre diversos aspectos, que abrangem também questões implicadas em seu processo socioeducativo neste campo das unidades privativas de liberdade e em torno de suas vidas. A partir de suas respostas, além de poder se encontrar um perfil da população de adolescentes que cumprem MSE de internação, e que assinala uma realidade já observada, por vezes negada, que envolve discriminações e ausência de políticas públicas, encontram-se também outras reflexões importantes do que realmente se faz necessário na construção socioeducativa.

Muitos destes jovens já chegam ao sistema excluídos do sistema de saúde, de educação, de diversos espaços da cidade, não tendo sido incluídos de fato enquanto pessoas e cidadãos, com uma perspectiva negativa em seu futuro, podendo ainda enfrentar situações mais graves ou irreparáveis em sua vida, até a própria perda desta.

É urgente o encontro de linhas de fuga, para que forças criativas tenham novos e densos fluxos que possam abrir possibilidades de vida, de futuro a estes adolescentes, considerando que a responsabilidade é ampla e vai além do SSE, onde o Estado e a sociedade, em suas diversas representações, devem estar presentes e exercerem suas obrigações também.

Uma reflexão que gostaria de sublinhar é sobre a ineficácia da ideia da redução da maioria penal para a superação da criminalidade juvenil. Evidencia um desrespeito à uma cláusula pétrea da CF/88, por movimentos que ainda existem impulsionando na direção de alterar a idade da maioria penal, que é determinada

entre 12 e 18 anos incompletos, referente ao ingresso do adolescente no SSE, devendo o adolescente ser encaminhado para o sistema prisional.

Se já se observou a ineficácia do socioeducativo, ainda não alcançando a prática da socioeducação de maneira integral, tem-se a certeza da ineficiência do sistema penitenciário (Brasil, 2012), com o alto índice de presos que se veem sem perspectivas, e o quanto de violência enfrentam dentro do sistema.

A resposta adequada para a violação de direitos e vulnerabilidade dessa população, é investir na interrupção de toda e qualquer violência, dentro ou fora do sistema socioeducativo privativo de liberdade, cuidar da preservação de suas vidas, na superação de preconceitos e discriminações, de raça, gênero, classe social, que se faz necessária para que ocorram transformações no lidar com os adolescentes que compõem a população socioeducativa, inclusive de forma preventiva, em suas vidas e territórios, que possam ter dignidade e condições adequadas para o seu desenvolvimento.

O SSE privativo de liberdade demanda atenção às suas instalações e acomodações, assim como o cuidado com a higiene, com a saúde, com a efetivação de políticas para a juventude que verdadeiramente atendam a esta população, que seja de inclusão sócio-político-cultural e na construção de um caminho construído de uma forma, por onde se possa verdadeiramente caminhar para um futuro viável com saúde, educação, cultura, condições estruturais de subsistência, e tudo que envolve uma condição adequada ao ser humano, seu desenvolvimento e bem-estar.

Evidencia-se um forte desequilíbrio no embate de forças entre segurança e educação, que devem minimamente se equilibrar e se aliançar para o alcance de outros caminhos. Porém, ainda nos tempos atuais, a base da própria organização socioeducativa se volta à primeira do binômio, quando, por exemplo, podem-se observar os muros da instituição cada vez mais altos, e a gestão do departamento exercida, em grande maioria, por representantes de forças policiais, e não por gestores do âmbito da educação.

A reflexão sobre como se dão os investimentos em políticas públicas para a infância e juventude demanda atenção e redirecionamentos, para que novos rumos possam surgir e, quem sabe, um novo panorama social se configurar para os adolescentes que vivenciam o processo socioeducativo, em que esbarram com um esvaziamento social ao saírem do sistema, sem oportunidade real para seguirem as

suas trajetórias de forma produtiva e cidadã, com escolarização, profissionalização, a todos os serviços e ações a que têm direito, com recursos reais, com dignidade.

Pesquisas sistemáticas dentro do SSE privativo de liberdade, em diversos contextos e temáticas, que possam dar voz a todos que estão implicados em seu cotidiano, poderão contribuir com reflexões que reverberem para o próprio sistema. A especificidade no lidar com adolescentes, que demandam atenção, orientação e uma compreensão ampliada de suas realidades, perpassadas por transversalidades sócio-econômico-político-culturais, são evidenciadas nas investigações realizadas, como assinalado nos artigos 3 e 4 desta tese.

Assim, configuram o perfil composto por uma juventude em maioria de adolescentes negros, que enfrentam a pobreza, as carências para a sua subsistência, em uma realidade social que escancara a ausência de políticas públicas eficazes para esta população e suas famílias, que deveriam ter condições dignas de viver.

Na experiência/vivência apresentada na presente tese, mesmo reconhecendo a existência de muitos problemas no SSE, observou-se que existem certos movimentos produtivos em seu campo privativo de liberdade. Devem ser continuados os investimentos na capacitação dos servidores, a busca de melhorias nas relações com os adolescentes e evidente respeito aos seus direitos, suscitam que a socioeducação possa acontecer e se desmontem paradigmas perversos para um alcance integral da garantia de seus direitos.

Existem, entre outras, diversas perguntas feitas que ainda demandam aprofundamentos: Como garantir aos adolescentes o preparo para o trabalho adequado? É possível a capacitação e a oportunidade de trabalho dentro de suas singularidades, sem massificar as ofertas com formações precárias? Como superar falhas e lacunas existentes no SSE que se evidenciam no campo de pesquisa e no campo de atuação? Como, verdadeiramente, garantir a todos os adolescentes a promoção de oportunidades em seu desenvolvimento?

O reconhecimento da força do coletivo já se mostrou em diversas ações que aconteceram, onde a comunidade socioeducativa pode acreditar em sua potência, mas demanda trabalhar as conscientizações de seus trabalhadores em campo, quando ainda muitos acreditam em uma prática ineficaz de lidar com o adolescente em cumprimento de MSE de privação de liberdade.

Considera-se que parte dos objetivos foram alcançados, na análise do campo de pesquisa com suas especificidades e na própria atividade de pesquisa, que

certamente é propiciadora de provocar processos instituintes, produtivos para uma prática socioeducativa, pois o questionar de ações, que são contrárias às garantias de direitos, mobiliza a instituição para se repensar em sua missão, tantas vezes não alcançada, que é a responsabilidade de contribuir na formação destes adolescentes, que em sua trajetória de vida estão cumprindo uma MSE privativa de liberdade, para que possam ter oportunidades de uma vida digna, com formação educativa, com condições de exercer o seu protagonismo e ter um futuro como cidadão com garantia de seus direitos e possibilidade de exercer os seus deveres.

Em um período atravessado pela pandemia da Covid-19, outras possibilidades pensadas para aprofundar a investigação não foram possíveis de acontecer, pelas dificuldades dos contatos diretos, ficando, assim, uma lacuna a ser mais investigada junto a outros profissionais socioeducadores, de suas próprias percepções sobre o campo de pesquisa, o que pode trazer contribuições a este estudo.

Vale ressaltar que pesquisas feitas pelos próprios socioeducadores alcançam um percentual crescente, o que tem produzido um conhecimento importante sobre o sistema, e merecem ser mais conhecidas, e no trabalho busca-se fazer referências às que estão entrelaçadas com o tema.

De forma geral, a vivência em pesquisas provocou o desejo de pesquisar mais, pois é um sistema complexo de interações que demanda estudos aprofundados para poder ser conhecido em suas múltiplas facetas. Citam-se estudos, como, por exemplo, o desenvolvido por: Santos (2007), que reflete sobre a população de jovens que é levada a cumprir MSE e suas relações com o racismo, e entre outros aspectos, aponta a desconsideração da lei pelo próprio sistema que deveria estar ensinando adolescentes a respeitarem a lei; os estudos de Lopes (2015) abordam a política socioeducativa no Rio de Janeiro, e falam de vivências internas importantes de profissionais dentro do campo, com muitas facetas a serem aprofundadas; a pesquisa de Vinuto (2019) traz a fala de agentes socioeducativos, que demandam uma escuta atenta a partir de suas vivências institucionais; o estudo de De Garay Hernández (2018), assinala especificidades de relações com uma unidade feminina e, também, amplia para uma compreensão (ou busca de) sobre as unidades privativas de liberdade e a prática socioeducativa, enfim, estes são alguns dos muitos que apontam o quanto também ainda se tem para aprofundar neste campo e produzir retorno para a socioeducação.

É indicado que novos estudos sejam realizados, voltados ao campo de pesquisa, as experiências vivenciais na instituição socioeducativa privativa de liberdade, que produzem um reconhecimento de sua constituição múltipla, onde se perpassam valores diferenciados entre aqueles que acreditam na punição e contenção e aqueles que investem na socioeducação como a missão principal.

Pesquisar sobre o processo de pesquisar no Degase impulsiona a mais estudos e pesquisas, um sistema intenso, com múltiplos saberes ainda a construir neste campo, pois há muito a conhecer, tanto em relação aos que estão responsáveis pela execução da medida de internação, como em relação ao encontro das histórias de vida dos adolescentes e famílias. Articular uma produção de reflexão e consciência com os adolescentes, assim como com os servidores, abre novas vias de investimentos, voltados à Socioeducação, e o caminho pode ser a desconstrução dos espaços privativos de liberdade com novas construções e lógicas para este processo.

Pode-se afirmar que a atividade de pesquisa é instituinte (Baremlitt, 2002), e pode ser promotora de processos instituintes no sistema privativo de liberdade de adolescentes, e é indicado que outros estudos possam ser desenvolvidos, e provoquem novas reflexões e ações neste campo. O campo de pesquisa e o de atuação apontam para a necessidade de maiores aprofundamentos pelos pesquisadores, para que se possa alcançar o tempo de Socioeducação e de adolescentes.

6

Referências Bibliográficas

ADAMS, T. E.; ELLIS, C.; JONES, S. H. Autoethnography: Chapter 1. In: **Oxford University Press**, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268809603_Adams_T_Holman_Jones_S_and_Ellis_C_2015_Autoethnography_Chapter_1_Oxford_University_press>. Acesso em: 09 out. 2022.

_____. Autoethnography. In: **The International Encyclopedia of Communication Research Methods**. Jörg Matthes (General Editor), Christine S. Davis and Robert F. Potter (Associate Editors), 2017. DOI: 10.1002/9781118901731.ie-crm0011

ALTOÉ, S. **Infâncias Perdidas**: o cotidiano nos internatos-prisão. RJ: Revinter, 2014.

BARBOSA, J. L. Cidade e Território: desafios da reinvenção política do espaço público. **Combate Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2010. Disponível em: <<https://acervo.racismoambiental.net.br/2010/08/12/cidade-e-territorio-desafios-da-reinvencao-politica-do-espaco-publico/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. 5 ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Félix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2), 2002.

BARROS, N. V. et al. Caminhos da Pesquisa: reflexões metodológicas. In: BARROS, N. V. (Org.). **Famílias no Degase**: retratando o projeto de pesquisa sobre família dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo nos diferentes territórios das unidades do Degase. 1 ed. RJ: Gramma Livraria e Editora, 2020. p. 49-94.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BICALHO, P. P. G.; ROSSOTTI, B. G. P. P.; REISHOFFER, J. C. A pesquisa em instituições de preservação da ordem. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. spe, p. 85-97, jan. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100007>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BORAGNIO, A. Auto-etnografía, entre la experiencia y el problema de investigación. In: **Conjeturas Sociológicas**, [online], jan./abr., p. 8-30, 2016. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/72051/CONICET_Digital_Nro.fcf59e45-47d8-4cdc-823e-0aaf1d8d6e6d_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Senado Federal, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990, 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 11 dez. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 1.426.** Brasília, DF., 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/pri1426_14_07_2004_rep.html>. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.** Brasília, DF: 2006.

_____. **Sistema nacional de atendimento socioeducativo – Sinase.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília – DF: Conanda, 2006.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Mutirão Carcerário: raio x do sistema penitenciário brasileiro.** Pesquisa e Redação: Manuel Carlos Montenegro e Mariana Braga. 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/280>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.** Brasília: CONANDA; UNICEF, 2012b. Disponível em: <<ftp://balcao.saude.ms.gov.br/horde/sisppi/unei/Legislacao/Sinase.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. **Levantamento anual SINASE 2016.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2019/05/levantamento_2016final_sinase.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. **Levantamento Anual Sinase 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, (MMFDH). 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/ptbr/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei**: instrutivo para a implantação e implementação da Pnaisari. Brasília, DF., 2021. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MjA2Mw==>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRILHANTE, A. V. M.; MOREIRA, C. Formas, fôrmas e fragmentos: uma exploração performática e autoetnográfica das lacunas, quebras e rachaduras na produção de conhecimento acadêmico. **Criação Interface**, v. 20, n. 59, out./dez., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0130>

BRITO, L. M. T. **Jovens em conflito com a lei**. RJ: UERJ, 2000.

CÂMARA, R. J. A gênese das primeiras escolas no Departamento Geral de **Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ)**: uma escolarização sui-generis (1994 – 2001) / Raul Japiassu Câmara. Dissertação de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Da rua à casa: como outsiders avaliam os estabelecidos. In: JULIÃO, E. (Org.). **Trajetórias de vida de jovens em situação de liberdade**: um estudo sobre delinquência juvenil no estado do Rio de Janeiro. RJ: PACO, 2019. p. 193-228.

CÂMARA, R. J.; SANTOS, A. P. **Padre Severino**: da pessoa ao instituto. RJ: Degase, 2013.

CAMURI, A. C. et al. Direitos sexuais no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 43-71, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41574>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CHANG, H. **Autoethnography as method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/1244871/Autoethnography_as_method>. Acesso em: 28 out. 2021.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura do século XX. RJ: Ed. UFRJ, 2002. p. 17-62.

COMISSÃO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO CRP-RJ [Org.]. **Livro da primeira conferência**: o trabalho da Psicologia na Socioeducação no Estado do Rio de Janeiro Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ [Org.]. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia 5ª Região, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Panorama Nacional. **A execução das medidas socioeducativas de internação**. Programa justiça ao jovem.

Brasília: CNJ, 2012. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/panorama_nacional_doj_web.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

COSTA, A. C. G. **Aventura Pedagógica**: caminhos e descaminhos de uma ação educativa. SP: Columbus Cultural, 1990.

_____. **Pedagogia da Presença** – Da Solidão ao Encontro. Belo Horizonte/MG: Modus Faciendi, 2001.

_____. **As Bases da Socioeducação**. Referenciais normativos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

_____. **Socioeducação**: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa. Coordenação técnica: Antônio Carlos Gomes da Costa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

D'ANGELO, L.; DE GARAY HERNÁNDEZ, J. Sexualidade, um direito (secundário)? Atravessamentos entre sexualidade, socioeducação e punição. **Plural**, v. 24, p. 78-104, 2017. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.125958

DA SILVA, J.; GONÇALVES, S. M. M. A visita íntima do adolescente no sistema socioeducativo: um direito a ser exercido. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 157-180, 2017.

DA SILVA, J.; SERENO, G.; GONÇALVES, H. “A visita íntima de adolescentes no sistema socioeducativo como dispositivo de enunciação de questões relativas às sexualidades”. In: JULIÃO, E.; ABDALLA, J.; VERGÍLIO, S. (Orgs.). **Delinquência juvenil, políticas públicas e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Novo Degase, 2014. p. 131-151.

DE GARAY HERNÁNDEZ, J. et al. Implicações éticas e metodológicas de uma cartografia no sistema socioeducativo: surpresas, angústias e caminhos possíveis **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, 2018. DOI: 10.5007/2178-4582.2018.57163

DE GARAY HERNÁNDEZ, J. **O Adolescente dobrado**: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro. 2018. 444 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DEGASE; UFF. Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase); Universidade Federal Fluminense (UFF). **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase; UFF, 2018.

DELAMONT, S. **Arguments against auto-ethnography**. Qualitative Researcher, v. 4, p. 2-4, 2007. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.642.8683&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 28 out. 2021.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. "Introduction: The discipline and practice of qualitative research." In: _____. (Orgs.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2000, p. 1-44. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/292304763/Denzin-and-Lincoln-2000-Introducao>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS (DEGASE); UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase; UFF, 2018.

_____. Plano de Integridade do Degase. **Degase**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/Plano_de_Integridade__DEGASE_pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

DIÁRIO OFICIAL DO RIO DE JANEIRO – DOERJ. **Ofício GG/PL, 13 de dezembro de 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/DE-CRETO%20N%C2%BA%2046.525%20DE%2013%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202018%20-%20Regimento%20Interno%20do%20DE-GASE.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders** – Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. RJ: Ed Zahar, 1994.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research**, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 273-290, 2011. DOI: <https://doi.org/10.12759/hsr.36.2011.4.273-290>

ESCOLA DE GESTÃO SOCIOEDUCATIVA PAULO FREIRE – ESGSE. Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios – DEPE. **ESGSE**, [202-]. Disponível em: <<http://novodegase.rj.gov.br/esgse/index.php/courses-2/courses-list-layout-3>>. Acesso em: 21 maio 2022.

_____. LIVE: Projeto Lego/Robótica no Degase. Vídeo de 2:17:42 de duração. **ESGSE**, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BuvBJH5bGHQ>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979-2017.

GAMA, F. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. In: **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.5872>

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. LTC: Rio de Janeiro, 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GOMES, I. D. **Socioeducação: uma invenção (de)colonial**. Orientadora: Veriana de Fátima Rodrigues Colaço. 2020. 167 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/55851?locale=en>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GONÇALVES, H. S. Medidas socioeducativas: avanços e retrocessos no trato do adolescente autor de infração penal. In: ZAMORA, M. H. (Org.). **Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 35-61.

GONÇALVES, H. S.; GARCIA, J. Juventude e sistema de direitos no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 538-553, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000300013>

GONÇALVES, R. S. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-23, abr. 2013a. DOI: <https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635115>.

_____. **As favelas no Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-Rio, 2013b.

GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional**. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. (Série Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica). Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Síntese de Indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Estimativas da população com referência a 1º de julho de 2019. **Agência IBGE notícias**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019S9>>. Acesso em: 24 set. 2019.

JOSSO, M-C. Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [s. l.], 2020, v. 5, n. 13, p. 40-54, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n13.p40-54>

JULIÃO, E. (Org.). **“Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade”**. Ed. Paco Editorial, RJ; 2019.

JULIÃO, E.; BENISTI, L. R. A.; MARCONDES, F. S. (Coords.). **Perfil dos adolescentes e jovens em conflito com a lei no município do Rio de Janeiro**, RJ: MPRJ, 2020. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documentos/20184/1751341/2019_perfildosadolescentesejovensemconflito_19_11.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

JULIÃO, E.; MENDES, C. (Coord.). **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase, 2018. Disponível em: <<http://www.degase.rj.gov.br/publicacoes2019/RelatorioPesquisaJovens.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

LESSA, A.; LOPES, E. R.; SILVA, M. T. A. Visita íntima no DEGASE: o exercício de um direito. In: JULIÃO, E.; MENDES, C.; ABDALLA, J. (Org.). **Diversidade, violência e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Degase, 2015. p. 154-163.

LOPES, E. **A política socioeducativa e o Degase no Rio de Janeiro**: Transição de paradigma? RJ: Paco Editorial, 2015.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ**: análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

_____. Implicação, um novo paradigma In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral**. RJ: Editora Hucitec, 2004. p. 246-258.

MEIRELES, C. **Entre a educação e a disciplina**: sobre agentes socioeducativos do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado PUC-Rio. Orientadora: Maria Helena Rodrigues Navas Zamora, 2017.

MENDES, C. L. S.; JULIÃO, E. F. **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Degase, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Acervo/Detalhe/1056>>. Acesso em: 11 out. 2022.

MOTA, I. Família na política socioeducativa: uma análise dos últimos 20 anos. In: ABDALLA, J.; PEREIRA, M. B. B.; GONÇALVES, T. M. T. (Orgs.). **Ações Socioeducativas**: estudos e pesquisas. RJ: Degase, 2016. p. 203-222.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (Org.). **Subjetividade, violência e direitos humanos**: produzindo novos dispositivos na formação em saúde. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 143-153.

NUNES, T. C. S. **A lógica instituída do sistema socioeducativo**: desafios e possibilidades de novas construções nos processos de formação / Thereza Cristina da Silva Nunes. 2016. 142 f. Orientador: Emir Simão Sader. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2016.

OLIVEIRA, M. C. S. L. Da medida ao atendimento socioeducativo: implicações conceituais e éticas. In: PAIVA, I.; SOUZA, C.; RODRIGUES, D. (Org.). **Justiça juvenil**. Teoria e prática no sistema socioeducativo. Natal: EDUFRN, 2014. p. 79-99. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/1/11814>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

OLIVEIRA, M. C. S. L.; COSTA, D. L. P.; CAMARGO, C. K. Infração juvenil feminina e Socioeducação: um enfoque cultural e de gênero. **Rev. Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 72-92, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/38110/26752>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

OLIVEIRA, M. C. S. L.; VALENTE, F. P. R. Adolescência e a responsabilização socioeducativa: aspectos históricos, filosóficos e éticos. In: ZAMORA, M. H.; OLIVEIRA, M. C. S. L. (Orgs.). **Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos**. RJ: Appris, 2017. p. 35-53.

OLIVEIRA, M. C. S. L.; ZAMORA, M. H. (Orgs.). **Perspectivas Interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos**. PR: Appris, 2017.

PEREIRA, I. **21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente**: o legado de Antonio Carlos Gomes da Costa para a transformação de “corações e mentes” em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. [s. l.], 2011. Disponível em: <<https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/21-Anos-do-ECA-Homeagem-ao-Mestre-Antonio-Carlos-Gomes-da-Costa.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2022.

RANIERE, É. **A invenção das medidas socioeducativas**. Orientador: Cleci Maraschin. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87585/000911217.pdf?sequenc>>. Acesso em: 19 out. 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Caderno de Alinhamento Estratégico do DE-GASE**. RJ: Degase: 2012a.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE. **Plano Político Institucional**. RJ: Degase, 2012b.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE – Corregedoria – Atas das Reuniões do Grupo de Trabalho para elaboração de Proposta de Regulamentação do Artigo 68, da Lei n.º 12.594/12 (SINASE), que assegura ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação o direito à visita íntima. **Documento interno**, 2013a.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas – **Plano de Segurança socioeducativa**. RJ: Degase, 2013b.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. **Portaria Degase n.º 154**, de 04 de novembro de 2013. Rio de Janeiro, nov. 2013c.

_____. Governo do Estado do Rio de Janeiro, (vários autores). **Plano decenal de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CEDCA, 2014. 100 p. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/cedca_imagens/Admin/Uploads/planodecenalsocioeducativo.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. **Programa de Atenção às Famílias no Degase**. DEGASE: RJ, 2015a.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. DEGASE - CSIRS - **Proposta do Grupo de Trabalho para implantação do Programa de Saúde e Sexualidade, Documento Interno**, 2015b.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. **Diretrizes da Psicologia do Novo DEGASE**. RJ: Degase, 2017. Documento Interno.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Regimento Interno - **Diário Oficial do Rio de Janeiro**, 2018. Disponível em: <https://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/DE-CRETO%20N%C2%BA%2046.525%20DE%2013%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202018%20-%20Regimento%20Interno%20do%20DEGASE.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

_____. DEGASE/ASSIST – **Projeto Lego no Degase**, 2020a, documento interno.

_____. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. **Relatório Anual 2020**. Organização: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MEPCT/RJ, 2020b. 149 p. Disponível em: <<https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2019/09/relatrioanual20172018.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Organização ASIST: **Manual de Parâmetros Mínimos para a Construção do Projeto Político Pedagógico, Documento interno**. RJ: Degase, 2018; 2021.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. **Plano de Integridade**. RJ: Degase, 2022. Disponível em: <https://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/Plano_de_Integridade__DEGASE_.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, [online], v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

SANTOS, A. P. **O movimento negro e a juventude em conflito com a lei**. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação. Orientador: Luiz Cavalieri Bazílio. Dissertação de Mestrado em Educação. RJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, n. 9, p. 7-17, jul./dez., 1991. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/101>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; OLIVEIRA, M. L. (Orgs.). **Territórios, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.113972>

SCIORTINO, C. **Trajetórias atravessadas: uma análise interseccional para a proteção das meninas adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas**. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio, 2020.

SILVA, E. R. A.; OLIVEIRA, R. M. (Org.). **O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal**: esclarecimentos necessários. (Nota Técnica nº 20). Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_ntdisoc_n20>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, J. B.; LOPES, E. R. C. (Orgs.). **Introdução a Psicologia na Socioeducação no Brasil**: teoria e prática. RJ: EdUERJ, 2021.

SILVA, J. S. (Org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. 21-23.

SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; BITETI, M. O. **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2009.

SILVA, M. T. A. (Colab.). **Programa de atenção às famílias** – Espaço Golfinhos. 2002 – Documento Interno: Rio de Janeiro. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro/Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Degase. Rio de Janeiro: 4º Ofício de Registros de Títulos e Documentos.

_____. **Diretrizes em Saúde Mental**. Rio de Janeiro (Estado). Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Degase: RJ, 2009. Documento interno.

_____. **“Projeto Golfinhos”**: Análise de implicação do sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: Maria Helena Navas Zamora. – 2016. 146 f.: Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016.

_____. **Família, Socioeducação e Projeto Golfinhos**: uma construção coletiva. Paraná: Appris, 2018.

SILVA, M. T. A.; LEITE, R. P. (Colab.). **Projeto Grupo Multifamiliar**. (Projeto Golfinhos). Rio de Janeiro: 4º Ofício de Registros de Títulos e Documentos, 1996.

SILVA, M. T. A.; SOUSA, L. S.; ZAMORA, M. H. Adolescentes em privação de liberdade e territorialidade: reflexões sobre demandas em políticas públicas. In: JULIÃO, E.; MENDES, C.; ABDALLA, J. (Orgs.) **Trajetórias de vida, violência e vulnerabilidade**. Rio de Janeiro: Degase, 2019. p. 99-118.

SILVA, M. T. A.; ZAMORA, M. H. Visita íntima no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: uma construção interdisciplinar. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 11, p. 1-13, 2014.

_____. “Adolescentes em privação de liberdade, famílias e territórios”. **Polem!ca**, v. 19, n. 1, p. 131-144, jan./abr. 2019. DOI: 10.12957/polemica.2019.46677

_____. “Territórios e adolescentes: existência, futuro e especificidades sociopolíticas.” **Dignidade Re-Vista**, v. 6, n. 10, p. 51-64, jul. 2020.

SOARES, A. M. C. “Territorialização” e Pobreza em Salvador. **Estudos Geográficos**, v. IV, n. 2, dez, p. 17-30, 2006. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em: 23 set. 2019.

SOUZA, M. A. A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; OLIVEIRA, M. L. (Orgs.). **Territórios, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994. p. 21-28.

SOUZA, M. S. (Org.). **Pela dignidade**: a história do habeas corpus coletivo pelo fim da superlotação no sistema socioeducativo. Organização Mayara Silva de Souza, Instituto Alana. São Paulo, SP: Instituto Alana, 2022. Vários autores.

STANFIELD II, J. H. (Ed.). Casual ethnography as autoethnography & autoethnography as casual ethnography: emerging observations and principles. In: **“Race” and Culture in casual ethnography as autoethnography & autoethnography as casual ethnography**: cross-societal and societal snapshots. Republic of Mauritius: University of Mauritius, 2022. p. 215-218.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus coletivo**. Inteiro Teor do Acórdão - Decisão 24/08/2021. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginador-pub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753732203>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

TAVARES, D. O.; PASCHE, M. E. G. Narrativas de si em espaços de privação de liberdade. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 15-17, 2022.

TRINDADE, L. F. O sistema socioeducativo e o desafio da atenção em saúde mental na privação de liberdade. In: MENDES, C. et al. (Orgs.). **Política de Restrição e privação de liberdade: questões, desafios e perspectivas**. RJ: Degase, 2018.

TRINDADE, L. F.; SILVA, E. S.; SILVA, M. T. A. **Atenção em Saúde Mental e o Adolescente em conflito com a lei**. RJ: Degase, 2016, Documento Interno.

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 57-72, 2002.

VICENTIN, M. C. G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 97-113, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 mar. 2019.

VILHENA, J. et al. Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 11, n. 4, p. 1639-1658, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000400014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 mar. 2019.

VINUTO, J. **O outro lado da moeda: O trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro** / Juliana Vinuto. Rio de Janeiro, 2019. 299 f. Orientadora: Joana Domingues Vargas. Coorientador: Hebe Signorini Gonçalves. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2019.

VINUTO, J.; BUGNON, G. Superlotação no sistema socioeducativo: uma análise sociológica sobre normativas e disputas no Brasil e França. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 58, set./dez., p. 106-137, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-118281>

VINUTO, J.; DUPREZ, D. O duplo objetivo sancionatório-educativo no Brasil e na França: As diferentes configurações organizacionais direcionadas ao adolescente em conflito com a lei. **Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. Esp., n. Esp. 3. p. 114-129, UFRJ, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563864592007>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

VINUTO, J.; VARGAS, J. D.; GONÇALVES, H. S. “Falta de fechamento”: conflitos profissionais e centralidade dos procedimentos de segurança no sistema

socioeducativo do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, [online], v. 36, n. 03, p. 1037-1058, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030009>

ZAMORA, M. H. N.; GOMES, S. R. Do morrer e do desistir na pandemia da Covid-19. In: MORAES, J. V.; VILHENA, J. (Orgs.). **Corpo que resta...** Corpo, luto e memória. PR: Appris, 2022. p. 167-174.

ZAMORA, M. H. **Para além das grades:** elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. PUC-Rio; CIESPI; Edições Loyola, 2005.

ZAMORA, M. H.; PEREIRA, I. Adolescente em conflito com a lei e suas famílias. In: JULIÃO, E.; VERGÍLIO, S. (Org.). **Juventudes, políticas públicas e medidas socioeducativas.** Rio de Janeiro: Degase, 2013. p. 147-160.

ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. G. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 389-395, set./dez. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300006>